



Fernando Rios do Nascimento

Políticas Públicas e o Agronegócio Cacau



Editora da UESC

Fernando Rios do Nascimento

Políticas Públicas e o Agronegócio Cacau

Ilhéus - Bahia
2004



Editora da UESC

© 2004 by FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45650-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (073) 680-5028 - Fax: (073) 689-1126
http://www.uesc.br/editora e-mail: editus@uesc.br

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ANACI BISPO PAIM - SECRETÁRIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

LOURICE HAGE SALUME LESSA - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS

MARIA LUIZA NORA

PROJETO GRÁFICO E CAPA

ALENCAR JÚNIOR

FOTO DA CAPA

GERALDO BORGES

CONSELHO EDITORIAL:

ANTÔNIO ROBERTO DA PAIXÃO RIBEIRO

DÁRIO AHNERT

DORIVAL DE FREITAS

ERONILDA MARIA GÓIS DE CARVALHO

FERNANDO RIOS DO NASCIMENTO

FRANCOLINO NETO

LINO ARNULFO VIEIRA CINTRA

MARIDALVA SOUZA PENTEADO

MARIA LAURA OLIVEIRA GOMES

MARILEIDE SANTOS OLIVEIRA

PAULO DOS SANTOS TERRA

REINALDO DA SILVA GRAMACHO

ROSANA LOPES

ROZEMERE CARDOSO DE SOUZA

EQUIPE EDITUS

DIRETOR DE POLÍTICA EDITORIAL: JORGE MORENO; **REVISÃO:** MARIA LUIZA NORA;
SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO: MARIA SCHAUN; **COORD. DE DIAGRAMAÇÃO:** ADRIANO LEMOS;
DESIGN GRÁFICO: ALENCAR JÚNIOR.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244

Nascimento, Fernando Rios do.

Políticas públicas e o agronegócio cacau / Fernando Rios do
Nascimento. – Ilhéus, Ba : Editus, 2004.

374p. ; anexos.

Inclui bibliografia e apêndices.

ISBN: 85-7455-080-9

1. Economia agrícola. 2. Agribusiness. 3. Política agrícola – Agronegócio
– Bahia. 4. Cacau – Economia.
5. Agricultura e Estado. I. Título

CDD 338.1098142

Ficha catalográfica: Silvana Reis Cerqueira - CRB5/1122

À minha esposa Leni, por tudo.

Aos meus filhos Fernando, Ricardo Manoel e Luciana, que se tornaram resignados diante da minha intolerância.

À minha netinha Maria Fernanda.

E aos meus irmãos Carlos Valder, Célia Dalva, Regina, Noélia e Hormínio, Lia e Mariluce, pela amizade e solidariedade sempre incondicionais.

SIGLAS USADAS

ABAG – Associação Brasileira de Agribusiness

ABC – Associação Brasileira de Cacaucultores

Abicab – Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados

ACC – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

AIC – Acordo Internacional do Cacau

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

Baneb – Banco do Estado da Bahia

BB – Banco do Brasil

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Ceplac – Comissão do Plano da Lavoura Cacaueira

CDAC – Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau

CIF – Cost, Insurance, Freight

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNPC – Central Nacional dos Produtores de Cacau

Cofecon – Conselho Federal de Economia

Comacau – Comissão da Cacaucultura Baiana

Consepe – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

COOPEC – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Ceplac

Copercacau – Cooperativa Central do Cacau

Credicofaba – Cooperativa de Crédito Rural de Itabuna Ltda

Credilhéus – Cooperativa de Crédito Rural Ilhéus Ltda.

DCEC – Departamento de Ciências Econômicas da UESC

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEB – Federação da Agricultura do Estado da Bahia
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNA – Fórum Nacional da Agricultura
FOB – Free on Board
GT CACAU – Grupo Temático do Cacau do FNA
GRAMA – Grupo de Recuperação da Mata Atlântica
IGPM – Índice Geral de Preço Médio
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mercosul – Mercado Comum do Sul
NAFTA – Acordo de Livre Comércio da América do Norte
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organização Não Governamental
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PDAC – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau
TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
UE - União Européia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e
Desenvolvimento

Prefácio

As dificuldades que a lavoura e a região cacaueteira continuam enfrentando começaram a tomar corpo a partir de 1985 e, apesar de originárias de problemas estruturais e de fatores exógenos, as autoridades públicas não adotaram qualquer medida que pudesse atenuá-las, em que pese a sua importância social, ambiental e estratégica. Dez anos depois, em 1995, foi aprovada a primeira tentativa nesse sentido - o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueteira Baiana - que, em função dos resultados precários, terminou justificando reações de setores da cacauicultura, de natureza técnica, visando à correção de rumos do ponto de vista de formulação e de operacionalização.

Há mais de duas décadas venho escrevendo sobre esses temas, e sempre nutro a esperança de um dia reuni-los num pequeno ensaio. Para a presente edição, não poderia incluir todo o material, razão pela qual selecionei apenas o que foi produzido nos últimos três anos, e cujas matérias foram publicadas em jornais como **A TARDE**, **Gazeta Mercantil** e sobretudo na coluna *Economia Cacaueteira*, que assino semanalmente no jornal **Agora**.

É importante notar que, a partir do primeiro semestre de 2003, o curso de economia da UESC funcionará com novo currículo, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe. Além das modificações introduzidas na carga horária de disciplinas de formação histórica e teórica, que tiveram seus semestres letivos ampliados, o estudante agora tem a obrigatoriedade de escolher um enfoque de natureza prática, que objetiva conferir-lhe formação específica. Entre os

que lhe são oferecidos destaca-se o **Enfoque no Agronegócio**, que se compõe inclusive das disciplinas Economia Cacaueira, Fundamentos do Agronegócio e Economia e Cooperativismo.

A mudança do currículo do curso de Economia convenceu-me de que deveria apressar esse projeto, inclusive porque terei a responsabilidade de ministrar duas disciplinas do referido enfoque. Mas não só por isso. Tenho certeza que os textos, muitos até pela sua forma provocativa, ensejarão o debate e certamente serão úteis não só aos estudantes dessas disciplinas, no nível interno, mas também a tantos quantos estejam interessados em se debruçar sobre questões tão importantes quanto atuais, no nível externo, contribuindo para enriquecer a discussão.

Reafirmo que são artigos escritos sem nenhuma pretensão formal, com o único objetivo de encaminhar uma discussão que entendo necessária e urgente, num momento em que o país parece começar a enxergar a importância do agronegócio, muitas vezes ignorado pelos governos, nos diversos níveis, e que, apesar disso, em 2002, representou 25% do valor da produção brasileira, foi responsável por exportações equivalentes a US\$ 21 bilhões, sendo o único setor superavitário na balança comercial, e gerou 37% dos empregos no país, sem falar na sua importância específica para um região onde essa atividade pode ser viabilizada com total sucesso, considerando a existência de vantagens comparativas.

Este início de ano, com a assunção de novo governo, que tem proclamado insistentemente o seu compromisso com a agricultura e com o cooperativismo, é uma oportunidade para que se retomem de forma profissional as propostas das entidades que integraram o FNA e das que compõem o Pacto do Cacau, apresentadas ao governo federal, que na verdade constituem o núcleo básico em que se baseia o conteúdo de muitos artigos e que constituem o Apêndice deste trabalho.

Embora tenha tentado produzir um texto, tanto quanto possível, desprovido de tecnicismos, acessível a todas camadas, reconheço que em alguns temas a linguagem técnica não pôde ser abolida. De qualquer sorte, na revisão que fiz para a presente edição procurei reduzir o uso do “economês”, mesmo sabendo que esta versão se destina

mais a estudantes e professores, e ao mesmo tempo tentei eliminar erros e suprimir “excessos” apresentados nos textos originais. Por outro lado, às vezes se tornou necessário o uso de uma linguagem mais forte, sem contudo me desviar do objetivo central que sempre foi a discussão objetiva; mesmo que algumas vezes de maneira emocional, “emoção” que fiz questão de manter. Por se tratar de artigos escritos ao longo do tempo, às vezes algumas situações específicas foram repetidas, com o único objetivo de fixação, por parte do leitor, repetição que mantive propositadamente.

Estou certo de que minha condição de técnico e professor compromissado com esta região, combinada com a de dirigente de entidade ligada à cacauicultura, com longa vivência do dia a dia, sobretudo por isso, resultou num texto impregnado de sentimento e de indignação com a insensibilidade das autoridades públicas, portanto, sem muita preocupação com a “neutralidade” que alguns costumam cobrar, mas que, seguramente, reflete com fidelidade um momento histórico das “lutas” regionais, retratado por alguém que viveu e continua vivendo a teoria e a prática desse processo.

Espero que essas idéias, mesmo as que tenham sido expostas com alguma contundência, sejam entendidas como um esforço de contribuição ao debate, e não com a intenção de impô-las como verdades absolutas, como a indiferença cívica costuma avaliar, por motivos totalmente alheios à minha vontade. Se o debate vier a ocorrer, como espero, mesmo que tenha de revê-las todas, me sentirei gratificado.

Sou grato a todos os que contribuíram com comentários, sugestões e críticas, especialmente a Novenal Quinto, Fred Edelweiss (“in memorian”), Antônio Elmário, Wallace Setenta, Fernando Afonso, Carlos Baiardi, Antônio Lopes, dos quais sou devedor.

Fernando Rios do Nascimento

Itabuna (BA), fevereiro de 2002

SUMÁRIO

Artigos:

| | |
|--|----|
| Balões nos céus do cacau | 15 |
| A reunião do CDAC..... | 18 |
| Mitos e realidade (1) | 22 |
| Mitos e realidade (2) | 25 |
| O novo programa | 28 |
| Por que os planos falham..... | 31 |
| Um fundo para o cacau | 34 |
| O fundo do cacau e a reunião do CDAC | 37 |
| A relação entre o setor público e o setor privado..... | 39 |
| Ética e vilania | 41 |
| Mata Atlântica, cacau e sanidade | 44 |
| Alguém perde com o fundo? | 47 |
| Fundo do cacau, atitude e aritmética | 50 |
| Nem tudo é chocolate | 53 |
| Agricultura e proteção | 56 |
| Ideologia da cooperação | 59 |
| As falsas cooperativas | 62 |
| Fred Edelweiss..... | 65 |
| Cooperativas, classe social e governo | 68 |
| Cooperativismo na Constituição | 71 |
| O cacau, o cooperativismo e o poder | 74 |
| Agronegócio na prática..... | 77 |
| O agronegócio visto de fora | 80 |
| O agronegócio visto de dentro..... | 83 |
| O cacau e a divisão do Estado..... | 86 |
| Economia e política..... | 89 |
| Uma reunião vazia..... | 92 |
| A falácia da oferta e procura | 95 |

| | |
|---|-----|
| Recolocando alguns pontos | 98 |
| O Plano de Safra e a realidade do cacau..... | 101 |
| Adaptar ou reagir? | 104 |
| Preço, ágio e mistificação..... | 106 |
| Liberalismo, mercado e Estado | 109 |
| A natureza dos negócios cooperativos | 112 |
| Por que a surpresa? | 115 |
| A necessidade de juntar-se..... | 118 |
| A imprensa e o cacau..... | 121 |
| O cacau como diferencial | 124 |
| A lógica conhecida..... | 127 |
| O cacau e a formação do economista (1) | 130 |
| O cacau e a formação do economista (2) | 133 |
| O primeiro e o último | 136 |
| Os novos eleitos | 139 |
| A política e o marketing da ilusão | 142 |
| Preço e instabilidade..... | 145 |
| A hora e a vez do cacau? | 148 |
| O poder de tributar | 151 |
| Crédito, preço e especulação..... | 154 |
| Uma palavra sobre a ALCA | 157 |
| ALCA versus agricultura (1) | 160 |
| ALCA versus agricultura (2) | 163 |
| ALCA versus agricultura (3) | 166 |
| O futuro ministro e o FNA | 169 |
| Os adidos agrícolas..... | 172 |
| O ministro da agricultura e o cacau..... | 175 |
| A conversa com o ministro da agricultura..... | 178 |
| Idéias e realidade | 181 |
| A especificidade das cooperativas..... | 184 |
| Cooperativismo sempre..... | 187 |
| Enfoque no agronegócio..... | 190 |
| Formação de competências para o cooperativismo..... | 193 |
| A reativação do Consagro | 196 |
| Referências | 199 |
| Apêndice | 203 |

Balões nos céus do cacau

O economista americano Paul Krugman, autor de livros como **Internacionalismo Pop e Globalização e Globobagens** (Editora Campus), entre outros, preocupado com verdades e mentiras do pensamento econômico, ressalta que *a economia é importante para as pessoas, pois trata-se de algo perigoso para o bem ou para o mal*, seguindo observação de John Maynard Keynes. Sobre o assunto, assim se expressou Robert M. Solow, Prêmio Nobel de Economia: *Quando se trata de vulgarizar a sabedoria econômica, são inúmeros os balões de ignorância espalhados por aí, muitos inflados ainda pelo interesse próprio e pela autoconfiança*, referindo-se a Krugman como alguém dedicado à tarefa de estourar esses balões.

Acontecimentos recentes fizeram-me refletir sobre os balões que se esparramam por esta região, quase sempre impulsionados por interesse próprio e por uma cínica autoconfiança dos que dissimulam. Como economista, preocupo-me muito com essa situação, pois *...estou plenamente consciente de que, de fato, nem sempre prevalece a verdade – os charlatões persuasivos freqüentemente convencem até mesmo os grandes e os bons de que são detentores de enorme sabedoria... que quase sempre soam profundamente aos ouvidos destreinados*, pelo menos num primeiro momento. A confusão que se faz sobre questões fundamentais desta economia, intencional e perversamente, em função de interesses subalternos, me convenceu a assinar uma coluna semanal neste jornal, com a única intenção de contribuir para evidenciar os malefícios dessa permanente tentativa de manter o processo de alienação.

Começemos com um tema bem geral, embora partindo de

uma situação específica. Recentemente, um colunista do jornal A Tarde Rural repetiu o vício de deitar falação sobre o que conhece apenas de maneira superficial, fazendo-me lembrar mais uma vez o citado autor que, ao referir-se àqueles que querem ser sofisticados em considerações sobre economia, sem ter os estudos sistemáticos suficientes, afirmou: *O maior problema com a maioria dos empresários, líderes políticos e outros é que, embora estejam dispostos a falar e a ler ad nauseam sobre economia, não se mostram propensos a qualquer atitude que se assemelhe a retornar à escola, preferindo ler vários livros de autores em evidência do que um capítulo de um livro didático dos cursos de graduação...*, realçando que *para estar verdadeiramente bem informado sobre economia (ou sobre qualquer outro assunto) é necessário voltar à escola – e continuar retornando...* (Krugman, 2000).

Estou convencido da importância dessas assertivas, tanto que uma das razões do meu retorno como professor universitário é continuar estudando. Mas voltemos ao artigo do articulista que, ao se referir à Itaisa, que defendera antes, justificou a mudança de posição argumentando que a presença dessa indústria era necessária *num momento em que uma das fábricas multinacionais estava tentando monopolizar o mercado de cacau no Brasil, mas felizmente o perigo não se concretizou e a livre concorrência entre várias firmas mantém o preço do produtor baiano no topo do mercado mundial* (Coluna do Cacau de 10.12.01).

Se é verdade que existe a boa e a má economia, os comentários do citado articulista são notável exemplo da segunda. Numa situação de elevada concentração dos compradores (demanda), constituídos de poderosos grupos industriais, organizados econômica e politicamente, verticalizados internacionalmente, operando simultaneamente em várias *commodities*, de um lado, e de total atomização dos vendedores (oferta), do outro lado, colocar a organização dos segmentos que enfrentam situações desiguais como uma questão pontual, a depender única e exclusivamente da permanência da firma A ou da B, e ainda querer persuadir a sociedade de que isso é bom, é uma mistificação que só pode ter sentido em função da crença de que todos (ou quase todos) são neófitos. Por outro lado, a “felicidade” demonstrada pelo fato de uma fábrica não

ter conseguido o intento de “monopolizar” é injustificada, a não ser pela circunstância de que o articulista (muito provavelmente) desconheça que os efeitos numa situação de monopsonio (uma firma) são os mesmos numa de oligopsonio (algumas firmas) e que a disputa predatória e eventual entre elas nada tem a ver com “competição”.

No caso do cacau, a “livre concorrência entre várias firmas” é uma falácia e a ousadia em proclamá-la equivale à dos *keneyianos* vulgares que reproduzem as idéias originais sem a percepção do seu verdadeiro significado. A livre concorrência no mercado de fatores só se explica quando todos são livres e existe interação entre firmas compradoras e vendedoras de forma não predatória. De qualquer sorte, se lhe agrada tanto a expressão, é bom que tenha em conta, como ensina o respeitado autor, que o termo “livre” deve ser entendido como a liberdade de todos e não como o direito de impedir que outros o sejam (Friedman, 1971).

O preço nos níveis mais altos (“no topo”) do mercado mundial não explica a “competição” interna, mesmo porque o chamado mercado interno é uma extensão do mercado internacional, com todas as suas variações e influências. Mesmo que o preço estivesse “no topo”, esse nada teria a ver com a concorrência entre várias (?) firmas locais. Portanto, o preço alto, ou baixo, como queira, é formado a partir de decisões dos que comandam o “mercado” e eventuais diferenças entre o que é praticado ao produtor (para mais ou para menos) em relação à Bolsa é mera circunstância que não pode ser atribuída à “concorrência”, o que empresta pouca relevância às suas conclusões.

Finalmente, o que parecia mais preocupar o articulista não era a possibilidade de monopólio, mas o fato de que o pretense monopolista pudesse “engolir” outra grande empresa do setor, numa disputa, como se disse, predatória.

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Itabuna, jornal **Agora**, 22 a 28 de dezembro de 2001).

A reunião do CDAC

Participamos em Brasília, no dia 18.12.01, da primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau (CDAC). Compareceram 15 membros, entre os quais todos os representantes que foram indicados pelo Pacto do Cacau: Wallace Coelho Setenta, Carlos Raimundo Baiardi, Fernando Rios do Nascimento e Antonio Lomanto Jr., este último representado pelo suplente Juvenal Maynard.

Como se sabe, o CDAC foi criado pelo presidente da República em 24.08.01, por sugestão apresentada aos deputados do PMDB e do PSDB pelo Pacto do Cacau, que solicitou a participação dos produtores de cacau (e foi atendido), até então alijados das discussões oficiais. O Decreto Presidencial define as seguintes tarefas do CDAC, entre outras: *I – propor a política agrícola para o setor cacauzeiro; II – elaborar novo programa para o desenvolvimento do agronegócio do cacau, a ser implementado inicialmente na região sul do Estado da Bahia, como parte integrante do Plano Agrícola e Pecuário a partir de 2002*”.

Muito tem sido feito para confundir o “*novo programa*” com o atual, conhecido como o **de 127 milhões**, coordenado pela Secretaria de Agricultura do Estado, e que está no fim; não existe mais remendo capaz de mantê-lo de pé. A confusão tem sido proposital e difundida pelos que sempre estiveram afinados com a visão parcial do problema, ou pelos que, desconhecendo o assunto, não procuram se inteirar, como seria de esperar de quem tem a missão de informar, nada contribuindo para o esclarecimento dos produtores e da sociedade.

O Pacto do Cacau elaborou uma proposta, pleiteando recursos da ordem de 1 bilhão de reais, para oito anos, considerada por alguns

como megalomaníaca, visando sobretudo ao atendimento dos produtores que não tiveram acesso ao crédito, ou seja, a quase totalidade dos produtores, já que o atual programa, no fim, atendeu algo em torno de 10% de todo o universo. Em resposta a esse pleito, o Presidente da República autorizou a liberação do montante de R\$ 489 milhões para os anos de 2001 e 2003 e o ministro da Agricultura nos informou, na reunião, que os recursos já estavam separados no orçamento do Ministério.

Queremos também que os recursos previstos anteriormente (os propalados 127 milhões) sejam liberados, pois temos esperança de rever as taxas de juros previstas para a primeira, segunda e terceira etapas. Não podemos atrelar esses recursos ao “*novo programa*”, que tem vida própria, recursos de outra fonte, taxa de juros fixa e coordenação federal. Por isso, não se pode falar em continuidade ou descontinuidade, como houve a tentativa na referida reunião, com a intenção de fazer crer que o que se fará daqui para frente tem a ver com o que se fez daqui para trás. Não tem; e isso é importante que fique claro para que todos tenham também a clareza de que os métodos utilizados na coordenação anterior não podem ser repetidos, a visão conceitual do programa é totalmente diferenciada e a participação dos produtores não pode ser na simples condição de mero referendo às políticas oficiais. O que aconteceu na reunião confirma todas essas assertivas.

De grande importância foi a mensagem inicial do ministro Pratini de Moraes. Enfatizou que os produtores não sobreviverão se continuarem apenas produzindo amêndoas e vendendo *commodities* aos preços que os compradores oferecem, enfrentando toda sorte de riscos, sem a segurança quanto à viabilidade dos seus negócios a longo prazo. E disse mais: o governo não estará disposto a continuar ajudando a cacauicultura se os empresários agrícolas não tiverem percepção desses riscos de médio e longo prazos e não adotarem a postura moderna de industrializar eles próprios o seu produto, como outros tantos produtores em outros tantos lugares já vêm fazendo. Era o que se poderia esperar de um agente com responsabilidade pública e visão, que sabe que crédito e tecnologia são condições necessárias mas **não suficientes** para desenvolver a cacauicultura e tem a coragem

cívica de proclamá-la aos produtores, muitos dos quais se acostumaram apenas a plantar e a colher. É uma mudança de visão e de discurso.

Essa visão e esse discurso, depois ratificados pelo secretário geral do Ministério e vice-presidente do CDAC, casam com a linha de raciocínio proposta pelo Pacto do Cacau, entregue às autoridades federais e especialmente ao presidente da República.

Existe uma enorme tarefa pela frente, principalmente para o Pacto do Cacau, que lutou de forma determinada, muitas vezes enfrentando a incompreensão, visando a ampliar o volume de recursos para a lavoura, o número de produtores a ser atendido e a redução dos encargos financeiros. Além disso, questões substantivas constituem objeto de atenção do grupo, como a definitiva identificação da Mata Atlântica como elemento que diferencia o cacau, como a necessidade de organização via cooperativismo integrado, como a reestruturação da Ceplac e a criação de mecanismos que permitam o acesso ao crédito, hoje substancialmente burocratizado pela ausência de garantias e pela reduzida capacidade de pagamento. Sem contemplar soluções que permitam tratar dessas questões de forma integrada e harmônica, correremos o risco de reproduzir os equívocos do programa anterior, o que deve ser buscado sem atropelamento e sem preocupação com o imediatismo predominante (Cadê o dinheiro? Quando vem o dinheiro? O dinheiro sai ou não sai? Falta prestígio das lideranças agrícolas para trazer o dinheiro... e tantas outras coisas do gênero).

O dinheiro virá se a sociedade, em seu conjunto, sair da retórica e colaborar. Colaborar com idéias os que podem fazê-lo; colaborar com sugestões e críticas os que as têm; colaborar para o debate honesto e construtivo, pensando; colaborarem os políticos como políticos sem disputas com as lideranças rurais e vice-versa. E se muitos não puderem agir dessa maneira, simplesmente apóiem as propostas existentes, que sejam representativas dos interesses regionais, e abandonem a postura imatura e preconceituosa de atribuir todos os problemas e dificuldades justamente aos que trabalham (apenas porque têm visibilidade). Afinal, meio bilhão de reais é muito importante para uma região sem poupança, e interessa a todos!

No início dos atuais mandatos municipais fui convidado por alguns eleitos para falar sobre agricultura, preocupados que estavam em formular seus planos de trabalho. Nessas ocasiões e em tantas outras sempre iniciava as palestras indagando aos presentes se co-

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 29 de dezembro de 2001 a 4 de janeiro de 2002).

Mitos e realidade (1)

nheciam alternativa mais viável do que o cacau para a região e, não raro, tinha o silêncio como resposta, confirmando que as pessoas de forma geral estão perplexas e confusas sobre os rumos a seguir, razão pela qual muitos mitos vêm a tona e terminam ofuscando a realidade.

Ultimamente temos nos deparado com variado texto sobre cacau, publicado nos jornais. Essas idéias, muitas vezes camufladas por uma técnica duvidosa, têm sido insistentes em sentenciar o fim da região, do cacau, das suas instituições e de tudo mais que a imaginação de seus autores possa “destruir”, para os quais o otimismo é considerado de mau gosto.

Outros, bem intencionados ou não, proclamam que a solução está no turismo, na industrialização (?), na diversificação, no comércio, no café, na soja, na banana, na acerola, enfim, em tudo que lhes ocorre à mente. O desespero diante das dificuldades muda o comportamento das pessoas, que se sentem impotentes para buscar alternativas adequadas, até pela ausência de sinalização oficial. E vamos por aí perseguindo ações pontuais, dispersas e de forma desarticulada, que só o tempo se encarregará de mostrar se foram certas ou erradas, embora tenhamos elementos suficientes para indicações mais seguras sobre os melhores caminhos.

Mas, por acaso, é a atual crise a única na história da cacauicultura? As pessoas minimamente informadas responderão que não e relatarão todas as anteriores, muitas até piores, que geravam incertezas, dúvidas e desconfiças; mas relatarão também que existiram medidas institucionais que viabilizaram a redução dos efeitos negativos. Mas reconhecerão sobretudo que, apesar disso, foram mantidas intocáveis as condições de perpetuação dessas crises e que por isso

outras viriam, como vieram, avassaladoras como a que ainda estamos enfrentando, por duas razões principais: o surgimento da vassoura-de-bruxa e a ausência de ações públicas adequadas.

Pois bem. Equacionada a questão mais restritiva ao encaminhamento de soluções, que era a tecnologia para produzir plantas tolerantes, o cacau continua sendo a principal cultura da região e do Estado da Bahia, pois as suas vantagens comparativas são extraordinárias e suas perspectivas do ponto de vista agroindustrial são incomparáveis, em termos de geração de renda e de emprego. Mas não é só isso: a cacauicultura tem fundamentação histórica, sociológica, econômica, cultural, ambiental e estratégica, um conjunto de fatores positivos só propiciado por essa economia, que ajudou a construir o desenvolvimento de outras áreas, mas que não pariu o desenvolvimento aqui mesmo onde ela se insere de forma generosa e plena; muito menos por suas condições intrínsecas e muito mais pela situação de submissão e dependência a que foi submetida a região Sul-Baiana, fazendo com que o seu dinamismo se fizesse mais presente fora de suas fronteiras. Por isso, os efeitos da atual crise serão tanto positivos quanto maior for a percepção que a sociedade tiver sobre as mudanças político/institucionais/estruturais que devem ser implementadas a nível local.

Muitos economistas acham que a solução para o Brasil se encontra na agroindústria, que hoje é responsável por expressiva parcela da renda e dos empregos gerados, além da substancial participação para o equilíbrio da conta corrente e do Balanço de Pagamentos, não porque o país é “competitivo”, para usar um termo vulgarmente empregado, mas porque suas vantagens comparativas em muitos produtos são indiscutíveis, inclusive no cacau e outras culturas. Como existem evidências de que os Estados Unidos e a Europa poderão modificar sua política protecionista em relação aos produtos agrícolas, apesar de suas preocupações com a segurança alimentar, as possibilidades brasileiras são reais, mas isso só será aproveitado de forma adequada se formos capazes de adicionar maior valor aos produtos exportados. Ou seja, com a diversificação a partir do próprio produto, numa integração vertical *para a frente* e não com a mera substituição

de produtos, mantendo-se a mesma ineficiência e o mesmo nível de risco a partir da porteira da fazenda.

Nesse contexto, é absolutamente necessário realçar a importância dos municípios, se eles compreenderem que, isolados ou conjuntamente, devem liderar de forma afirmativa as mudanças que a região precisa experimentar, patrocinando programas agroindustriais integrados, consistentes e factíveis, substituindo a ênfase nas ações eventuais de curto prazo. Se os municípios não tiverem clareza do que pretendem para suas comunidades num prazo razoável, articulando e coordenando soluções institucionais, com certeza não serão o Estado e a União que o farão, mantendo-se portanto o centro de poder fora da região, em total prejuízo do conjunto da população. Não há mais como pensar em atividades patrocinadas pelo setor público, que reduz o excedente do consumidor e ao mesmo tempo abdica de impostos (aumentando a pobreza) para projetos não dinâmicos, que não geram empregos compatíveis com a renúncia fiscal (de elevado custo social) e que são meros expropriadores da riqueza regional.

Tendo o cacau como elemento dinâmico (integrado às culturas complementares), os municípios podem (e devem) ser os indutores desse processo de mudança regional, porque serão os primeiros a se beneficiar com a estabilidade de suas receitas, com a continuidade de suas políticas públicas e sobretudo com o bem-estar das populações.

As pessoas desta região não podem se conformar com essa ciclotimia permanente, que vai da euforia desmedida, quando a produção e o preço do cacau melhoram no mercado internacional, ao desalento e abatimento total, quando essas condições são desfavoráveis, notadamente porque temos uma situação excepcional de clima, de solos e de infra-estrutura para desenvolver um vigoroso

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 5 a 11 de janeiro de 2002).

Mitos e realidade (2)

negócio agrícola que estabilize a renda regional em função de grandes culturas que podem ser estimuladas e integradas ao cacau (na forma de consórcios). É claro que a visão de negócio se distancia da postura tradicional de plantar, colher e aceitar (muitas vezes indignados) o preço que nos pagam, na condição de meros tomadores de preço.

É bastante evidente que o problema regional não é de condições potenciais, mas de atitude. Muitas vezes penso qual seria a reação se alguém chegasse a sugerir a realização da festa do vinho aqui na região e concluo que tal idéia logo seria considerada o maior absurdo. Mas aí pergunto: porque no sul eles fazem a festa do chocolate, quando se sabe que poucos sequer já viram um fruto de cacau? E respondo que eles não têm as condições naturais, mas possuem uma forte atitude em relação ao que precisa e deve ser feito.

E quando digo “eles”, não me refiro somente aos produtores, mas ao conjunto da sociedade (comércio, indústria, profissionais liberais, governo e toda estrutura de serviços) que sempre sobreviveu direta ou indiretamente em função do fluxo de riqueza gerado pelo cacau, sem moldar uma consciência de que o descalabro dessa economia afetaria a todos, como de fato tem acontecido nos últimos anos. Não se pode ignorar a essencialidade do setor privado (os produtores, no caso) como elemento dinâmico do processo, mas ele sozinho é impotente para alcançar metas quantitativas para um desenvolvimento consistente; outros atores importantes, como a academia e o setor público, têm papéis relevantes, o primeiro gerando o conhecimento e propiciando a informação qualificada que sinalizem adequadamente

as melhores alternativas a serem buscadas, o último definindo políticas públicas capazes de combinar conhecimento e iniciativa para emprestar eficácia às ações.

Para que esses objetivos sejam alcançados, há necessidade de grande sintonia entre esses setores, cada um com visão clara do seu papel, sem preconceito e sem duplicação de esforços, a fim de não reproduzir o senso comum formado no julgamento estereotipado, que ora considera os agricultores como bons, ora como maus cidadãos, quando na verdade o que importa é a cacauicultura como atividade produtiva e criadora de riqueza. Quando as sociedades americana e européia, por exemplo, impõem aos governantes condições claras e muitas vezes inegociáveis de apoio ao setor agrícola, não o fazem considerando o comportamento do agricultor, muitas vezes fortemente condicionado por fatores externos, mas por entenderem que existe uma qualidade boa na agricultura e que ela é fundamental para o ser humano.

Essa maneira de ver as coisas descamba para o discurso fácil e solto (“o cacau acabou”), facilmente desmentido pelos dados disponíveis, pois por mais que queiram “matá-lo” ele continua vivo. Com todas as dificuldades, em 1999, no Estado da Bahia, o agronegócio cacau aparece em primeiro lugar como gerador de divisas, perdendo apenas para setores de grande valor agregado, como químicos e petroquímicos. Em 2000 ocupa o segundo lugar entre o agronegócio, desta feita superado por grãos, óleos e ceras vegetais. Considerando as atividades agrícolas da região, o cacau representou 44% da receita bruta em 1999, contra 24% da fruticultura, 18% de cultivos industriais, 6% de cultivos alimentares e 8% de palmáceas/especiarias, isso depois de 15 anos de crise ininterrupta, com a concomitância de uma doença grave (Pacto do Cacau, 2001).

Dados revelados pela Abicab (Almeida, 2001) indicam que o faturamento com a venda de chocolates e bombons em 2000, medido na ponta do consumo, alcançou a cifra de R\$ 5 bilhões, sendo R\$ 4 bilhões só de chocolates, com a previsão de aumento de 35% para 2001. Esses expressivos números revelam uma cadeia produtiva que tem grandes espaços mercadológicos para crescer, se houver maior

eficiência na estrutura de produção a partir da porteira da fazenda, reduzindo o preço final e vulgarizando o consumo do chocolate, permitindo assim o acesso ao consumo de expressiva parcela da população brasileira. Afinal, logo o país estará com uma população de quase 200 milhões e grande parte desse contingente continuará sem consumir chocolate, se os preços continuarem inacessíveis.

Como se observa, a economia cacauera dá sinais evidentes de vigor e isso, mesmo que não tivéssemos um pé de cacau plantado, justificaria o esforço do governo para implantarmos a mesma cultura, em função das suas vantagens comparativas e das grandes possibilidades de mercado a nível interno e externo. Por isso, é muito importante que essa clareza exista nos municípios, como primeiro nível de poder interessado, impregnando as outras instâncias com a vontade e a determinação de continuar fazendo dessa economia o carro-chefe das soluções regionais, evidentemente dentro de uma nova visão conceitual de programas e projetos, que incorpore questões essenciais. Se conseguirmos alcançar pelo menos 20% do total do que é gerado na cadeia, teremos dado um passo definitivo na melhoria das condições sócio-econômicas desta região e nos credenciado junto à comunidade mundial como uma das economias mais capazes do ponto de vista da conservação ambiental.

Até o final deste mês deverá ocorrer a segunda reunião do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau, quando espera-se seja discutido o esboço do **novo programa** para o cacau, de acordo com o Decreto do Presidente da República, de 24.08.01, que criou o CDAC.

Ainda hoje os produtores e toda a sociedade clamam pela libe-

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna 12 a 18 de janeiro de 2002).

O novo programa

ração de recursos do atual Programa de Recuperação na Lavoura Cacaueira Baiana, o que sempre é anunciado com pompa e circunstância, mas logo em seguida os principais interessados esbarram nas chamadas “cartas reversais” ou dita lógica bancária, o que significa enfrentar a burocracia que termina inviabilizando a contratação dos recursos.

Com efeito, o atual Programa, conhecido como o dos “127 milhões”, que atendeu algo em torno de 10% dos agricultores, na quarta e última etapa que tem sido anunciada, seguramente atenderá número insuficiente de produtores mesmo entre o já diminuto grupo beneficiado, porque padece de um defeito estrutural que os seus mentores não cogitaram corrigir, apesar das inúmeras advertências. Hoje, estão disponibilizados R\$ 127 milhões, dos quais apenas cerca de R\$ 80 milhões se destinarão para as práticas de enxertia e de adensamento, mas é bom ressaltar que “sobrou” algo em torno de R\$ 120 milhões, reservados para produtores que apresentaram propostas, mas que não tiveram (nem terão) acesso ao crédito devido às questões burocráticas já citadas.

Por tudo isso, quando se cobra a liberação dos recursos, é necessário que se contribua para esclarecer sobre as razões que impedem que isso ocorra de forma oportuna. E compreender porque tal situação ocorre é tão importante quanto cobrar, desde quando a atitude de cobrar se concentre objetivamente nas mudanças que o Programa deveria experimentar, sem as quais a cobrança se torna mera retórica. Embora seja justificado todo esforço para que se libere os recursos para a quarta etapa, mesmo porque alguns estão dependendo

desses recursos, sabemos que não é mais possível mudá-lo como era preciso, e as preocupações devem voltar-se para o novo programa.

Pois bem, quando se ensaia a discussão do **novo programa**, é importante que alguns pontos sejam esclarecidos. Primeiro, o anúncio do Presidente da República de liberação de R\$ 489 milhões não implica que o dinheiro já esteja disponibilizado; segundo, mesmo que o dinheiro esteja disponibilizado, não significa que os bancos estejam dispostos a aplicá-lo; terceiro, mesmo que os bancos estejam dispostos a aplicá-lo, não quer dizer que todos os agricultores possam se habilitar à obtenção do crédito; quarto, mesmo que todos se habilitem, não implica que todos terão acesso ao crédito e recebam os recursos.

Como, do ponto vista da equidade e da justiça, interessa um programa ao qual **todos** os produtores se habilitem, tenham acesso e recebam de fato os recursos, é importante que se implemente agora, sem subterfúgios, a proposta apresentada às autoridades pelo Pacto do Cacau, de conteúdo conceitualmente diferente do programa que está no final. Com efeito, manter as condições que prevaleceram até o momento não seria apenas repetir o erro; seria tratar a questão com irresponsabilidade, pois todos têm consciência da realidade de que nenhum programa sairá do papel se não forem removidos os obstáculos burocráticos que até então têm dificultado o acesso da grande maioria dos agricultores. E, mesmo assim, diferentemente do programa anterior, se essas dificuldades ocorrerem com o novo programa, têm de ser levadas à opinião pública com a maior transparência, sem sofismas, até para que todos saibam o que cobrar das autoridades.

Para a execução dessa tarefa, o Presidente da República criou o CDAC, que tem a Ceplac com um papel totalmente diferente do que desempenhou no programa anterior, que era de mero coadjuvante técnico. Na condição de Secretaria Executiva do Conselho, a Ceplac tem agora os meios de articular com os produtores encaminhamentos mais adequados e deve assumir uma postura afirmativa diante das questões, sugerindo e discutindo antecipadamente alternativas que evitem a atual *via crucis* dos agricultores, de cujo trabalho de coordenação dependerá em muito um programa consistente e conseqüente. Disso falaremos no próximo artigo.

No artigo anterior, escrevi que os recursos de R\$ 489 milhões não sairiam do papel se não fossem mudadas as regras observadas no Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana que, em 8 anos de execução tumultuada, deixou de aplicar algo em torno de R\$ 200 milhões, o que é um verdadeiro absurdo, considerando-se que todos estão precisando de dinheiro e na verdade não têm clareza das reais dificuldades, evidenciando que não é importante apenas a existência de linhas de crédito, mas que elas possam ser disponibilizadas sob condições operacionais viáveis.

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna 19 a 25 de janeiro de 2002).

Por que os planos falham

Fui abordado por muitas pessoas interessadas em saber as razões pelas quais os bancos exigem tudo, prometem tanto e pouco fazem diante dos apelos diários e desesperados dos produtores.

Tenho dito a todos esses que os bancos não são donos dos programas, não assumem riscos em operações da natureza do que se precisa para o cacau, se baseiam em normativos do Banco Central e só operam com o mínimo de segurança de retorno de seus capitais. Portanto, por mais antipatia que nutramos pelos bancos (e pelos banqueiros) não é a eles que devemos nos dirigir para a solução do impasse. Na verdade, no caso do cacau, eles precisam de garantias que os produtores não têm para oferecer; exigem capacidade de pagamento dentro de prazos incompatíveis com a maturação dos projetos e estão sempre cobrando taxas e sobretaxas que terminam sendo tão extorsivas quantos os juros.

Ora, se são os projetos individuais que viabilizam os programas, é necessário que as condições destes últimos sejam adequadas às especificidades dos primeiros. E não adianta a justificativa que tem sido usada pelos executores do atual Programa de que as condições operacionais em vigor são “o melhor que se pôde conseguir”, para explicar a ineficácia de um mecanismo que deveria prever as dificuldades que muitos enfrentam no momento, depois de terem incorporado um endividamento elevado na primeira e segunda etapas, que não resultou em benefício em termos de controle da vassoura-de-bruxa, endividamento esse ampliado com a terceira etapa que seguramente não será complementada com a quarta por muitos agricultores.

Tudo isso é para dizer que o novo Programa exigido pelo presidente da República ficará irremediavelmente comprometido se não concebermos (e lutarmos por) um mecanismo operacional que reduza e elimine os obstáculos burocráticos, mesmo que os recursos já estejam definidos. Se o programa é de governo, tem um caráter emergencial, e se os bancos se recusam a assumir os riscos das operações (mesmo parciais), vamos sugerir às autoridades públicas a assunção desses riscos num primeiro momento, porque não adianta aprovar de mentirinha um programa se essa questão básica não for resolvida.

Por outro lado, se a esmagadora maioria dos produtores não tem garantias para oferecer, que se crie mecanismos de avais que permitam o acesso de todos ao crédito, sem discriminação, sem papelório, sem custos adicionais; afinal, do ponto de vista do retorno social, o que interessa é voltarmos a produzir 400/450 mil toneladas de cacau e gerarmos algo em torno de US\$ 600 milhões só com amêndoas. E se a capacidade de pagamento é exígua, com prazos menores, e se são necessários até 20 anos para que os projetos amadureçam, vamos exigir que esses prazos sejam concedidos, até porque não podemos nos esquecer que nos encontramos numa fase de experimentação tecnológica.

Mas não vamos só cobrar do Governo medidas que assumam feição paternalista. Apesar dos inquestionáveis benefícios que a cacauicultura tem propiciado ao longo dos anos, do ponto de vista ambiental, social e econômico, que lhe conferem a ética necessária para reivindicar, mesmo assim o que se quer é que o governo defina políticas públicas que contemplem a solução de questões essenciais, como o risco, a concessão de garantias e a capacidade de pagamento, já que o problema dos juros não existe no novo Programa, que se vê liberado dos intrincados esquemas de equalização de taxas a cargo dos tesouros nacional e estadual. Por isso, a criação do Fundo do Cacau se coloca entre as providências preliminares, sem as quais a existência de linhas de crédito tem pouco significado, como o programa atual está a demonstrar.

Existe um conceito básico em economia, enunciando que o investimento é igual à poupança. Dessa igualdade dependem as possibilidades reais de crescimento econômico, significando que

maior volume de poupança implica em mais investimento; logo, se a poupança interna em determinado período for igual a zero, o investimento também será nulo, pois a capacidade de investir depende de poupança pública, cuja forma mais usual de se conseguir é via financiamento.

Como todos percebem, não temos poupança regional. Os últimos 15 anos registram acumulação negativa, o que nos coloca diante de um dilema: ou conseguimos recursos para financiar a recuperação e o desenvolvimento da cacauicultura ou não atingiremos esse im-

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 26 de janeiro a 1º. de fevereiro de 2002).

Um fundo para o cacau

portante objetivo. Por outro lado, retardar mais ainda esse intento implica em perpetuar as condições de empobrecimento e condenar as populações a um período mais longo de atraso econômico e social, com grande sofrimento.

Todavia, a realidade atual mostra com toda crueza que os financiamentos não chegarão aos agricultores apenas por causa de um anúncio do governador ou do presidente da República, por mais bem intencionados que estejam ao assumirem publicamente tais compromissos, o que põe em relevo a necessidade de pressões permanentes, de forma articulada, conduzidas principalmente pelos políticos que assumiram a causa, responsáveis diretos pelos avanços concretos no encaminhamento das soluções. Nesse caso, a atuação dos parlamentares tem como pressuposto que a política maior se sedimenta pela eficácia dos seus resultados e não pela retórica vazia que se desfaz com o tempo, o que torna imprescindível a implementação de medidas consistentes do ponto de vista técnico-operacional, que viabilizem a intenção política.

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, concebido com um volume de recursos no montante de R\$ 367 milhões, é o exemplo mais cabal de que novos critérios de operação devem ser usados pois, da forma como foi implementado, aplicou menos de metade dos recursos disponibilizados, um inaceitável desperdício de esforços e de oportunidades. Os produtores beneficiados por esse Programa eram, em tese, os que tinham as melhores condições para oferecer garantias (possuíam além das propriedades

outros bens) e com maior capacidade de pagamento (muitos consideraram outras rendas além da renda agrícola). Mesmo assim, menos de 800 produtores contrataram a terceira etapa (a mais importante das três) com recursos do BNDES, o que representa cerca de 3% do total; e, do ponto de vista da área, levantamentos recentes revelam que foram enxertados efetivamente cerca de 20.000 hectares de cacau, algo em torno de 5% do total.

Portanto, se quisermos que os recursos oficiais cheguem à região, aumentando o fluxo de riqueza, com os financiamentos alcançando todos os cacauicultores, devemos estar conscientes de que, apesar do quadro político favorável, é absolutamente necessária a apresentação de proposta técnica factível diferenciada conceitualmente da que foi implementada, que tenha maior amplitude e envolva questões essenciais como o meio ambiente, os consórcios agrícolas e a organização empresarial, até para que o crédito se viabilize.

O novo programa determinado pelo Presidente da República, que pretende aplicar R\$ 489 milhões, terá de resolver preliminarmente as questões do risco das operações, das garantias e da capacidade de pagamento; e isso não será alcançado seguindo a lógica bancária, o que exige mecanismos específicos. Se a poupança é absolutamente necessária e não se dispõe dela, agora, é preciso formá-la a médio e longo prazos, possibilitando a liquidez das operações de crédito, algo que beneficiará grandes, médios e pequenos produtores indistintamente. O momento impõe que todos sejam solidários nas dificuldades, que são inerentes a todos os estratos, para que se possa construir soluções que os atendam sem discriminação.

Por isso, é preciso criar mecanismos como o Fundo do Cacau que, entre outros objetivos, absorva a longo prazo os riscos que o Tesouro Nacional vier a assumir a curto prazo, e garanta, com os avais, o acesso ao crédito. O Fundo, com a contribuição parcial dos produtores, além de qualificar a sua ação, os libertará da condição submissa e dependente vivida historicamente pois, com as fontes mínimas de recursos que estão previstas, poderá contar, nos próximos 10 anos, com cerca de R\$ 500 milhões, podendo captar até re-

cursos internacionais, em função da conservação da Mata Atlântica. Esse instrumento emancipacionista assegurará a sustentação da cacauicultura e será a forma pela qual serão encontrados os meios necessários para resolver os problemas num futuro próximo sem os vexames do presente.

Presidida pelo ministro Pratini de Moraes, ocorreu a segunda reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau, em Brasília, no dia 6 do corrente, tendo como principal assunto da agenda a proposta do **novo programa** apresentada pelo setor privado (representantes da lavoura), em atendimento ao Decreto Presidencial de 24.08.01, que prevê a aplicação de R\$ 489 milhões.

Embora se tratasse de uma reunião inicial, as discussões foram proveitosas e se centraram basicamente no Fundo do Cacau, defendido pelo grupo, sobre o qual temos escrito nas últimas semanas. Não há dúvida que se trata de um importante instrumento e todos os esforços devem ser feitos para esclarecer aos que ainda não acreditam na sua importância para os produtores de cacau e para a região como um todo, por isso que

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 2 a 8 de janeiro de 2002).

O fundo do cacau e a reunião do CDAC

continuaremos abordando esse assunto de forma conceitual.

Desde meados da década de 80 que a região e a sua principal economia ingressaram num processo intenso de descapitalização, ampliando a difícil situação de liquidez dos produtores, de grande parte do comércio e da indústria, com repercussões extremamente negativas para o conjunto da sociedade regional.

É certo que nenhum esforço de melhoria das condições produtivas, gerenciais e organizacionais terá o impacto esperado se não houver uma preocupação sistemática e permanente na formação de poupança interna que possibilite a qualquer momento:

- a) fazer frente aos investimentos que a cultura do cacau e as propriedades estão a exigir no momento;
- b) assegurar a capacidade de pagamento dos produtores, em projetos que têm longa duração pelas suas características tecnológicas e precisa de prazos compatíveis;
- c) desenvolver o hábito de acumular como única forma de investir sem as dificuldades hoje enfrentadas;
- d) reduzir de forma continuada a dependência de crédito bancário (inoportuno, inadequado, insuficiente e caro) e das condições impostas pela “lógica bancária”.

Na atual conjuntura de preços relativamente baixos, permanência da vassoura-de-buxa, baixa produtividade, incapacidade de pagamento em função de prazos inadequados, garantias insuficientes devido ao baixo valor venal do bens, pouca ou quase nenhuma disposição dos

bancos para assumirem riscos das operações de crédito, é importante que os produtores se convençam de que só dependem deles as soluções mais consentâneas para a cacauicultura. E o Fundo do Cacau, para o qual se amealhe recursos de diversas fontes, é o mecanismo institucional pelo qual essas soluções serão possíveis.

Por outro lado, o Fundo do Cacau será importante para estancar as perdas de natureza patrimonial e financeira que a lavoura vem experimentando há quase duas décadas, uma fortuna incalculável perdida, o que poderia ser evitado se existisse um mecanismo de poupança que financiasse e garantisse os investimentos que a lavoura reclama há tempos e que ainda não puderam ser viabilizados.

É impressionante como certos agentes públicos continuam com o vício histórico de interferir no processo econômico sem compreender o seu verdadeiro papel na redução das desigualdades. Por isso, o fracasso de muitas políticas públicas, que terminam privilegiando setores concentrados em detrimento de outros que realmente necessitam do apoio da sociedade, o que descaracteriza a importante missão transformadora do Estado, em função da dimensão menor que certos governos eventuais emprestam à atividade pública.

Por outro lado, não é também sem significação o papel menor que certos setores privados conferem à representatividade de classe, notadamente na agricultura, onde muitos porta-vozes assumem a postura cômoda, oportunista e irresponsável de mera extensão de governo sem nenhum compromisso com a área rural, estabelecendo uma relação espúria entre os dois setores, que ficou conhecida no

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 9 a 15 de fevereiro de 2002).

A relação entre o setor público e o setor privado

sindicalismo como “peleguismo”.

Na região cacauceira, e mais especificamente no caso da cacauicultura, essa relação de dependência e submissão é histórica e aparece como a face mais visível (e ao mesmo tempo obscura) de algumas representações regionais, cuja atuação “classista”, muitas vezes caudatária de interesses localizados fora, é pautada quase sempre pelo alinhamento com a estrutura de poder, em prejuízo dos elevados interesses do conjunto da sociedade. Como o chamado senso comum tende a se sensibilizar por esse comportamento enviesado, é fácil entender porque o convencimento é difícil e o processo de mudança penoso e longo.

Nas reuniões do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – CDAC, criado pelo presidente da República, e que tem representantes dos setores privado e público, esperamos que não se repitam as cenas de desvario de certos agentes públicos que não têm a menor percepção do seu papel de coordenação e articulação numa democracia e num regime de livre iniciativa, e por isso devem guardar as suas posições preconceituosas e discriminatórias para o âmbito doméstico. Na verdade, ao compor conselho tão importante, o governo federal realça a necessidade de que a elaboração de políticas públicas seja compartilhada e destaca o papel do setor privado como elemento dinâmico do processo, que deve ter uma interlocução capaz de se expressar tecnicamente de forma clara, consistente e independente; por isso, o que deve prevalecer é o interesse geral, não havendo, portanto, conflito aparente entre um setor e outro, a não ser que cada um, no todo ou isoladamente, represente interesses subalternos não

explícitos, que só o tempo tornará evidentes.

Afinal, já é tempo de os agentes públicos compreenderem que devem mais ouvir do que opinar; e, mesmo opinando, devem ter a consciência de apenas fazê-lo objetivando esclarecer, orientar e harmonizar posições. Quando o agente público assume posições definitivas e, mais ainda, essas contribuem para confundir e desinformar, além de desagregar, desvia-se das suas verdadeiras funções, prestando um desserviço à sociedade.

Do ponto de vista privado, o conjunto dos atores interessados não pode continuar tolerando a dissimulação de muitos dirigentes que se servem dos cargos para obter benefícios pessoais, assumindo a condição de simples áulicos e portadores das idéias oficiais, nem sempre boas. A relação público/privado para que seja positiva e eficaz deve ser pautada pela honestidade de propósitos de ambos os setores, cada um enxergando com clareza o seu papel, única forma de se construir uma parceria que possa ser legitimada pela sociedade e um trabalho compartilhado que resulte em benefícios sociais amplos e continuados.

Mais uma vez fomos surpreendidos com matéria publicada na Coluna do Cacau, de autoria do sr. T. Hartmann, mesmo conscientes de que há muito tempo o citado autor se utiliza de métodos que não conferem credibilidade aos seus escritos. O seu artigo *Uma estranha proposta*, que distorce os fatos de acordo com sua conveniência, confirma essa assertiva.

As dificuldades da lavoura cacauieira têm propiciado discussão moldurada pelo imediatismo e pela manipulação da informação, gerando grande confusão. A informação de qualidade, um direito de todos e dever dos profissionais conscientes, ajuda a formar uma sociedade justa, onde certamente os aproveitadores não poderão transformar dificuldades em oportunidades políticas, muitas vezes envolvendo até pessoas bem intencionadas. Por isso, estamos sempre preocupados em discutir publicamente as idéias e transferir informações que ajudem no entendimento de assuntos às vezes complexos,

(Publicado na coluna *Economia Cacauieira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 16 a 22 de fevereiro de 2002).

Ética e vilania

que sejam de interesse geral.

Com efeito, no dia 17.12.01, ocorreu a primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau - CDAC, quando a presidência desse Conselho solicitou ao setor privado a apresentação de **nova proposta** para o cacau, em obediência ao Decreto Presidencial de 24.01.01, um reconhecimento **oficial** de que o atual Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana não atendeu às necessidades da lavoura. Apesar dessa constatação, os restantes R\$ 127 milhões têm que ser liberados de forma imediata, razão pela qual as entidades que formam o Pacto do Cacau estão fortemente empenhadas nesse sentido junto às autoridades públicas que realmente têm condições de resolver os impasses.

Os titulares da CNPC e da ABC e mais os dois representantes dos produtores elaboraram um documento preliminar, baseado na proposta do Pacto do Cacau, discutida amplamente com a sociedade regional e legitimada pelas amplas adesões a partir de seminário técnico realizado na Ceplac. A proposta do Pacto já havia sido entregue ao governador da Bahia, com quem foi discutida em duas oportunidades e o governador orientou as lideranças do Pacto para que a negociassem com setores do governo federal, usando o nome do próprio Estado. Esses entendimentos não tiveram o curso esperado e logo em seguida deputados do PMDB e do PSDB entregaram a mesma proposta ao presidente da República, o que resultou na sua vinda à região e na criação do CDAC.

Considerando que o setor privado, em tese, tem seis repre-

sentantes no CDAC, dois dos quais não haviam participado da elaboração do documento, e o interesse de todos na apresentação de uma proposta única, os seus nomes foram relacionados na versão original, dentro do pressuposto de que não poderiam ser excluídos, embora sabendo que a idéia de exclusão sempre pautou o comportamento dos que até então conduziram esse processo. Essa versão do documento foi encaminhada aos representantes da Federação da Agricultura do Estado da Bahia e da Comacau, para que a criticassem e oferecessem suas sugestões, **antes da segunda reunião ordinária do CDAC**, prevista para o dia 06.02.02, quando o assunto seria discutido.

Como não houve manifestação formal dos representantes da Faeb e da Comacau, a proposta **efetivamente apresentada** ao CDAC **foi assinada** pelos quatro representantes inicialmente citados (e só essa versão tinha validade), não tendo, portanto, o menor sentido a referência que o Sr. Hartmann fez à inclusão dos referidos nomes. Primeiro, porque a ética indicava que deveríamos incluí-los na discussão preliminar; segundo, porque também o comportamento ético exigia que os seus nomes fossem retirados uma vez que não se pronunciaram sobre o documento.

Assim, ao criar uma situação fantasiosa, o citado articulista volta a insistir nas intrigas, com objetivos claramente divisionistas, talvez pelo fato de estar ciente de que, em Brasília, no dia 06.02.02, a discussão da proposta foi suspensa, ensejando que se retomassem as tentativas de entendimento entre os quatro representantes referidos e os da Faeb e Comacau.

Por outro lado, as insinuações de que a elaboração do documento teria sido atribuída à Ceplac, sem o conhecimento desse órgão, quando constavam apenas os nomes dos titulares da CNPC, da ABC e dos representantes dos produtores, que o assinaram, e a citação de corrupção num país da África, para justificar a crítica ao Fundo do Cacau, comparando o Brasil à Costa do Marfim, é imprópria.

Se o colunista revela nos seus escritos não possuir predicados para dar lições sobre comportamento, muito menos poderia falar de ética com a desenvoltura que exibiu no artigo. **Ética é atitude** impregnada de

valores morais, - aqui, na África ou mesmo na Hungria - e não pode ser confundida com vilania.

Temos recebido inúmeras mensagens de apoio aos comentários sobre economia cacaueteira, especialmente em relação à proposta do novo programa apresentado ao Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau - CDAC. Uma delas, do agrônomo **Demosthenes Lordello de Carvalho**, especialista em gestão ambiental e diretor do GRAMA, além de educada, veio acompanhada do artigo *Mata Atlântica e o Cacau*, que o citado especialista escreveu com o objetivo de contribuir “*na operacionalização do novo programa*”, algo raro nesta região onde poucos contribuem para o debate construtivo e muitos se dedicam à única coisa que talvez saibam fazer com alguma desenvoltura: a ofensa desnecessária. Com efeito, quem se deparou com matéria publicada no dia 25.02.02, em a Tarde Rural, percebeu uma inequívoca patologia na maneira como algumas pessoas se manifestam, cujas mensagens cheias de ressentimentos ele transformou em algo extraordinário (?), como se extraordinário fosse o recebimento de e-mails, contra ou a favor. Mas vamos ao mais importante, que

(Publicado na coluna *Economia Cacaueteira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 23 de fevereiro a 1º de março de 2002; e no jornal **A TARDE Rural**, Salvador, 4/3/2002).

Mata Atlântica, cacau e sanidade

é o artigo de Demosthenes, que transcrevemos na íntegra, pela sua relevância e interesse:

“A Mata Atlântica, originalmente estava presente do Ceará ao Rio Grande do Sul. Atualmente, não chega a 8% de sua composição original. No nordeste brasileiro, a Bahia é considerada a maior detentora de fragmentos deste bioma. Em estudos realizados por botânicos de instituições nacionais e internacionais foram detectadas, nestas áreas, uma das maiores biodiversidades do planeta.

Os viajantes que vêm a Ilhéus, município do sudeste baiano, de avião, devem imaginar estar chegando em uma região ainda com grande cobertura florestal. Esta impressão ainda é possível graças ao cacauieiro, planta originada na bacia amazônica e introduzida na Bahia há quase 200 anos.

As plantações de cacau ocuparam por substituição o sub-bosque da Mata Atlântica e mantiveram alguns indivíduos de porte arbóreo nativos desta mata, no estrato superior, como elementos promotores de sombra, formando o que denominamos de sistema agro-florestal cacau-cabruca. Se, por um lado, esta atividade antrópica alterou a paisagem natural da região, sua implementação no modelo agro-florestal, minimizou o efeito borda presente nos fragmentos florestais remanescentes e interligou estes fragmentos (corredores ecológicos), o que permitiu e permite até hoje a troca de material genético entre os mesmos, contribuindo, assim, na manutenção da biodiversidade.

Sob o ponto de vista de impactos ambientais causados pela agropecuária, a lavoura cacaueteira, comparativamente a outras atividades que degradaram a Mata Atlântica, se apresenta como uma atividade de baixo impacto. Há cerca de 13 anos, a região sudeste da Bahia foi surpreendida com uma doença do cacaueteiro denominada de vassoura-de-bruxa e muitas plantações deixaram de ser viáveis economicamente, sendo substituídas neste período pela pecuária e também pelo café, atividades de médio a alto impacto ambiental. Apesar de já existir tecnologia para o controle desta doença, as políticas públicas, voltadas para estimular os cacauicultores a manterem suas lavouras, não tiveram sua implementação com a velocidade desejada, sendo que algumas propriedades, situadas em áreas estratégicas para manutenção dos corredores ecológicos, foram substituídas pelas culturas acima citadas.

Perdemos ambientalmente algumas batalhas, mas não perdemos a guerra para a manutenção da biodiversidade regional, hoje reconhecida internacionalmente. Novas políticas públicas estão sendo traçadas para o agronegócio cacauete e nós, ambientalistas, temos a esperança que os recursos financeiros necessários para a recuperação desta lavoura cheguem logo, sem burocracia, nas mãos dos produtores, pois entendemos ser este tipo de agricultura implantada em modelo agro-florestal, parceira na conservação dos fragmentos da Mata Atlântica ainda presentes nesta região.

Demosthenes Lordello de Carvalho”

Nossos agradecimentos ao Demosthenes pela colaboração. Estamos certos de que só com inteligência, espírito solidário e determinação, reconstruiremos essa economia, conscientes ainda de que vivemos um momento diferenciado, que não ensaja mais que interesses menores se superponham às postulações de amplo alcance social, como sempre prevaleceram nesta região, e que fo-

ram responsáveis pela perpetuação do atraso. Aqueles que, mesmo distantes, continuam vociferando arrogância, julgando-se censores de tudo e de todos, incapazes de qualquer contribuição no campo das idéias, como se as soluções que interessam a muitos devessem sempre limitar-se ao âmbito das suas visões pessoais, devem procurar o fórum apropriado.

A região se depara com uma grave crise estrutural que resultou num processo de iliquidez, de perda patrimonial, de quase insolvência, de perda de parcela de mercado para o seu principal produto, o cacau. Os produtores, de forma geral, não têm poupança, não têm capacidade de pagamento para obter financiamentos nas condições convencionais, não têm bens suficientes para oferecer em garantia dos empréstimos, nem os bancos estão dispostos a correr qualquer tipo de risco em operações destinadas à cacauicultura, daí os que conseguiram ter acesso ao crédito representam uma parcela pequena do universo.

A idéia do Fundo do Cacau, apresentada às autoridades federais, baseia-se nessa realidade concreta, que está a exigir um esforço de capitalização, a médio e longo prazos, que livre o produtor de cacau da condição de pedinte, e a sociedade regional, como um todo, de órfã dessa situação, fazendo retornar os fluxos de riqueza em benefício de todos. Essa é também uma maneira de fazer ressurgir a auto-estima há muito tempo perdida.

No regime em que vivemos, só a desinformação pode associar

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 2 a 8 de março de 2002).

Alguém perde com o fundo?

criação de Fundo e estatização. Ao contrário, a intervenção estatal se observa quando a iniciativa privada se subordina aos ditames oficiais, aceitando quaisquer regras, até as predatórias, porque não detém força econômica (e, portanto, política) para fazer prevalecer interesses maiores. O Fundo será esse instrumento para tirar o produtor e a região dessa subordinação inaceitável.

Por outro lado, se forem contabilizadas as perdas da lavoura (de natureza financeira e patrimonial), que vêm se acumulando desde meados da década de 80, e que não têm retorno, seguramente elas equivalem a dez vezes o valor que está previsto na proposta para o Fundo do Cacau, nos três primeiros anos. Essas perdas teriam sido evitadas há muito tempo e as soluções para o cacau abreviadas, se a lavoura não estivesse, como sempre esteve, a mercê de ações públicas que nunca ocorreram de forma adequada. O que se pretende agora não é intervenção estatal, mas que o governo aja institucionalmente para gerar políticas públicas consentâneas com a dimensão do problema da cacaucultura.

Além de ser um instrumento de acumulação, como exige o bom capitalismo, o Fundo será um instrumento importante para a captação de recursos, que permitirá aos produtores e à sociedade regional resolver os problemas, com mecanismos próprios de poupança, sem precisar mendigar favores oficiais e intervenção estatal que nem sempre têm sido eficazes, no equacionamento das questões. Ademais, na forma apresentada pelos representantes da lavoura ao CDAC, para cada R\$ 1,00 de contribuição do produ-

tor de cacau, se prevê a contribuição de R\$ 5,00 de outras fontes.

São indiscutíveis as vantagens de criação do Fundo e as condições são extremamente favoráveis para que isso ocorra, porque é um mecanismo emancipacionista que reporia a capacidade da lavoura e a auto-estima dos produtores.

Mas, de qualquer sorte, o que buscamos é uma solução para o problema da assunção do risco nas operações, das garantias que serão exigidas, da capacidade pagamento, que só poderá se viabilizar em prazo mais longo, e dos encargos financeiros. Se alguém (inclusive o governo) tem soluções melhores para resolver essas questões – possibilitando que todos os interessados sejam atendidos – que as apresente de forma objetiva porque existe boa vontade do grupo em conhecê-las.

Enquanto isso, continuaremos defendendo a idéia do Fundo. Pela sua dimensão, amplo alcance e reduzido ônus, ninguém perde e todos ganham. A não ser que o governo assuma de forma clara e insofismável as responsabilidades inerentes, como querem os que, contraditoriamente, condenam a presença estatal.

Até do ponto de vista estrito são incompreensíveis as objeções que alguns produtores fazem à criação do Fundo do Cacau, que se pretende constituir com a contribuição econômica equivalente a R\$ 1,00 por arroba de cacau, aos níveis de preços atuais. Trata-se de reações de cunho puramente emocional, já que, com essa reduzida contribuição, os seguintes problemas poderiam ser resolvidos de imediato: a) inexistência de quem assuma os riscos das operações de financiamento à cacauicultura (nenhum banco está disposto a fazê-lo); b) inexistência de bens patrimoniais que sejam suficientes para garantir as operações; c) insuficiência dos prazos atuais (inclusive carência); d) reduzida capacidade de pagamento; e) elevados encargos financeiros. Não se pode esquecer ainda que essa contribuição dos produtores equivale apenas a 1/5 dos recursos previstos para a formação inicial do Fundo.

Raciocinando-se que um produtor isolado não tivesse os problemas acima, mesmo assim, a sua situação de dependência e exaustão financeira seria tal que o seu poder de barganha seria nulo, o que não lhe conferiria capacidade negocial. Teria então que submeter-se de forma quase absoluta aos ditames oficiais e às exigências operacionais

do setor bancário/financeiro e, conseqüentemente, ao abuso das taxas e sobretaxas que oneram substancialmente o custo do dinheiro, às

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 9 a 15 de março de 2002).

Fundo do cacau, atitude e aritmética

comissões de todos os matizes e à uma cultura burocrática com forte viés corporativo que retarda a aplicação do crédito, implicando não só em perdas financeiras mas sobretudo em prejuízos patrimoniais (o adubo que não se usa no tempo certo ou a poda que é retardada afeta negativamente o investimento).

Paradoxalmente, muitos não fazem essas contas simples, “quase de chegar”, inclusive esse produtor que citamos como exemplo. Quanto custou, por exemplo, a paralisação durante dois anos do atual Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana? Quanto custaram os atrasos sucessivos na liberação dos recursos da primeira, da segunda e da terceira etapas desse Programa? Quanto custaram, por exemplo, as viagens, os pagamentos em cartórios, as certidões (muitas das quais, inútuas)? Quanto custou, por exemplo, cada pé de cacau perdido, enquanto se esperava solução de governo, que não veio? Quanto representaram as “comissões” (devidas e indevidas) que foram pagas?

Se esse mesmo produtor deixar de nortear a sua atitude por influências “externas”, quase sempre evadas de interesse subalterno, não terá dificuldade em concluir sobre a pobreza dos argumentos contrários ao Fundo. E concluirá, também por meio de simples exercício aritmético, que a contribuição para o Fundo não é perda; é poupança, é acumulação, algo essencial na estrutura capitalista e de suma importância para a cacauicultura, cujo horizonte é de investimentos a longo prazo. E enxergará o ganho extraordinário que terá com a iniciativa; sim, porque se fizer as contas certinhas, verá que,

com a manutenção da situação atual, as perdas não se estancarão e se acumularão de forma infinita. Sem retorno nem solução.

Ao ganho financeiro e patrimonial, os produtores e a sociedade regional optam por um mecanismo emancipacionista, que os libertará da tutela institucional e constrangedora a que têm sido submetidos por mais de dois séculos. De sorte que o ganho de natureza psicológica, modificando de forma radical a atitude, é algo imensurável, pelo que possa advir, ajudando a reparar a dignidade e a elevar a auto-estima dos diversos atores que compõem um setor que, apesar das inestimáveis contribuições que ofereceu em vários campos, continua sendo tratado com indiferença pelo setor público. Em parte porque também assim o quisemos, ao assumir a cultura da dependência.

Portanto, dentro dessa dimensão estrutural, as reações ao Fundo situam nesse campo de interesses muito restritos do ponto de vista social, que alguns ainda tentam fazer prevalecer, nem sempre em seu próprio benefício, já que poucos agem em função de percepção adequada do seu problema e terminam adotando posições irracionais e contraditórias face aos seus próprios interesses. Trata-se, na verdade, de um problema de atitude (é preciso refletir de forma sistemática sobre os nossos reais problemas e não entregar essa tarefa a outros), o que de fato termina facilitando a missão predatória dos que fazem da desinformação a sua arma de convencimento. Mas continuamos acreditando que a informação qualificada fará a diferença.

Pesquisas científicas recentes, realizadas em universidades americanas, identificaram que o fruto do cacau é uma fonte rica de fitoquímicos benéficos, tais como antioxidantes e flavonóides. Essas investigações concluíram que os antioxidantes do cacau produziam, por horas seguidas, efeitos positivos em fatores que normalmente ocasionam acumulação de placa nas artérias e que pessoas que consumiam chocolates elevaram os seus níveis de bom colesterol. Concluíram ainda que o chocolate não causa acne, não cria dependência, não produz cárie dentária (ao contrário, o cacau parece inibir o crescimento bacteriano que promove a formação de placas nas gengivas) e não interfere na absorção do cálcio, pois não se encadeia com o cálcio do leite que lhe é adicionado, tornando-se assim uma maneira fácil

de fazer com que as crianças bebam mais leite, comendo chocolate ! (Marden e Ogar, 2002).

É evidente que tais benefícios estão associados a uma qualidade intrínseca do cacau, que empresta ao chocolate aroma e sabor inconfundíveis. Não é sem razão que chocolate se tornou sinônimo de cacau desde os idos de 1600, *quando suas virtudes saudáveis já eram proclamadas aos quatro ventos* (Marden e Ogar, Ob. Cit.). Mesmo os “chocolates” produzidos com grandes quantidades de gorduras

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 16 a 22 de março de 2002).

Nem tudo é chocolate

hidrogenadas não perdem essa característica específica (em função do uso da torta), embora outras de grande importância sejam reduzidas devido à menor proporção do seu componente mais importante – a manteiga.

Pois bem, apesar de tudo isso, setores ligados à indústria brasileira de chocolates entregaram ao governo um projeto que pretende reduzir de 32% para 28% o limite mínimo de derivados de cacau (liquor, manteiga e torta) para que o produto seja considerado chocolate. Um dos motivos que apresentam para justificar essa pretensão, o fato de o país importar chocolates com menos cacau, não pode ser usado para explicar questões de competitividade interna já que as importações desse produto são taxadas. E o argumento utilizado por um dos fabricantes, de que não haverá perda de qualidade, é refutado por *experts* estrangeiros que confirmam alterações na consistência e no gosto do chocolate.

A idéia de que a manteiga de cacau pode ser substituída por gorduras hidrogenadas de “boa qualidade” é um despautério, pois não há nada que substitua o cacau mantendo a qualidade do chocolate; o conceito de “bom”, do ponto de vista sanitário, não está ligado à aparência dos produtos mas à forma como são produzidos. As gorduras hidrogenadas são produtos tratados quimicamente e seguramente afetam a qualidade dos “chocolates” vendidos por aí, com menor porção das propriedades oferecidas pelo fruto do cacau. A depender da origem podem causar, sim, os efeitos nocivos comumente atribuídos aos chocolates com puro cacau.

No império da “chocolatria”, nem tudo é chocolate e, na ausência de fiscalização, é comum o consumidor comprar “gato por lebre”, sem se dar conta de que isso afeta o bolso, a saúde e a dieta. Em geral, as gorduras hidrogenadas custam algo em torno de 1/3 do valor da manteiga de cacau, mas os preços dos “chocolates” quase sempre se mantêm inalterados, como se fossem totalmente compostos com cacau.

Na verdade, diante de uma perspectiva de preços favoráveis para a *commodity* cacau nas bolsas, o que os fabricantes pretendem de fato é se precaver contra o aumento dos custos unitários, **mantendo as margens de lucro**, o que seria feito à custa dos consumidores, que teriam dois prejuízos imediatos: preços relativamente mais elevados e produtos sem a qualidade do chocolate. Outro setor prejudicado seria o dos produtores, que está recompondo o esquema produtivo com novos investimentos e não poderia ficar à mercê de mudanças substantivas impostas por interesses circunstanciais dos fabricantes.

Nas cadeias agro-alimentares, os produtores e os consumidores são dois elos fundamentais, e a forma de apropriação da renda gerada nessas cadeias varia de produto para produto, a depender do nível de organização dos vários setores envolvidos. No caso da cadeia produtiva do cacau, os produtores recebem uma parcela proporcionalmente menor do que aquilo que é gerado e os consumidores pagam pelos produtos que compram mais do que deveriam pagar se fosse considerada remuneração compatível para os investimentos no setor. Logo, **as decisões de governo** não podem prejudicar justamente os segmentos mais fracos da cadeia, **impondo-lhes** os sacrifícios da chamada economia de mercado enquanto os benefícios são reservados aos setores organizados. Afinal, o que foi feito quando os preços internacionais do cacau situavam-se persistentemente abaixo da faixa de U\$ 1,000.00 por tonelada?

Por outro lado, é preciso acabar com a mania de confundir interesses da indústria (nacional ou internacional) com os dos consumidores dos respectivos países; ou de governo dos países produtores de cacau com os dos produtores. Em qualquer país, o consumidor pensa consumir efetivamente chocolate (com puro cacau) a

preços mais acessíveis e por isso não pode aceitar a idéia de comprar “gato” pagando o preço de “lebre”.

Num texto preciso, conciso e inteligente, o jornalista Antonio Lopes, ao se referir à questão do cacau, disse na coluna **Carta ao Leitor** (A Região de 23/02/02) que *é injustificável que nossas lideranças políticas (empresariais e operárias) se quedem apáticas, sem tugar nem mugir, a tudo assistam como se a grave questão da economia cacaueteira a elas não dissesse respeito e se passasse em algum país distante*. Um mergulho em inocente e quase criminoso silêncio, assevera ele.

Delfim Netto, com sua grande experiência teórica e prática, portanto, distante do exclusivismo academicista, diz que *“a mídia essencialmente urbana costuma tratar com bastante ligeireza as questões da agricultura. De uma maneira geral prevalece uma atitude de indiferença, mesclada às vezes de hostilidade em relação aos problemas que afetam o produtor rural”* (Jornal do Comércio, de 11.02.02).

O mundo debate no momento o protecionismo que as nações desenvolvidas teimam em conceder aos seus produtos, o que tem sido contestado por governos de países menos dotados, como é o caso do Brasil, que insiste na tese pouco pragmática de que os Estados Unidos e a Europa devem eliminar as barreiras impostas aos produtos importados. Por isso, esbravejam os ministros da Agricultura, do

(Publicado na coluna *Economia Cacaueteira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 23 a 29 de março de 2002).

Agricultura e proteção

Desenvolvimento e das Relações Exteriores; esperneia parcela ponderável da mídia, mas essas nações que historicamente aprenderam a respeitar a agricultura como algo fundamental para suas sociedades parecem pouco incomodadas com as reclamações.

É desnecessário muito esforço para entender porque outros povos consideram o setor rural essencial à sobrevivência, prestando-lhe atenção especial. Na verdade, a roupa que vestimos se origina da agricultura (ou da agroindústria); ocupamos a mesa (de madeira) e comemos produtos vindos do campo (trigo, café, chocolate, pão, leite, frutas e verduras); ligamos o carro que será movido com combustível oriundo dos campos; sentamos em cadeiras fabricadas e lemos jornais que foram feitos com materiais extraídos das matas; respiramos bem ou mal em função das árvores que cultivamos (ABAG-RP, 2002).

No caso dos países europeus, desde o mercantilismo – e já se vão quase três séculos – a agricultura era uma atividade primordial, daí porque todo e qualquer pedaço de terra deveria ser cultivado, comportamento que impregnou-se no seio da população como princípio, porque para essas sociedades a questão de sobrevivência era crucial. Tornou-se ideologia; tornou-se doutrina; tornou-se paradigma. Não é sem razão que a fisiocracia, primeira escola a sistematizar o conhecimento na área das ciências econômicas, considerava a agricultura, exageradamente ou não, como a única atividade capaz de gerar excedentes e, portanto, riqueza e desenvolvimento.

Os Estados Unidos, ao se configurar como nação livre e independente, definiu como ponto de honra garantir aos seus cidadãos a

segurança militar e a segurança alimentar, acima de quaisquer interesses. *Após 226 anos de prática, eles continuam sustentando esses princípios e por isso protegem a sua siderurgia e a agroindústria da competição externa. Isso devia nos ensinar algumas coisas, como por exemplo, deixarmos de condenar a concessão de subsídios à nossa agricultura* (Delfim Netto, 2002).

Se os povos ditos desenvolvidos tinham essa percepção sobre a agricultura, os ditos subdesenvolvidos acharam que podiam dar saltos e construíram um modelo de desenvolvimento reflexo que os economistas chamam de dicotômico, que resultou em brutal transferência de renda do setor rural para as cidades. Se a sociedade urbana não cultiva valores que colocariam a sobrevivência em primeiro plano, não pode condenar os que assim agem. Se cometemos a insanidade de escancarar os nossos mercados, esquecendo lições do próprio Adam Smith, - pai do liberalismo - que recomendou cautela e prudência na abertura das economias, para que as indústrias nascentes não fossem aniquiladas, a tolice é nossa e não deles. Por isso, *em lugar de aceitar as regras de 'bom comportamento' que os formuladores de políticas do primeiro mundo recomendam, vamos tentar entender os nossos reais interesses* (Ob. cit.).

É por isso que a advertência acima, do jornalista Antonio Lopes, é pertinente e soa como um alerta à sociedade e às autoridades públicas, principalmente as municipais, de quem se espera atitude mais afirmativa em relação à economia regional, que rompa o imobilismo, a omissão e a indiferença. Quando temos, além do cacau, vantagens excepcionais para desenvolver um setor agroindustrial vigoroso, próspero e capaz de atender aos mais amplos interesses, devemos propiciar à nossa agricultura todas as condições de que precisa para cumprir seu papel histórico.

A necessidade de cooperação entre os seres humanos é algo que a história registra desde os primórdios da civilização. Nas sociedades primitivas, as pessoas sobreviviam às dificuldades juntando-se para a realização de tarefas comuns, conscientes do fato de que só a solidariedade poderia impulsioná-las na direção de metas para as quais nenhum, isoladamente, se mostrava em condições de alcançar.

A humanidade tem vivido momentos em que tenta coexistir com todas as formas de exploração econômica, buscando a sobrevivência, o que tem conseguido de forma parcial. Algumas vezes usando o autoritarismo, outras vezes buscando a liberdade, mas sempre se deparando com dificuldades: a fome, a pobreza, a miséria, a morte. Em todas as realidades, a cooperação tem sido a forma eficaz para reduzir os problemas dos que se deparam com desigualdades, pobres ou ricos, evidenciando que a solidariedade pode ajudar o ser humano a perseguir os seus sonhos (Nascimento, 2000).

Portanto, desde as épocas mais remotas, as questões de sobrevivência eram resolvidas com espírito cooperativo e comunitário, até pela necessidade de auto-preservação. O homem hodierno é diferente? Seguramente, não; a diferença básica entre as sociedades de então e a atual é que antes existia forte consciência desse fato e embora não se pudesse falar de cooperativas com o arcabouço jurídico do presente, podia-se falar da existência de co-

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 30 de março a 5 de abril de 2002).

Ideologia da cooperação

operação. Na verdade, a necessidade de sobrevivência nas cidades é muito mais aguda, em função da complexidade e distanciamento impostos pela acelerada e desconectada urbanização, e pelas disputas laterais impostas natural e artificialmente.

É possível que o crescimento notável do homem, influenciado por tais circunstâncias, tenha modificado tanto sua percepção dos fatos e da realidade, que não lhe permite enxergar que o problema de sobrevivência continua crucial, principalmente porque exacerbou-se a contradição entre a necessidade de juntar-se e o egoísmo fermentado pela ausência de solidariedade, dificultando a realização de metas pessoais dentro de um ideal de liberdade. Mesmo assim, foi nesse mundo pressionado pelos efeitos da revolução industrial que os chamados “pioneiros” de Rochdale conceberam um conjunto de princípios essenciais à preservação do cooperativismo, tão atuais quão distantes da prática de muitas cooperativas, as quais apenas reproduzem experiências puramente mercantis que nada têm a ver com o conjunto doutrinário que as justifica (Nascimento, Ob. cit.). Mas é fato que o desconhecimento dessas regras, quaisquer que sejam as razões, tem sido responsável pelo distanciamento das cooperativas dos seus reais objetivos transformadores.

Para os que apenas repetem soluções antigas, como se novas fossem, não custa lembrar o conteúdo inovador da iniciativa dos 28 tecelões, na Inglaterra do século 18 que se “modernizava”. O avanço do movimento naquela época seguramente não pode ser atribuído à “adaptação” das cooperativas, à “modernização” que estava em curso

com a revolução industrial – e que produziu grandes contingentes de miseráveis – mas à reação objetiva e consciente dos que eram produto dessa exclusão. Os ensinamentos desses precursores são mais atuais do que muitos manuais de marketing de varejo, usados em profusão pelo senso comum.

É evidente que o esforço de realçar o papel dos “pioneiros” não é justificado apenas pela importância do conteúdo *strictu sensu* dos princípios que enunciaram, mas pelo fato de entenderem que a reação só seria possível se fossem capazes de definir alguns conceitos básicos que servissem de guia, do ponto de vista da organização, da capitalização, dos deveres e dos direitos, da ética, da liberdade, da democracia, antes de darem o primeiro passo na criação da cooperativa. Essa visão é um pouco diferente do que se observa no momento, quando muitas experiências são ditadas pelo oportunismo de uns e a irresponsabilidade de outros (inclusive no setor público), e “cooperativas” são constituídas sem que o “grupo”, ao menos, identifique o seu real problema.

Essas questões põem em relevo o grande papel da academia – se não continuar com ouvidos de mouco - na sistematização do conhecimento sobre cooperativismo, nos dias atuais. Não com a visão de mera duplicação das estruturas existentes, pois *as cooperativas não nascem por mero amor à duplicação*, mas como uma proposta de transformação dos métodos tradicionais, capaz de emprestar alguma racionalidade social ao desperdício e à ação predatória impostos pelo capitalismo monopolista, e que tem como fundamento a ideologia, a doutrina e a teoria. Afinal, embora tenham sido os tecelões de Rochdale os primeiros a emprestar forma concreta ao cooperativismo, ele surgiu da mente fértil de homens que pensaram a realidade e buscaram formas de melhorar a condição do ser humano.

Não faz muito tempo, abordando os descaminhos do cooperativismo brasileiro, escrevi: *pais de família, muitos deslocados de antigos empregos, e jovens recém-formados, que aspiram melhores condições de vida, estão sendo sistematicamente enganados pelos que hoje se servem do cooperativismo para induzir a criação de cooperativas atreladas ao poder público ou ligadas a determinadas empresas, em função do imediatismo*

dos seus interesses. Se as organizações estaduais de cooperativismo não podem, ainda, impedir a criação dessas entidades, muitas das quais já funcionam sem qualquer registro, devem denunciá-las às autoridades, às repartições públicas e à sociedade em geral, em benefício do próprio cooperativismo (Nascimento, ob. cit.).

Disse ainda que as cooperativas criadas com essa inspiração, para atender interesses subalternos, tornaram-se: a) meras agências ou extensões de governos, que as utilizam para objetivos estranhos ao seu verdadeiro papel; b) simples repassadores de bancos, que as estimulam, visando a concessão de créditos especiais, normalmente a “meia dúzia” de pessoas, apenas para cumprir exigências dos financiadores, sem qualquer preocupação com a continuidade da cooperativa; c) instrumentos que possibilitam burlar obrigações fiscais e trabalhistas por parte de certos setores privados e públicos; d) corporações vinculadas a pequenos grupos – corpo burocrático – distantes dos

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 6 a 12 de abril de 2002).

As falsas cooperativas

interesses dos pretensos donos; e) artifícios intoleráveis para fortalecer posições de grupos já concentrados, que usam a “bandeira” do cooperativismo para “legitimar” ações predatórias; f) núcleos com objetivos puramente político-partidários; g) uma forma pela qual o setor público libera mão-de-obra, reduzindo ou retirando conquistas já obtidas pelos meios convencionais (Nascimento, ob. cit.).

Essa situação se tornou extremamente dramática a partir da Constituição de 1988, que proibiu a intervenção estatal nas cooperativas e tornou livre a criação dessas entidades sem a prévia autorização oficial, condição ainda mantida para as cooperativas de crédito, que têm o Banco Central como órgão de controle. A liberdade assegurada por dispositivos constitucionais tem sido confundida com o direito à licenciosidade na formação dessas sociedades, ensejando a presença de consórcios, grêmios, pré-partidos políticos e até agências de emprego, batizados com o nome de cooperativas. Lastimavelmente, muitas organizações estaduais de cooperativas, sobretudo as despreparadas conceitualmente, não têm desempenhado o papel que a lei lhes faculta no sentido de coibir essa prática nociva, que prejudica não só o cooperativismo, mas os “associados” enganados pelas circunstâncias.

Por outro lado, se a Constituição transformou em “letra morta” alguns dispositivos da Lei 5.764/71, que rege o cooperativismo, manteve intactos outros, de conteúdo substantivo, que servem como norma para balizar o comportamento das cooperativas (inclusive as de crédito, ainda sob tutela estatal), por si claro, preciso e suficiente, para os que eventualmente precisam separar o joio do trigo, até por dever

de ofício. É fato incontestável que tais “cooperativas”, principalmente no ramo de trabalho, onde proliferam (mas não só nele), não podem continuar desqualificando o papel das verdadeiras cooperativas, que terminam sendo niveladas por baixo, incompreendidas pela sociedade e pelas instituições públicas e, as vezes, colocadas no “mesmo saco”.

Na verdade, o Poder Judiciário, comumente demandado em questões trabalhistas, e os órgãos que arrecadam tributos, interessados em assegurar procedimentos fiscais, têm fortes razões para se aprofundar nessas questões, e a Lei Cooperativista citada é a norma diante da qual os diversos agentes públicos poderão se debruçar para saber se uma cooperativa é falsa ou verdadeira. Não será difícil, à luz da legislação e do seu cumprimento estrito, saber se se trata de mera agência de emprego (privada ou pública), normalmente dirigida por um gestor “nomeado”, onde os “associados” não têm a menor idéia sobre deveres e direitos, ou de uma cooperativa formada a partir de sólida base institucional. De qualquer sorte, essa tarefa de compreensão e de entendimento das especificidades do cooperativismo é absolutamente necessária para que as cooperativas - falsas e verdadeiras - não sejam colocadas na mesma vala comum, em prejuízo destas últimas, do cooperativismo de forma geral e das pessoas. Assim, os agentes públicos, ao cumprir as suas funções de maneira justa e equânime, também estarão desempenhando importante papel educativo.

Choramos a perda, para nós prematura, de Frederico Sampaio Edelweiss, o nosso amigo Fred, um dos principais atores nas cenas diárias dos embates dessa sofrida economia cacauêira, à qual serviu com destemor, dedicação, persistência, compromisso público e muita coragem cívica. Por isso, esta semana a coluna é dedicada a sua memória, uma maneira singela de homenagear alguém que construiu com atos afirmativos toda sua história de vida.

Durante duas décadas e meia compartilhei com Fred as agruras, as dificuldades e a busca de soluções duradouras para o cacau e para o cooperativismo. E fui testemunha da sua presença marcante; da sua disciplina; do seu estoicismo; do seu compromisso público; da sua coerência no comportamento; da sua lealdade aos amigos. E também das suas utopias, como a busca de um cooperativismo forte e influente,

que se afirmasse como instrumento emancipacionista, apesar da nossa realidade cultural refratária; mas, justamente por isso, perseguiu esse objetivo com todas as suas forças, pois, como Desroche (pensador francês), tinha consciência de que *no cooperativismo a ausência de utopia é o mesmo que a certeza sem esperança, o quotidiano sem sonhos, a prosa sem poesia, a memória sem imaginação, a realidade sem mudança.*

Foi um capitalista de escol, desses que emprestam racionalidade econômica às atividades suas em perfeita consonância com a racionalidade da sociedade. Nesse particular, suas idéias se aproximavam da vertente natural da economia, que ensina que a vida e as relações entre os seres humanos não podem se converter num perde-ganha,

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 13 a 19 de abril de 2002).

Fred Edelweiss

porque todos podem ganhar sem que alguém precise perder. Por isso, suas ações do dia a dia continuam o cerne da transformação, portanto, de natureza qualitativa, demonstrando que a dimensão ideal do ser humano não se resume ao maniqueísmo imposto por ideologias de conveniência, que estigmatizam as pessoas.

Como empresário moderno, distanciou-se muito da média dos agricultores. E não pelo fato de ser um técnico, mas por ter uma compreensão correta de seu negócio, dos riscos a ele inerentes, de suas limitações, em função da desigual apropriação da renda gerada na cadeia produtiva. Diferentemente da maioria ingênua que continua indiferente diante da necessidade de juntar esforços, pretensiosos na sua “onipotência”, sempre combateu o divisionismo e buscou a união como forma de reduzir desigualdades existentes, decorrentes de um mercado de ficção. Daí sua tenacidade na defesa do cooperativismo, que difundiu visando cristalizar uma cultura adequada; que defendeu, combatendo as mistificações, exigindo com veemência o cumprimento de postulados doutrinários, éticos e morais; que valorizou, participando, formando e dirigindo cooperativas, dignificando as diversas funções que ocupou. Como liderança rural respeitada, ajudou a formar o Pacto do Cacau, composto pelas principais entidades da cacauicultura, e teve participação decisiva na formulação das propostas e nas lutas que resultaram em conquistas importantes, como a criação do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau, a aprovação do novo programa para a cacauicultura e a liberação de novos recursos em condições

mais favoráveis.

Impregnado de forte sentimento social, foi inovador também quando introduziu em suas propriedades nova relação de trabalho, a parceria, em contraposição à relação feudal que ainda predomina na grande maioria das propriedades. Cultor do bom capitalismo, não o fez com o objetivo de burlar a legislação, mas interessado em transformar seus empregados em novos capitalistas dentro de uma concepção de trabalho que permitisse a todos elevar seus ganhos e sua qualidade de vida, liberto da ambigüidade que caracteriza a atitude de muitos na partilha do produto gerado. Essa iniciativa no campo das relações de trabalho facilitou o processo de integração de suas propriedades, pelas incorporação de culturas complementares ao cacau, elevando a produtividade do investimento.

Com efeito, deixou um legado de iniciativas nada comparável à de um conservador e, nesse particular, sua postura foi sempre de vanguarda, com posições efetivas de rompimento com o atraso, de combate ao oportunismo, e imposição da verdade, de compromisso com a ética, características que o tornam um homem à frente de seu tempo, não somente porque teve a compreensão das mudanças essenciais que precisavam ser operadas na sociedade, mas sobretudo porque **em momento algum se omitiu** de persegui-las de forma obstinada, em quaisquer circunstâncias.

A morte de Fred empobrece – e muito – o nosso cenário, porque não se trata da morte de um homem comum, mas da de um homem engajado, que se diferenciava pela conduta valorosa na defesa de princípios essenciais à qualidade do ser humano, algo ao alcance de todos, mas que apenas poucos desenvolveram como prática concreta de vida. Do convívio com os amigos deixou muita saudade, enorme vazio, mas estamos certos que este momento será emblemático no sentido de exigir de nossa parte empenho redobrado para a consecução dos objetivos pelos quais ele lutou e de resgate, em sua homenagem, já que o homem se foi, mas permanecem as suas idéias imorredouras e o seu exemplo edificante.

O desconhecimento dos fundamentos doutrinários e teóricos do cooperativismo, que impede as pessoas de ter visão conseqüente

do papel das cooperativas, alimenta o preconceito e fortalece o obscurantismo. Como essas entidades são mecanismos que devem ser usados para a solução de problemas econômicos comuns, é bom ter presente que tais problemas não existem apenas nas classes menos favorecidas. Todos, pequenos, médios e grandes, estão sempre a se deparar com desigualdades e discriminações que não poderão enfrentar de forma isolada, embora muitos tenham se habituado a conjugar o verbo apenas na primeira pessoa do singular, impulsionados por uma presunção de onipotência que os torna indiferentes diante da absoluta necessidade de juntar-se; mais do que qualquer outra coisa, por desconhecer sua real condição de dependência.

Tal situação impede que soluções adequadas sejam buscadas. Na chamada classe média, esses elementos são mais evidentes, porque para essa “classe” os aspectos aparentes terminam se tornando mais importantes do que os fatos, algo que só se modificará no tempo com a sedimentação de uma cultura que reduza a dependência e o problema sério de identidade de grande parte dos seus integrantes. Como dessa classe emerge parcela ponderável da elite dirigente, se não for resolvida a ambigüidade que a caracteriza, durante algum tempo essas circunstâncias se constituirão num elemento inibidor do avanço qualitativo da sociedade.

Na verdade, quando catadores de papel criam uma cooperativa, para obter e/ou elevar sua renda, o que não conseguiriam de forma isolada, fermentam as condições para a oferta sistemática de serviços

(Publicado no jornal *A Tarde Municípios*. Salvador, e na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal *Agora*, Itabuna, 20 a 26 de abril de 2002).

Cooperativas, classe social e governo

no particular, fazendo surgir a demanda por tais serviços de forma também sistematizada. A organização permite criar outras condições de trabalho, que lhes assegure não só a possibilidade de apenas catar papel, mas também adicionar algum valor à produção inicial, o que só será conseguido com a obtenção do que os economistas chamam de economias de escalas.

O problema é fundamentalmente diferente quando produtores rurais – pequenos, médios ou grandes – têm dificuldades em se apropriar de uma parcela proporcionalmente correta da renda gerada, em função da existência de uma estrutura de fornecimento de insumos concentrada que lhe cobra preços **mais altos**; ou quando são meros tomadores de preço, diante de um “mercado” que lhes impõe preços **mais baixos**. A organização permite **modificar** essa estrutura concentrada, tanto do lado da demanda quanto do da oferta, fazendo o contraponto e melhorando suas condições de compra e venda, o que também exige economias de escalas tecnológicas, produtivas e comerciais.

Como se observa, a criação de cooperativas nada tem a ver com a classe social das pessoas, mas com o **problema efetivo** de cada um, em função de desigualdades existentes, comuns a todos, que deve ser identificado corretamente. A idéia de que a cooperativa é coisa de “pequeno”, ou de “rico”, é um preconceito que só se justifica pela ignorância, algo que o conjunto da chamada classe média deve abolir, em seu próprio benefício. Essa questão realça a importância de cursos de formação bem estruturados do ponto de vista filosófico, doutrinário

e teórico, o que ainda não vem sendo tratado de forma adequada pelas instituições de ensino e pelo setor público.

A propósito, notadamente nesse momento em que as pessoas que mais combatiam a industrialização por parte dos produtores se “transformaram” em verdadeiros arautos na propagação das fabrique-tas de chocolate (embora circunscritas “ao fundo de quintal”), não se pode dissociar todo esse atraso cultural da falta de compromisso das chamadas elites que, em funções públicas, guindadas à liderança formal por diversas circunstâncias, se servem mais da sociedade do que a ela servem, ignorando o seu importante papel institucional. Um sociólogo francês que esteve recentemente no Brasil evidencia que a legitimidade da ação pública (e das instituições privadas que têm objetivos semelhantes) não se configura apenas pelo fato de essas ações se identificarem com o senso comum, mas que sejam capazes de modificar a própria visão desse mesmo senso comum. Agentes públicos e privados (com compromisso público) só terão suas posições legitimadas quando essas estiverem em consonância com o conjunto dos interesses da sociedade. Isso não se confunde com o simples documento repleto de assinaturas ou com a sala lotada de pessoas a bater palmas para o governante eventual, mas quando o que é posto objetiva atender às amplas aspirações da maioria, mesmo quando a maioria não é capaz de ter essa percepção em dado momento. Dentro dessa perspectiva, o que é importante, por exemplo, não é o fato de que alguma postulação nasça no âmbito do governo ou da academia, mas a **natureza qualitativa** dessa postulação, ou seja, a sua dimensão transformadora, que deve ser identificada, pois, como se sabe, embora existam idéias interessantes nessas áreas que devem ser discutidas e apoiadas, muitas, principalmente as impregnadas com motivação política menor, devem ser combatidas.

Desde a época dos pioneiros de Rochdale, seus criadores, que os princípios do cooperativismo têm sofrido adaptações, ajustando-se à complexidade das relações humanas. Contudo, naquilo que é essencial, continuam sendo a base da doutrina e da teoria que lhes são subjacentes, pautadas, sobretudo, em postulados de natureza ética e moral.

Não há dúvida que a universalidade e a força do ideário co-

operativista foram elementos importantes que impulsionaram o legislativo de vários países a colocar o cooperativismo no âmbito do interesse público, ao incluí-lo de forma cabal nos respectivos textos constitucionais, razão pela qual é importante avaliar a relação existente entre os seus postulados, insertos de forma implícita ou explícita e os princípios do cooperativismo.

A partir desse reconhecimento sobre o seu papel no processo de desenvolvimento, o cooperativismo terminou sendo consagrado nas constituições de vários países. No Brasil, a Constituição Federal trata do assunto de forma explícita nos artigos 5º, 21, 174, 187 e 192; entretanto, observados os princípios a partir de uma visão totalista, na verdade o Capítulo 1 da Ordem Econômica, que trata dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, é um apelo implícito à formação e implementação de cooperativas saudáveis do ponto de vista doutrinário, no sentido de que são organizações econômicas capazes de reduzir as grandes desigualdades.

Com efeito, o seu artigo 170 dispõe que “*A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I – soberania nacional;*

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna 27 de abril a 3 de maio de 2002).

Cooperativismo na Constituição

II – propriedade privada; III – função social da sociedade; IV – livre concorrência; V – defesa do consumidor; VI – defesa do meio ambiente; VII – redução das desigualdades regionais e sociais; VIII – busca do pleno emprego; IX – tratamento favorecido para empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte”.

Esse dispositivo constitucional reflete a preocupação com o desenvolvimento, o que dificilmente acontece de forma espontânea e natural. Nesse campo, o cooperativismo tem dado contribuição notável, principalmente nos países ditos subdesenvolvidos, e inúmeros são os estudos em todo o mundo que evidenciam o quanto as cooperativas têm contribuído na afirmação da soberania nacional, na manutenção da propriedade privada, na cristalização da democracia, no aprimoramento do mercado, na melhoria dos canais de distribuição e comercialização, na defesa do consumidor, na preservação e conservação do meio ambiente, na redução das desigualdades regionais e sociais, na redução do desemprego, no aprimoramento qualitativo da educação.

De fato, que outro instrumento privado poderia ser mais abrangente para reduzir as desigualdades regionais e sociais? Tem objetivos de preservar o individualismo das pessoas, mas é altruísta na sua concepção; funciona a partir da concentração das pessoas, mas é um modelo integrador que não exclui, como os demais; eleva a renda, mas é redistributivo; reduz a expropriação por parte de grupos, mas não os elimina, apenas os torna mais eficientes; é igualitário, mas estimula as diferenças; introduz maior eficiência nos mercados, mas não mar-

ginaliza os demais integrantes.

O destaque de sua presença na Constituição evidencia que a sociedade legítima o cooperativismo como mecanismo importante no processo de desenvolvimento. Se a sociedade manda apoiá-lo e estimulá-lo, não cabe aos governos eventuais discriminá-lo ou obstaculizá-lo no seu crescimento. Se a cooperativa não é governo, isso não quer dizer que os governos nada têm a ver com o problema, mesmo que as administrações não sejam do seu agrado. O dever do Estado (nos níveis municipal, estadual e federal) é determinação constitucional e o apoio não pode ser transformado em barganha política, daí a importância de um quadro social consciente dos seus deveres, inclusive na exigência do cumprimento dessas prerrogativas.

A monocultura não é responsável pelo atraso histórico da região, apesar das desencontradas “notícias” de que o cacau seria um “modelo esgotado” (?), informação que peca até pela definição do que se entende por modelo. Como atividade econômica indiscutivelmente viável e como elemento dinâmico para deflagrar o desenvolvimento, poderia ter sido a propulsora desse processo, não fosse o fato de que a estrutura de poder, sempre identificada com outros interesses, fazia deslocar o dinamismo dessa economia. A sociedade regional, mais por alienação do que pelo fato de ser de base agrária, não se organizou para se apropriar dos ganhos gerados pela importante cadeia produtiva do cacau, embora aqui e acolá se encontre nos discursos do poder a falsa impressão de que terão essa capacidade numa sociedade “urbana” e “industrial”.

Em que pesem as dificuldades atuais, substancial excedente econômico é gerado e a cacauicultura continua sendo a melhor opção em termos econômicos, sociais e ambientais para a região (apesar dos que teimam em “esgotá-la”), com capacidade de responder rápida e adequadamente em termos de geração de renda e de empregos, com retorno financeiro positivo sobre seu custo de oportunidade.

A questão central está na forma como o excedente é apropriado pelos integrantes da cadeia produtiva, o que é um problema eminentemente político que os atores locais não se dispuseram a enfrentar, por mero oportunismo. As dificuldades da lavoura cacauceira e de

toda a região têm origem nas disfunções seculares dessa economia, contribuindo para emergir um esquema de sustentação econômica, política e corporativista, com traços conflitantes, mas cujos integrantes eventualmente se aliam para manter o sistema de poder. Uma forma mesquinha de subordinar o conjunto da sociedade aos interesse

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 4 a 10 de maio de 2002).

O cacau, o cooperativismo e o poder

menores desses grupos, que historicamente sempre dominaram as entidades de representação, colocando-as a serviço desses interesses, daí o conflito “permanente” exposto à opinião pública, devido à nova postura assumida.

Em passado recente, as crises foram de maneira geral atenuadas pela interferência esporádica do setor público. No caso atual, esse tem se mostrado ausente desde o seu início, na metade da década de 80. Depois de quase 10 anos de agonia, surgiu apenas um programa de crédito cujos resultados frustrantes são do conhecimento geral, que atendeu a uma pequena minoria, ignorando a expressiva massa de produtores necessitados, que não teve nem terá acesso a esse crédito “oficial” destituído de qualquer princípio de equidade. Mas a minoria insiste em manter os seus privilégios, e ainda assim tem a desfaçatez de proclamar legitimidade para ações que só podem ser rotuladas pela iniquidade, quando se contrapõem a interesses mais gerais.

Estou escrevendo diante do convite para participar da 3ª reunião ordinária do CDAC “convocada por ordem do ministro da Agricultura”. Espero que as discussões previstas para a próxima 4ª feira sejam pautadas pela responsabilidade pública dos agentes do governo, a fim de que as políticas públicas sejam definidas em função do interesse geral, e o uso dos recursos sociais seja norteador por critérios de equanimidade. Dessa premissa não se afastarão as entidades, e as pessoas, que jamais colocarão as suas prerrogativas institucionais a serviço de interesses subalternos. Mas não há dúvida que o avanço na linha que resultou no anúncio de novos recursos para o cacau, na

criação do CDAC e na determinação do presidente da República de formulação de “novo programa” para o cacau, não pode ser dissociado da ação persistente, responsável e coerente do grupo que constitui o Pacto do Cacau.

Enquanto se ensaia nos bastidores toda sorte de ações para dificultar a concretização de importantes ações da única proposta consistente para o cacau, que atende às demandas de todos os setores, estamos certos de que os agentes públicos que compõem o CDAC saberão distinguir as propostas legitimadas pela sociedade das que só podem ser consideradas “legítimas” do ponto de vista pessoal.

Ao criar o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau (CDAC), o governo federal sinaliza sua preocupação em tratar a questão do cacau de forma mais ampla, e não apenas considerando crédito e tecnologia, o que esperamos não fique somente nas aparências. O termo agronegócio, tanto quanto complexo agroindustrial, sistema agroindustrial ou cadeia produtiva, além de outros, têm o mesmo significado do inglês *agribusiness*, conceito introduzido nos Estados Unidos, especificamente em Harvard, para explicar a integração entre todas as atividades desenvolvidas no chamado negócio agrícola, dividindo essas atividades da seguinte forma: **antes da porteira** (insumos), **dentro da porteira** (a produção agrícola), **depois da porteira** (transporte, armazenagem, industrialização e comércio), todas envolvendo crédito, tecnologia e outros serviços (Zylberts-tajn, 1994).

De acordo com essa visão, a idéia de que a unidade de produção possa ser vista de forma isolada é um despropósito, porque ela é fortemente condicionada por decisões tomadas antes e depois da porteira da fazenda, justamente por se constituir num setor naturalmente atomizado e com grande dificuldade de se organizar empresarialmente. As facilidades de concentração dos setores a montante e a jusante da produção terminam fazendo grande diferença na prática, sendo um fator de inibição do desenvolvimento do setor agrícola que assume riscos e incertezas, até por indução institucional. Dentro da porteira, os agricultores terão sempre dificuldades para enfrentar de forma isolada tais estruturas externas, de vendedores e de compradores,

e sobretudo dificuldade para entender como se operam as relações dentro da cadeia, o que é até compreensível para os que não possuem a dimensão exata do seu negócio, muitos confinados ao espaço geográfico de suas terras.

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna 11 a 17 de maio de 2002).

Agronegócio na prática

Mas é inaceitável que se observe o mesmo entendimento no âmbito dos agentes públicos e dentro das próprias universidades, que estão sempre falando no aumento da produtividade física e na busca de “competividade” dos produtos agrícolas, como condição para a “sobrevivência no mercado globalizado”, como se fosse possível assegurar a apropriação de ganhos de produtividade em “mercados” desse tipo e ser competitivo com unidades atomizadas, mesmo que eficientes, em mercados ditos globais. Não bastasse a inconsistência analítica, não faltam ainda as teses que sugerem a correção natural das distorções a partir do “entendimento” entre os diversos setores do agronegócio, o que revela uma compreensão pouco precisa das disfunções dessas cadeias produtivas e, sobretudo, do fato de que os ganhos elevados de uns decorrem das perdas de outros, sem que os ganhadores estejam dispostos a abrir mão de suas margens. É uma questão eminentemente política de grupos que se defrontam de forma desigual, desigualdade que só poderia se reduzir com a ação articuladora e corretiva do Estado, mas cujos agentes não têm demonstrado disposição para harmonizar interesses.

Se é correto analisar a questão sob a ótica do agronegócio, é necessário entender as distorções que caracterizam as diversas inter-relações nesse processo, a fim de que não se repitam certas avaliações como, por exemplo, a de atribuir as dificuldades da cacauicultura apenas a questões tecnológicas, esquecendo-se de analisar a ineficiência dos demais setores, inclusive o governo, e a forma como a organização das outras estruturas afeta negativamente a renda (e a permanência)

do setor agrícola.

Especialistas já disseram com propriedade que *os automóveis estão rodando sobre pneus porque alguém planta seringueiras; que as calças jeans não existiriam sem algodão; nem bolsas, cintos e carteiras sem a criação de bois; nem haveria móveis, construções e papel sem a existência de árvores; ou roupa íntima e gravatas sem a plantação de amoreiras que alimentam as lagartas do bicho da seda*” (Rodrigues, 2002) . E complementamos dizendo que, sem o produtor de cacau, não haveriam indústrias de processamento, nem os empregos respectivos; não existiriam cerca de 300 fábricas de chocolates reunindo todo o sistema em torno de sua produção; não haveriam cerca de 600 mil empregos diretos na cadeia produtiva; não haveria remanescente da Mata Atlântica no sul da Bahia. Toda essa constatação põe em relevo o importante papel, estratégico, da agricultura, não só como fornecedor de alimentos mas, sobretudo, como sustentação de toda essa cadeia, daí porque a idéia de agronegócio deve ser levada a sério, do ponto de vista da inserção adequada dos agricultores e não pode ser usada como mero clichê para legitimar as disfunções existentes em grande parte das cadeias agro-alimentares.

Se somos capazes de incorporar conceitos como agronegócio, que nasceu num país em que os cidadãos se dispõem a aprovar subsídios para sua agricultura, no valor de 180 bilhões de dólares em 10 anos, não podemos ignorar que, de certa forma, nossa sociedade tem sido hostil à agricultura (ou não tem entendido o seu papel) e os governos fiéis à ortodoxia na formulação de políticas públicas. Com efeito, se o conceito pode se aplicar em cada país (ou produto) para relatar as diversas atividades a partir da agricultura, não explica como se processam as relações; devido a problemas estruturais, o agronegócio da mamona pode ser qualitativamente diferente do agronegócio do cacau, sendo incorreto desconhecer as assimetrias que existem em cada cadeia. Assim, mesmo acreditando na validade do conceito de agronegócio para expressar essas relações **antes, dentro e depois** da porteira, é preciso que elas sejam explicitadas em cada caso particular, o que tornará evidente a necessidade de estimular a integração vertical da agricultura.

Tem se tornado lugar comum a idéia de que vivemos na era da informação, mais pela forma como circula determinado conjunto de dados do que pela sua qualidade, o que evidencia, observada a questão sob essa ótica, que caminhamos para uma realidade onde a atitude do ser humano, nos mais diversos campos, terminará desenvolvendo uma cultura da desinformação. Se a informação é um **bem público**, não se pode cogitar que seja feita de forma deturpada, intencionalmente ou não, justamente porque a sofisticação permite que a velocidade se opere de forma devastadora, sem retorno, sendo difícil medir o desserviço que causa à sociedade.

No artigo anterior disse que, além de uma cultura própria conhecida e festejada internacionalmente, o cacau possibilitou: a existência de centenas de fábricas de chocolates; a geração de milhares de empregos diretos e indiretos permanentes; a preservação de parcela ponderável da Mata Atlântica (patrimônio nacional); a criação de muitas cidades, com razoável fluxo de comércio, que se concentrou nas áreas mais importantes; a formação do poder de compra (coeficiente de importação) de estados importantes do nordeste, que facultou o início de um processo de industrialização; e a concentração de uma população de 3 milhões de pessoas (só na região cacauzeira), que perceberam, com a crise, o quanto dependiam do cacau para a evolução dos seus negócios e para a própria sobrevivência, mesmo que jamais tenham entrado numa roça de cacau. Por tudo isso, é mais importante se aprofundar nas distorções que caracterizam o agronegócio do cacau, a partir de uma visão de cadeia produtiva, do que se dedicar ao exercício de avaliações simplistas sobre as dificuldades da cacauicultura, quase sempre *ex post*, que se fundamentam em diagnósticos destituídos de qualquer preocupação contextual, mas que se tornam lastimáveis quando chegam à fase de prescrever soluções cosméticas

(Publicado na coluna *Economia Cacauzeira*. Jornal **Agora**, Itabuna 18 a 24 de maio de 2002).

O agronegócio visto de fora

que não terão eficácia.

Os que falam do tema agronegócio devem ter presente a existência de inter-relações entre os diversos setores das cadeias agro-alimentares, mas não podem partir da premissa, que quase sempre reproduzem para a opinião pública, de que tal situação ocorre de forma equilibrada, como se todos os seus atores agissem de forma eficiente e racional. Como se sabe, interdependência não quer dizer subordinação de um setor em relação a outro, em que predomina a atuação predatória de muitos. Se essa visão é correta, raciocinar do ponto de vista do agronegócio desde que não se deixe de lado a visão analítica de como essa relação se opera na realidade e como a forma de agir de um setor pode afetar o outro, em função da assimetria existente, o que torna absolutamente sem sentido as interpretações isoladas que abordam as questões da propriedade agrícola apenas do ponto de vista tecnológico.

Aliás, é preciso desmistificar o que tem se tornado lugar comum, a idéia de emprestar relevância a conceitos como “produtividade da terra” e “competitividade”, tão usados **antes** e **depois** da porteira da fazenda, inclusive no âmbito do setor público, dos bancos e até das universidades. O conceito de produtividade (que é importante) só terá significação num contexto de preços estáveis a longo prazo (de maturação do investimento), que assegurem aos produtores a apropriação dos ganhos respectivos, e não numa realidade dada, onde esses mesmos produtores figuram como meros tomadores de preço. O conceito de “competitividade”, como é utilizado, insere-se

na vala da cultura *pop*, que o respeitado economista americano Paul Krugman cunhou para desqualificar muitas das idéias sobre economia e sobre globalização.

O termo agronegócio é utilizado muito mais como um rótulo do que como expressão da inter-dependência que deve prevalecer de **forma positiva** em qualquer cadeia agro-alimentar. A suposição de que isso ocorre sem subordinação de um setor em relação a outro é que tem conduzido a equívocos por parte de certos setores, quando induzem os produtores a obter financiamento e a utilizar tecnologia (normalmente a mais “moderna”), sabendo que as restrições impostas por relações desiguais tendem a neutralizar ou tornar nula a rentabilidade do setor agrícola, tornando evidente que, nessas circunstâncias, crédito e tecnologia são condições necessárias, mas não suficientes.

Portanto, os que ocupam os meios de comunicação para falar sobre questões como a do cacau devem estar preocupados em passar informações qualificadas, para o conjunto da sociedade, que ajudem no entendimento de problemas com alguma complexidade. Isso é principalmente para os agricultores que não possuem percepção da sua situação desigual nos chamados negócios agrícolas, que entendem tecnologia como sinônimo de insumos modernos e que pensam que o preço de hoje (bom ou ruim) permanecerá para sempre num mercado dominado. É o mínimo que se poderia esperar de agentes públicos com responsabilidade e das universidades engajadas no processo de transformação, pois é certo que tais agentes não podem contribuir para que a realidade do agronegócio continue sendo uma “caixa preta” e o termo usado como mero recurso de marketing.

Recebi mensagem do professor Henrique Tomé da Costa Mata, do Departamento de Economia da UESC, a quem agradeço pelos estimulantes comentários sobre o artigo **Agronegócio na prática**, publicado nesta coluna. Quanto ao texto que não lhe pareceu claro (“tornará evidente a necessidade de estimular a integração vertical da agricultura”), devo concordar, razão pela qual tentarei esclarecer as dúvidas do professor Henrique, que acredito também sejam as mesmas de grande parte dos que me honram com sua habitual leitura.

Tem sido enfatizada, nesta coluna, a acentuada preocupação

dos centros técnicos apenas com a introdução de inovações tecnológicas na agricultura (que normalmente se confunde com alta tecnologia), o que é inconsistente. É necessário que os estudiosos e os que formulam políticas públicas se debrucem sobre a importância das inovações gerenciais e organizacionais; e, além disso, incorporem a idéia de que isso deve ocorrer em todos os elos da cadeia produtiva, isto é, no acesso aos insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização, porque esses são os pré-requisitos para que os produtores se transformem em eficientes empresários (ainda que sejam pequenos), capazes de obter insumos a preços mais baixos, de reduzir custos de produção, de melhorar a qualidade dos excedentes e de incrementar os seus preços de venda.

Como, em tese, os agricultores são “pequenos”, mesmo que alguns se sintam grandes, e se defrontam com estruturas concentradas de compra e venda, a idéia de que possam enfrentar tal situação de forma isolada é uma falácia, cabendo aos agentes públicos entender que não podem continuar prescrevendo a receita convencional dos centros de pesquisa e extensão, repetindo a prática de induzi-los a usar tecnologia (a “melhor”), a buscar crédito (caro) e a enfrentar riscos e incertezas (em mercados dominados). Precisam entender

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, 25 a 31 de maio de 2002).

O agronegócio visto de dentro

também que o resultado desses esforços em busca de ganhos de produtividade quase sempre será apropriado pelos setores que controlam o mercado, devendo orientar os agricultores sobre combinações necessárias de investimento dentro e fora das fazendas, como estratégia principal para a sustentação de suas atividades no mais longo prazo, reduzindo risco e incerteza. Essa idéia sugere que a visão dos negócios, considerando apenas a unidade de produção, isoladamente, não tem o menor sentido, o que coloca a necessidade de organização empresarial (os agricultores são pequenos não porque querem) como uma questão vital.

Portanto, a organização empresarial, que não se resume simplesmente ao uso eficiente dos recursos, passa necessariamente por uma visão de agronegócio, dentro de um processo de integração horizontal, com verticalização da produção (integração para a frente), ou seja, agregação de valor em decorrência de investimentos que devem ocorrer simultaneamente antes e depois da porteira, possibilitando escala econômica adequada para influenciar positivamente os mercados. Só assim os agricultores terão condições de êxito: produzindo com eficiência, se organizando para fazer **investimentos em conjunto** e se encarregando, eles mesmos, da maior parte das demais etapas da cadeia agroalimentar.

Apesar da necessidade da verticalização na agricultura, há de se perceber que os agricultores, no seu conjunto, não dispõem de informação, de recursos e mesmo de cultura própria, para engendrar esse processo de forma espontânea, o que torna imprescindível que **seja**

estimulado pelo Estado, a quem cabe papel preponderante na redução dos desequilíbrios intersetoriais, mesmo que alguns governos eventuais assim não entendam. Nos mercados de fatores, a organização da oferta é importante para que se reduzam as instabilidades e se eleve a renda do setor agrícola, mas é certo que esta condição estará cada vez mais distante se o Estado não assumir o papel de indutor do processo de transformação, fomentando e apoiando formas de organização econômica, criando as condições para o desenvolvimento de uma nova realidade cultural, gerando e disseminando informação de qualidade. Por outro lado, muitos agentes públicos devem abandonar a postura divisionista que confunde, desagrega e desarmoniza os agricultores, impedindo que haja a sinergia necessária.

Esses agentes têm de impregnar-se dessa percepção e não podem continuar estimulando apenas medidas convencionais que, por sua inconsistência, têm acentuado as disparidades. Ante a inequívoca superposição de interesses dentro das cadeias produtivas, ditados pelas diferenciadas condições de barganha dos seus integrantes, pelo nível de informação e pelas fortes pressões de grupos organizados, dificilmente ocorrerão alterações qualitativas substanciais que possibilitem a agregação de valor e os agronegócios se tornem expressão legítima da atividade rural, se o Estado, as universidades e outras instituições se mantiverem apenas como observadoras ou reproduzindo conceitos que perenizam a dependência. Tudo isso torna evidente a necessidade de estimular a integração vertical da agricultura.

Tenho recebido manifestações de aprovação à entrevista que concedi ao jornal **Agora Rural**, na semana passada, tratando do cacau e da divisão do Estado da Bahia. Acredito que a repercussão positiva não se deveu apenas às informações que prestei, nem às idéias que alinhei, mas também à perspicácia dos entrevistadores, que abordaram uma questão específica como a divisão do Estado, quase sempre enfocada do ponto de vista político-partidário, dentro de um contexto maior de dificuldades históricas da economia regional, o que tornou subsidiária a preocupação geopolítica.

Nesse contexto, onde se insere a discussão de questões de geografia e de política, leio alguns textos sobre economia de alguma forma

dissociados da realidade, onde aspectos econômicos preponderam, mas também outros de natureza ética, moral, filosófica e até psicológica têm grande peso na balança. Não é sem razão que a ciência econômica cada vez mais se torna Economia Política, na percepção de notáveis economistas mundiais, ditos institucionalistas, que aprenderam a enxergar os problemas econômicos com uma visão multidisciplinar muito além dos modelos abstratos, conceitualmente reducionistas por natureza e operacionalmente simplistas. Se o adjetivo política se tornou um apostro necessário ao termo economia, retomando-se conceitos dos primórdios das elaborações clássicas, cada vez mais se torna necessário, aos economistas, realizar o esforço possível para entender a realidade de forma mais abrangente, apreendendo-a, já que as suas prescrições, certas ou erradas, quando transcendem o âmbito acadêmico, terminam causando impactos positivos ou negativos na sociedade.

A não ser que se limitem ao âmbito da academia, permanecendo nas prateleiras de suas bibliotecas, é preciso algum cuidado com as “receitas” convencionais, e muitas nem tão convencionais assim (quando chegam a conclusões erradas porque as premissas o são), na área da economia e ou em qualquer outra que envolva o ser humano. Tais são os argumentos repetitivos, reproduzidos de forma viciada, que turvam as vistas, fazem doer os ouvidos e atingem

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 1º a 7 de junho de 2002).

O cacau e a divisão do Estado

a sensibilidade, extraídos de livros-textos que falam de eficiência, de produtividade e de mercados competitivos, a partir de suposições restritivas que nem sempre se tornam evidentes, mas que são usados como couraça dos que se consideram, assim, em condições de dar lições, quase sempre simplistas, sobre problemas complexos.

Revejo algum material à minha disposição e leio que “a indústria moderna de chocolate atende a um mercado global superior a US\$ 60 bilhões anuais. E desde a baga até a barra de chocolate, o setor vem sendo, cada vez mais, dominado por um número pequeno de grandes empresas” (Bright, 2002). E que esse processo é comandado por seis empresas multinacionais, sendo que três processadores intermediários controlam quase 60% do mercado de “chocolate industrial”, alguns dos quais operam também com outras *commodities* e nas bolsas de mercadorias, onde os preços do cacau são formados. Em função do volume que é movimentado na ponta do consumo, vis a vis ao que é apropriado pelo primeiro elo da cadeia produtiva, confesso que não teria a menor condição de atribuir as dificuldades atuais à competência individual dos produtores, principalmente sabendo que 80% são constituídos de minis, pequenos e médios, atomizados e sem qualquer apoio institucional. E consideraria uma insensatez o fato de que alguém pudesse fazê-lo dispondo do mínimo de conhecimento sobre economia cacauera. Como se sabe, esses mesmos produtores sempre foram capazes de introduzir inovações tecnológicas quando induzidos por ações institucionais sistemáticas, mesmo sem muita consciência sobre sua eficácia, o que também precisa ser feito de

forma urgente em relação às inovações gerenciais e organizacionais.

Por outro lado, se enfrentamos um problema de geopolítica internacional, em função do grau de subordinação à economia cacauceira mundial, é insuportável que isso ocorra também nos níveis locais, com a omissão dos centros de poder em relação às dificuldades desta economia e desta região, que englobam 3 milhões de pessoas, que obviamente seriam minimizadas se esse poder se identificasse com as causas substantivas do Sul Baiano. É lastimável que alguns técnicos, no setor público e/ou privado, condicionados por essa atitude de dependência, por razões que não cabe aqui discutir, continuem achando que as questões da cacauicultura se encontram dentro da porteira, algo que não contribui para o esclarecimento dos reais problemas. Por tudo isso, não existe a menor dúvida quanto à divisão do Estado ser uma bandeira que deve permear o debate sobre as questões mais específicas, para não se ficar na idéia, comumente difundida, de que esses problemas poderão ser resolvidos apenas com a criação de uma “bancada do cacau”, o que de resto adiantará pouco se as decisões continuarem obedecendo a interesses localizados fora e a maioria dos políticos agindo de forma imediatista, sem bandeiras permanentes.

De maneira geral existe forte relação entre a economia e a política, o que torna mais explícito o que abordei no artigo anterior, sobre a necessidade de a economia se tornar economia política e de busca de novos paradigmas. Algumas pessoas têm se dedicado ao trabalho de esmiuçar o que vem primeiro e quem se subordina a quem, o que é um exercício que não nos interessa no momento, embora devamos registrar que a história evidencia uma forte preponderância dos fatos econômicos sobre o desenvolvimento da humanidade. De fato, não se pode esquecer que muitas vezes a política se encontra subordinada à economia, podendo-se destacar alguns exemplos: a política do café com leite, o poder econômico dos latifúndios, o poder dos oligopólios e dos monopólios, o poder das corporações estatais.

Pois bem, se a economia e a política são ciências que visam ao ser humano, a ética é o seu principal alicerce e tanto uma quanto outra precisam de uma visão multidisciplinar. Portanto, política sem

economia, como diria o filósofo, é “poesia sem prosa”, experiência dissociada da prática existencial, não se justificando por si; e economia sem política seria reduzir a dimensão do ser humano, ignorar suas necessidades, suas angústias. Há que se entender a essencialidade dessa interdisciplinaridade, sem o que a política se torna mercadoria de varejo e a economia algo sem densidade.

Foi essa combinação entre economia e política que tornou possível a presença do presidente da República nesta região, no dia 24.08.01, quando anunciou a liberação de novos recursos para o cacau e assinou um Decreto criando o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau, integrado inclusive por representantes da lavoura, que passou a ser o responsável pela política do cacau e com a incumbência específica de elaborar “novo programa”, o mais claro indicativo oficial da ineficácia do “velho” programa. O presidente aqui esteve para participar de um ato político, acompanhado pelo governador da Bahia, por ministros, deputados e senadores, e fez o que devia fazer, ou seja, criou as condições institucionais para que se avançasse na solução do problema, de maneira que as cobranças diretas devem ser feitas no nível doméstico, para que as pessoas

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 8 a 14 de junho de 2002).

Economia e política

não fiquem nas esquinas somente a perguntar pelo dinheiro que o “presidente prometeu”, tolíce quase sempre reproduzida de forma enfadonha por certos setores da imprensa. Seguramente, se o dinheiro ainda não saiu é muito mais pelo fato de que a sociedade, no seu conjunto, é omissa e indiferente do que pela culpa de alguém que mora a quilômetros de distância e tem preocupações muito maiores do que nosso dia-a-dia.

É preciso que se entenda que experimentamos uma democracia, incipiente, é fato, mas uma democracia, onde se contrapõem os mais diversos interesses, razão pela qual é preciso cobrar, pressionar, sempre de forma permanente e sistemática. Mas fazê-lo de forma objetiva, nos níveis adequados, isto é, por meio dos políticos que estão próximos, comprometidos ou não; os comprometidos porque não podem esquecer e os omissos porque não podem continuar assim. A idéia de que o dinheiro anunciado aqui, no ano passado, depende apenas do Presidente para chegar aos bolsos dos produtores é tola e deseducada, se difundida de forma viciada, principalmente quando essa difusão é alimentada por aqueles que não obtiveram soluções compatíveis e não têm interesse que o dinheiro venha de fato para todos.

Com efeito, ao tornar possível a presença do presidente da República, as bancadas do PMDB e do PSDB assumiram um compromisso público na busca de soluções para o cacau e encamparam a proposta apresentada pela lavoura, que tinha consistência técnica e legitimidade para atender aos interesses econômicos de toda região sul Baiana. A interdependência entre a economia

e a política se estabeleceu a partir dessa convergência que, mesmo ditada por motivos circunstanciais, tinha, como tem, base para fazer avançar soluções do ponto de vista operacional. O que não quer dizer que essa tarefa deva ser apenas dos deputados que viabilizaram esse arranjo político, pois temos cerca de 80 municípios, todos com prefeitos e vereadores, além de centenas de candidatos a deputado, dos quais se espera postura afirmativa nesta questão do cacau, já que a intenção presidencial só se tornará algo concreto, se formos os primeiros a nos interessar por nossos problemas, convencendo-nos de que jamais sensibilizaremos o presidente da República se não formos capazes de criar esse sentimento aqui mesmo em nosso meio e em todos os níveis. Se a política é um serviço que deve ser colocado à disposição da sociedade, tanto quanto possível sem subordinação, é hora de os políticos perseguirem as soluções, preocupados mais com a questão central, lembrando-se de que sua sobrevivência depende muito mais do principal do que dos acessórios. E o principal, no momento, é aprovar uma proposta de programa com visão abrangente e de longo prazo, que não seja excludente.

No sábado passado, dia 15.02.02, fomos surpreendidos com a informação da Ceplac (extra-oficial) de que haveria a quarta reunião ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – CDAC, no dia 18, em Brasília, e nós estávamos sendo convocados pelo ministro da Agricultura para dela participar. Algo estranho por várias razões: primeiro, porque a convocação formal saiu de Brasília no final da tarde (17:10 horas) de sexta-feira; segundo, porque a pauta definida não tinha o menor sentido; terceiro, porque não faz 10 dias que o ministro anunciou, e os jornais publicaram, a vinda de técnicos do Ministério à região para discutir detalhes operacionais com os representantes da lavoura, após o que deveria ser convocada nova reunião.

Pois bem, ao concluir o contato telefônico já no final da tarde de sábado, refleti sobre as razões dessa inusitada convocação, cuja pauta, soubemos, se resumia à *inclusão do cacau no Plano Safra e o que ocorrer*, temas que, no nosso entendimento, não justificavam a reunião e muito menos o nosso deslocamento à Brasília. Os representantes do setor

privado que compõem o CDAC não dispõem de recursos, a tempo e a hora, para despendem em viagens à Brasília, por mero diletantismo. Temos que otimizar os resultados dessas viagens, fazendo com que das pautas das reuniões constem temas substantivos, de acordo com as competências do Conselho, definido no Decreto Presidencial de 24.08.01, entre as quais se destacam: *propor a política agrícola para o setor cacauero e elaborar novo programa para o desenvolvimento do agronegócio do cacau* (incisos I e II do art. 2º).

A inclusão do cacau no Plano Safra já ocorreu há quase um ano e o estabelecimento de normas específicas independe de reuniões do CDAC, de forma que fica evidenciada a total incongruência da inserção desse assunto na pauta da 4ª reunião ordinária, tornando-a injustificada. Ademais, a posição do setor privado já está clara e fortemente estabelecida ao considerar esse Plano apenas a fonte dos recursos, que inclui outros produtos, não se constituindo, portanto, em algo consistente e conceitualmente definido do ponto de vista das especificidades e das necessidades do cacau, que justificaram um decreto do Presidente da República. Dentro dessa visão, exaustivamente colocada em documentos e nas reuniões anteriores, o Plano Safra não substitui o conhecido Programa de Recuperação da Cacaicultura Baiana, coordenado pela Secretaria de Agricultura

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 15 a 21 de junho de 2002).

Uma reunião vazia

do Estado da Bahia, cuja liberação dos recursos finais – R\$ 127 milhões - continua problemática. Esse deverá ser substituído por um programa abrangente de longo prazo, que não seja excludente, pelo qual estamos lutando desde o início e que esperávamos fosse incluído na pauta da 4ª reunião. Por outro lado, o item “o que ocorrer” em reuniões de um Conselho com a importância institucional do CDAC é inapropriado, inclusive porque ficou definido, na primeira reunião, por sugestão do próprio ministro, que os assuntos pautados deveriam ser encaminhados aos seus membros com antecedência de 10 dias, regra que seria flexibilizada na hipótese de haver matérias realmente importantes.

Além de tudo isso, no dia 06.06.02, o ministro da Agricultura se reuniu com deputados do PMDB e do PSDB, alguns prefeitos e um representante do Pacto do Cacau, quando anunciou a necessidade de se criar um fundo para o cacau e a vinda de funcionários do Ministério para contatos com os representantes da lavoura, a fim de dar contornos técnicos definitivos às proposições existentes, o que deveria acontecer na semana seguinte. Esse compromisso tornou ainda mais surpreendente a convocação da recente reunião que resultou infrutífera mesmo porque não contou com a presença do setor privado.

A leitura que se faz de todos esses desencontros é o fato de existirem duas vertentes políticas no processo, uma querendo fazer avançar soluções, outra querendo que isso se retarde, como se os seus objetivos políticos fossem os únicos em jogo; no centro, o governo, muitas vezes agindo de maneira descontinuada e com ambigüidade.

E na margem, os grandes prejudicados, os produtores e a população no seu conjunto, que, justamente por isso, devem ser cada vez mais afirmativos nas pressões. Na verdade, se o programa anterior não atendeu às necessidades dos produtores e se a simples inclusão no Plano Safra é um sofisma da realidade, os políticos de todas as correntes devem unir forças e ações na aprovação de um programa que atenda aos interesses mais gerais. Afinal, do jeito que as coisas se encontram, todos perdem, quando todos podem ganhar se cada um realizar bem o seu papel.

Veza por outra nos deparamos com declarações que insistem em apontar a chamada “lei da oferta e procura” como prevalecente no caso do cacau. Não me incomodo em rechaçar essa falácia, já que deriva da teoria dos preços, clássica, que presume concorrência perfeita nos mercados, algo que nunca existiu na visão de muitos autores. Mas ultimamente essa coisa repetida de associar os preços atuais às condições de oferta tem sido enfadonha, razão pela qual, a título introdutório, transcrevo abaixo a íntegra do texto de documento produzido pelo Pacto do Cacau intitulado “Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – Proposta de Readequação”.

O produtor de cacau se caracteriza pela desarticulação, não só em relação à influência que poderia exercer nos rumos da economia cacaueira como também na forma de se apropriar dos ganhos e excedentes, desproporcionalmente transferidos para fora. O processo decisório da cacauicultura está em mãos de grupos poderosos, compostos apenas de empresas multinacionais, cujos interesses são estranhos às regiões produtoras e cujos “lucros” e excedentes são transferidos para o exterior por meio de vários mecanismos extratores.

O que se convencionou chamar de “mercado do cacau” é complexo e os grupos concentrados detêm o controle de todas as informações, da demanda e, em grande escala, da própria oferta, exercendo multifunções e transacionando com outras *commodities* além do cacau, inclusive operando simultaneamente em posições de físico e de papel, cujos preços são formados em pontos distantes das zonas produtoras.

À semelhança de outras mercadorias, como a soja, por exemplo, o cacau passa por fases de processamento obrigatório, intermediárias,

criando uma pirâmide de poder agro-industrial internacional, baseado no controle das estruturas de recolha, transformação e redistribuição do produto e da informação, o que assegura um enorme poder às poucas firmas compradoras.

Os preços internacionais, que o conjunto dos atores que dependem do cacau sequer sabem como são formados, têm estado sob regime de competição imperfeita desde os primórdios de sua estruturação. Essa divisão internacional de trabalho, a que alguns costumam se referir como algo benéfico – embora sem precisar para quem se destinam os benefícios – tem provocado uma troca desigual no mercado internacional de cacau, com transferência das vantagens em termos econômicos.

Sabe-se que alguns grupos controlam o processo industrial e os

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 22 a 28 de junho de 2002).

A falácia da oferta e procura

circuitos de comercialização, manipulando os preços deste produto, em função do seu poder junto às bolsas onde o cacau é negociado. Para fazer frente a sua capacidade de suprimento, sempre usaram a estratégia de manter os preços do cacau artificialmente altos, visando promover a expansão do patamar compatível com as suas necessidades, mantendo o produto cativo de seus interesses, para tanto se utilizando do expediente de jogar com os preços, poder conferido ao capital monopolista.

Na verdade, a superprodução de mercadorias não realizadas tem sido uma ficção, no caso do cacau, por tratar-se de manipulação dos que controlam o mercado, já que nunca se detectou a acumulação do produto ao nível dos intermediários ou mesmo das unidades produtivas, sempre havendo franca comercialização, o que contraria a proclamada lei da oferta e da procura em caso de existência de grandes estoques, situação que teria entravado a circulação desta *commodities*. Os baixos preços que hoje são praticados estão longe de ser justificados pela lógica do equilíbrio de mercado, segundo a teoria clássica, e se explicam apenas em função do poder que os monopólios têm de praticar preços abaixo do valor em suas compras de matérias-primas aos produtores e acima na venda de suas mercadorias aos consumidores, auferindo nestes intercâmbios lucros supranormais, às expensas de todo o conjunto da sociedade.

Essas idéias inverossímeis são defendidas por aqueles que não têm clareza das desigualdades que se lhes deparam, favorecendo assim os setores que se apropriam do excedente agrícola, pois tal comple-

xidade nem sempre é perceptível à grande maioria dos produtores, atomizados em sua forma de agir, nem pelo conjunto da sociedade regional, que continua ignorando objetivamente os impactos negativos causados por esses arranjos, cuja reversão exige soluções conseqüentes e duradouras, que não se limitem apenas ao espaço geográfico das fazendas.

A matéria intitulada “**Burocracia entrava liberação de recursos para a cacauicultura**”, publicada no jornal Agora (29/06 a 05/07/03), enseja alguns comentários. De início, penso qual seria a reação da sociedade e dos produtores de cacau diante de algumas revelações sobre a questão do crédito, atribuídas a dirigentes do Banco do Brasil, uma instituição financeira que sempre foi apresentada como mera “operadora” e não como responsável pelos defeitos conceituais do atual Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, mas que agora, por seu superintendente, assume algumas posições preocupantes.

A citada matéria divulgou uma reunião havida em 27.06.02, que tinha como objetivo avaliar o andamento do programa e *descobrir os gargalos existentes*, a fim de *propor soluções que permitam mais celeridade na contratação dos financiamentos*, certamente abordando o que muitos já sabem e que, de forma enfática, lideranças da lavoura vêm mostrando às autoridades e ao público há muito tempo, com advertências sistemáticas. Devido à histórica permanência desses “gargalos”, seria pouco crível pensar que os técnicos do banco – competentes e identificados com a lide, mas deparando-se com fatos que não podem modificar - tivessem dificuldades de se dedicar à “difícil” tarefa de “descobri-los”, razão pela qual, a reunião, a presença do superintendente bem como suas declarações ao jornal, devem ser situadas num campo distante de objetivos técnicos e operacionais, por mais bem intencionadas que sejam.

Apesar das dificuldades antigas do programa, de natureza estrutural e conceitual, sobejamente conhecidas, e que vêm sendo apontadas há anos, o dirigente do BB parece convencido de que é possível *acelerar o andamento dos contratos*- como anunciou – com a aquisição de computadores *de última geração* e com o aumento de pessoal, condições que não parecem determinantes para que o

dinheiro, finalmente, chegue às contas dos produtores que já fizeram a primeira, a segunda e a terceira etapas, pelo menos. A notícia realça ainda que - a pedido do ministro da Agricultura - dois técnicos do banco estiveram na região e deverão sugerir em relatório *a eliminação da apresentação de documentos e alternativas de garantias para aumentar a capacidade de pagamento*, o que faz supor a necessidade de se tornar mais amigável a visita de técnicos do banco, se possível “a pedido do ministro”.

O mais preocupante, entretanto, pelo fato de o Banco do Brasil não poder arcar sozinho com os riscos do financiamento do Plano de Safra, o que é compreensível, é pretender, como faz crer o superinten-

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 29 de junho a 5 de julho de 2002).

Recolocando alguns pontos

dente, a “*reformulação do programa nos mesmos moldes do de combate à vassoura*” que, a julgar por suas declarações, lhe pareceu convincente, técnica e politicamente. Ora, depois de tudo o que já se disse em prosa e verso sobre o dito programa de “combate à vassoura”, querer moldar o Plano de Safra à sua imagem e semelhança é uma proposta fora da realidade, por várias razões. Primeiro porque, embora tenha levado em conta reivindicação antiga das lideranças regionais, de incluir as cooperativas como beneficiárias, trata-se, como o próprio nome diz, de um plano (e não programa), genérico no seu conteúdo, encerrando uma política agrícola geral para a agricultura e para a pecuária e não algo específico para o cacau; segundo, o que é necessário para o cacau é um novo programa, conceitualmente diferenciado do de “combate à vassoura”, cuja feitura tenha a participação efetiva dos maiores interessados e não apenas de agentes do governo; terceiro, a idéia de novo programa é definição legal, que não pode ser ignorada devido a ressentimentos, atitudes recalcitrantes e sobretudo condutas autoritárias daqueles que teimam em não se adaptar aos tempos atuais de ventos democráticos; quarto, porque é inadmissível aceitar a vertente de autoritarismo que começa a se esboçar em alguns níveis, que não pode se superpor ao aparato jurídico-institucional que existe (o Decreto Presidencial de 24.08.01) e que deve prevalecer acima de interesses circunstanciais.

Por outro lado, também um outro jornal, A Região (06/06/02), veiculou “novidades” sobre essa questão, na matéria intitulada “**Pequeno cacauicultor terá fundo de aval**”, baseada em projeto de lei enviado à Assembléia Legislativa pelo governo do Estado. A criação

desse fundo específico, na forma de lei, que é algo auspicioso, mesmo com alcance limitado, é anunciada como capaz de *obter recursos superiores a R\$ 30 milhões*” e a “*ocupação imediata de 100 mil trabalhadores*, acentuando que *as ações governamentais já estão dando resultados positivos, com a franca recuperação da produção*, que em 2001 teria obtido crescimento da ordem de 21% em relação ao ano anterior. Se é de todo elogiável e digna de registro a iniciativa do Governo Estadual, por conter elementos positivos, não se pode, contudo, aceitar o exagero da informação oficial, que anuncia metas muito distantes das que as medidas poderão de fato propiciar, e crescimento da produção que nada tem a ver com o que já foi executado, o que é extremamente negativo do ponto de vista da informação e do esclarecimento.

Diante da confusão que tem caracterizado esse assunto, parece conveniente que se mantenha o debate sobre pontos difusos, objetivando o esclarecimento, até para se evitar a propaganda enganosa, que deve ser combatida de todas as formas.

No ano passado, entidades da cacauicultura que integram o Pacto do Cacau apresentaram à sociedade regional e às autoridades públicas a *Proposta de Readequação* do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, que modificava conceitualmente esse programa e previa recursos no montante de R\$ 1,075 bilhão para serem aplicados em oito anos na recuperação do cacau. O documento, amplamente debatido pelo conjunto da sociedade regional, foi tratado de forma irônica por alguns setores, mas seus autores continuaram insistindo na defesa de um programa compatível com as reais necessidades.

A diferença entre o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, em execução, e a proposta do Pacto do Cacau, é que o primeiro tinha dimensão limitada, enquanto a segunda era realista no sentido de que a realidade exigia algo consistente conceitualmente e abrangente do ponto de vista do universo a ser alcançado, em função da situação de excepcionalidade advinda de uma doença que pode dizimar as plantações, exigindo assim investimentos suficientes e continuados. O termo realista aqui não é entendido para explicar o conformismo das pessoas diante de dificuldades, que resulta sempre

numa postura submissa e dependente de aceitar apenas o que lhes é oferecido, mas na realidade objetiva, que nada tem a ver com a circunstancial subjetividade do ato político.

No último dia três, confirmando o que já se sabia, o ministro da Agricultura *oficializou* o Plano de Safra 2002/03, onde se inclui recursos de R\$ 489 milhões para o cacau, que correspondem exatamente ao que foi solicitado pelas entidades para liberação no primeiro (R\$ 239 milhões) e segundo (R\$ 200 milhões) anos, conforme proposta apresentada, revelando que nem as lideranças estavam tomadas pela “mania de grandeza”, apenas refletiam as reais necessidades da cacauicultura, nem o governo federal estava tão infenso em aportar mais recursos, apenas precisava de maiores elementos de convicção, inclusive de nova circunstância política. De acordo com a proposta do Pacto, a parcela restante, de R\$ 586 milhões, deveria ser liberada nos seis anos seguintes.

Mas o fato de o governo federal ter definido os recursos, se é bom, não é tudo; é apenas uma etapa desse processo, que deve incorporar mecanismos operacionais que eliminem os “gargalos” na gerência do banco, como bem disse uma liderança rural brasileira, e como tenho cansado de repetir nesta coluna. Plano é plano; programa é programa; projeto é projeto. O Plano de Safra reflete um conjunto de intenções do governo federal para a agricultura e para a pecuária, como um todo, mas é absolutamente necessário um programa específico para o cacau, que inclua de forma objetiva fórmulas que resolvam as questões

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*, Jornal **Agora**, Itabuna, 6 a 12 de julho e 2001).

O Plano de Safra e a realidade do cacau

que têm impedido o acesso ao crédito e a viabilização dos projetos dos agricultores (risco, garantias e capacidade de pagamento). Nessa tecla estamos batendo há muito tempo, para que o clima de euforia tão comum nesses momentos não se converta em frustrações logo em seguida. Sem aprovação do programa operacional, que incorpore o aparato jurídico-institucional necessário, o Plano de Safra poderá ser uma promessa vã, razão pela qual deve-se cobrar dos políticos que estão no processo e do próprio governo a concretização dos compromissos já assumidos desde o ano passado, para que a intenção dê lugar à realização e não se transfira para outro governo decisões que devem ser tomadas agora. É preciso perseguir esse objetivo com firmeza e determinação.

O anúncio do Plano suscitou, como sempre, pronunciamentos, euforia, aplausos, críticas, mas nenhuma reflexão séria sobre suas possibilidades, limitações e conseqüências. Não faltaram os comentários destituídos de base factual, que emprestaram até um caráter de ineditismo ao montante de recursos consignados, como se fosse essa a primeira vez que se aporta recursos de tal monta. Na verdade, apenas para ilustrar, no quinquênio 1978/82, a cacauicultura recebeu de crédito oficial (crédito rural para custeio e investimento) US\$ 655,4 milhões, o que equivale a média de aproximadamente R\$ 400 milhões por ano. No ano de 1982, por exemplo, a liberação de recursos alcançou algo em torno de R\$ 450 milhões, e em 1986, quando já se esboçava a crise que ainda persiste, o crédito rural atingiu cerca de R\$ 300 milhões, recursos efetivamente contratados e recebidos

pelos agricultores, sem contar outras fontes privadas decorrentes da venda antecipada do produto, concedidos pelas empresas comerciais. Se consideramos esses dados e o fato de que é preciso recuperar uma cultura secular em função de suas enormes vantagens comparativas e de sua capacidade de gerar emprego e renda, para o que se exige investimentos substanciais, é necessário ter em mente que o realismo de fato existe quando as propostas são compatíveis com a dimensão do problema.

Conclui-se que a forma de se contrapor à pobreza na forma de pensar e de agir e à ausência de compromissos sólidos com as causas regionais, tão perceptíveis naqueles que não parecem dispostos a lutar, parece ser justamente a “megalomania” de alguns “sonhadores”, inclusive como forma de tirar do imobilismo os que se consideram realistas.

Tem sido comum a idéia que aponta a necessidade de as cooperativas se adaptarem a “um mundo em constante mutação”, à globalização, às mudanças tecnológicas e tantos outros clichês, presentes nas afirmações cada vez menos convincentes de palestrantes profissionais, nos relatórios enfadonhos e repetitivos de consultores e em livros que tratam apenas superficialmente dos temas.

Se as cooperativas são instrumentos de transformação, e não há corporativismo que se sustente negando isso, como podem simplesmente cumprir o seu papel adaptando-se à globalização ou a qualquer modismo? Será essa uma prescrição que reflete interesses reais de permanente mobilização e organização ou mera preocupação com interesses laterais que cada vez tornam mais distante o cooperativismo da prática de mudança?

Na verdade, os não iniciados, ou mal iniciados, têm usado a idéia de “mudança”, embutida na velha globalização, justamente para justificar a manutenção do *status quo*, reinventando o “novo cooperativismo” que agora deveria adaptar-se a essa “nova” realidade. Pelo fato de serem desprovidos de qualquer esforço criador, dentro de perspectiva ideologicamente cooperativista e de construção doutrinária e teoricamente lógicas, reproduzem conceitos ditos modernos dos sistemas de poder vigentes e tentam incutir a idéia de que o novo é velho e o velho é novo.

A adaptação do cooperativismo não pode ser explicada pelo fato de as cooperativas absorverem um conhecimento que lhes é intrinsecamente estranho, a título de modernizar-se, abolindo o que ele tem de mais revolucionário, mas quando efetivamente radicaliza sua postura doutrinária para enfrentar realidades adversas que constituem o substrato da sua ação. Assim, quando alguém insiste na idéia de que os associados têm de ser afastados dos principais órgãos sociais da cooperativa, baseado na idéia de “profissionalização”, anula-se o absoluto primado da democracia participativa, um dos pilares da função educativa implícita no cooperativismo, e instaura-se o reinado da democracia representativa, conduzida pelos “profissionais”, com os riscos inerentes do viés corporativista.

“Novos” métodos, que as cooperativas (e até as empresas mercantis) às vezes procuram incorporar com a pretensão de modernismo, de fato, se assentam em paradigmas tão antigos quanto a humanidade. E se esses precisam ser modificados, quanto mais aqueles, muitos dos quais estão ruindo de forma melancólica e preocupante nos dias atuais, e o exemplo mais marcante são as notícias sobre fraudes em grandes empresas americanas, assentadas de certa forma no esforço de poupança de milhares de pessoas, grandes e pequenos investidores, entregues a executivos profissionais cujos objetivos pessoais se confundem com o do capital, mas cujo espírito corporativo se diferencia. Não se pode esquecer a ineficiência e o desperdício engendrado pelo capitalismo monopolista, que vêm à tona

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 13 a 19 de julho de 2002).

Adaptar ou reagir?

com a dissecação de balanços contábeis “legitimados” pelas bolsas de valores e referendados por importantes empresas de auditoria, ineficiência econômica que tinha de ser compensada com outros métodos que seguramente são estranhos à ciência econômica.

Por tudo isso, mesmo diante da “globalização em marcha”, a adaptação das cooperativas não se resume ao fato de copiar concepções e critérios de gestão, próprios de empresas diferenciadas, que distancia cada vez mais os donos do capital da gestão dos respectivos negócios. Adaptar-se a essa coisa tão antiga dos “mercados globais” não é aceitar as suas premissas conceituais, mas se organizar cada vez mais, o que é uma questão eminentemente política.

Alguém, outro dia, baseando-se em dados de determinado período, afirmou que “*o preço médio do produtor foi de R\$ 84,20/arroba, correspondente ao diferencial de US\$ + 200,00/t sobre a Bolsa de Nova Iorque. O preço de paridade teria sido de R\$ 76,00.*” Comentários como esses se repetem a cada semana nos jornais, propagando uma versão esdrúxula sobre o comportamento dos preços. Ao utilizar o critério fictício do “preço de paridade”, a partir do qual seria possível aferir se os produtores estão recebendo um valor acima ou abaixo do que seria devido, a afirmativa parece sugerir um mercado estranhamente altruísta, no caso da proclamada existência de **ágio** sobre as cotações da Bolsa de Nova Iorque. Essas “análises” parecem pretender induzir as pessoas (principalmente os cacauicultores) a pensar que os produtores estão recebendo preço acima daquele que os compradores deveriam pagar, uma verdadeira heresia em mercado com configuração oligop-

sonista, onde os produtores são meros tomadores e o preço oferecido é o que os compradores estão efetivamente dispostos a pagar, por várias razões, o que nada tem a ver com paridade.

No contexto de um mercado cada vez mais distorcido, tais assertivas se constituem num sofisma da realidade, porque não se pode aceitar como verossímil o fato de os compradores de cacau – até porque são negociantes - se transformarem em generosos atores da cena comercial, que historicamente tem como pano de fundo a dura realidade do perde-ganha, onde muitos perdem para que poucos ganhem, não passando de ficção a premissa de que, num mercado imperfeito, estivessem dispostos a pagar um preço maior do que seria possível, algo que não se apóia nem na teoria nem nos fatos. O preço dado é o preço.

Com efeito, tomemos como exemplo um dia qualquer do mês de julho, preço de US\$ 1,800.00/t na Bolsa de Nova Iorque. No mercado de amêndoas, as possibilidades de oferta interna se reduziram de forma substancial com a queda da produção, por isso o industrial terá de importar o produto da África ou da Indonésia pagando o preço acima, mais os custos de frete, seguro, manipulação, transporte interno, imposto de importação quando fora do regime de *drawback*, entre outros, e ainda receber um produto sem a qualidade do brasileiro. Nesse caso, a diferença entre o preço da bolsa e o preço praticado internamente, que esses analistas chamam de ágio, deveria ser sempre maior do que os custos que o importador assume para que essas análises merecessem alguma credibilidade; como os dados evidenciam o contrário, de fato, os compradores estariam se apropriando de uma porção que bem poderia ser transferida aos produtores, já que estes estariam recebendo preço abaixo da dita “paridade”, agora definida, apenas para usar o mesmo raciocínio, com base na bolsa mais as despesas de importação.

Acima, nos referimos apenas aos custos privados. Mas, para im-

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 20 a 26 de julho de 2002).

Preço, ágio e mistificação

portar cacau, da África ou da Indonésia, existem também os custos que a sociedade assume e que devem ser computados nos cálculos da diferença. O jornal A TARDE (23.07.02), divulgou a notícia de que *a Bahia deve importar 40 mil toneladas de cacau neste segundo semestre e que, para acompanhar...a qualidade do produto a ser comprado, a Delegacia Federal da Agricultura na Bahia enviará à Indonésia e à África uma missão formada por técnicos baianos*. Quanto custa o deslocamento dessa “missão” e quem arcará com esses custos (e outros)? Os importadores ou o setor público? Em qualquer hipótese, as despesas respectivas, seja qual for a magnitude, devem ser computadas e se somarão às demais que, no seu conjunto, seguramente alcançarão um montante maior do que o valor do chamado ágio, indicando que, se a generosidade acometesse de súbito os importadores, eles poderiam adicionar todo o valor dessas despesas às cotações de bolsa, porque ainda assim estariam despendendo para adquirir internamente um produto de melhor qualidade, o mesmo valor que gastariam para obter no exterior um produto de qualidade duvidosa. Nesse caso, seriam beneficiados, estimulando a produção e o aumento da oferta interna, adquirindo um produto com visibilidade e eliminando os inconvenientes burocráticos da importação e as possíveis querelas comerciais.

Além do mais, é bom esclarecer que as cotações da bolsa, tidas como referência para a formação dos preços no mercado interno, nem sempre refletem os preços que estão sendo praticados nos contratos de físico entre chocolateiros internacionais (*dealers*) e exportadores

nacionais, algo apenas de conhecimento dos que estão transacionando nesse mercado.

Portanto, sem conhecer todos esses elementos e de que forma eles afetam os preços, internacional e interno, a idéia de classificar como ágio a diferença entre os preços que estão sendo praticados e as cotações de bolsa, que estaria beneficiando os produtores, é inadequada, e o simplismo na abordagem da questão não contribui para tirar o véu que esconde a face oculta da realidade.

A partir dos economistas clássicos, a ciência econômica desenvolveu-se de forma lógica e os seus estudos foram base para a aceitação de uma doutrina de liberdade, o liberalismo econômico, tendo o mercado como mecanismo de ajuste dos desequilíbrios conjunturais. A visão clássica sobre a existência de “leis naturais” fundava-se na “mão invisível” que reconduziria a economia a uma situação de equilíbrio, e teve grande importância nas mudanças que a sociedade experimentou a partir de então, inclusive para o surgimento de um novo sistema, que seria a negação do sistema liberal, a partir das idéias socialistas.

As premissas clássicas de ajustamento “natural” pela interação das forças de mercado – o mecanismo que poria ordem em qualquer disfunção – terminaram não se concretizando e as formas pensadas por intelectuais como Adam Smith, David Ricardo e seus seguidores, sozinhas, não se mostraram capazes de restabelecer o equilíbrio preconizado. Portanto, a história do “capitalismo” mostra que a idéia de que o liberalismo poderia fazer com que as pessoas, ao buscar objetivos individualistas, pudessem conduzir a uma situação de bem-estar geral, que seria o somatório dos interesses pessoais satisfeitos, está distante de ser real; o que é absolutamente verdadeiro também no caso do socialismo que se conhece.

O Estado, que deveria intervir para que os pressupostos de liberdade prevalescessem, e assim assegurar o bem estar geral, tornou-se órfão de governos fracos, a serviço da total liberdade de poucos em detrimento do direito de todos de ser livre, contraditoriamente ampliando o fosso existente. De fato, a eficiência econômica, que deveria balizar as relações dentro de mercados

competitivos, deu lugar à eficiência “política”, que é produto do processo de acumulação do capitalismo monopolista e das relações que foram estabelecidas com a estrutura de poder.

Na verdade, as forças “naturais” terminaram engendrando um mercado que se apresenta com duas vertentes. De um lado, as estruturas concentradas, teoricamente irracionais e fadadas ao desperdício, mas com poder político suficiente para manter as suas conquistas e as formas de expropriação, evidenciando que a idéia de otimização que seria referencial de eficiência é uma ficção; do outro lado, estruturas atomizadas de compradores e de vendedores, que se defrontam de forma absolutamente desigual, sugerindo que a acumulação não se faz apenas a partir de critérios remuneratórios dos diversos fatores em função de custos de oportunidade existentes, mas da apropriação desproporcional do produto gerado. No centro, ou melhor, lateralmente, o Estado, conduzido por governos eventuais que só agem sob pressão, o que torna crucial a necessidade de organização do estratos mais desfavorecidos da sociedade, já que não dispõem de poder econômico para influenciar decisões ou políticas públicas do

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, 28 de julho a 2 de agosto de 2002).

Liberalismo, mercado e Estado

seu interesse (Nascimento, ob. cit.).

Aqui, como alhures, essa inexorável realidade é algo cada vez mais patente; não só pela indubitável ineficiência dos arranjos estabelecidos (políticos e econômicos) como pela total ausência do Estado em todo os níveis (municipal, estadual e federal), onde terminam prevalecendo interesses estranhos ao conjunto da população. Enquanto isso, alguns setores públicos preferem justificar a omissão com um argumento surpreendente: existe, segundo sugerem, um determinismo que condena a região a uma situação permanente de atraso, razão pela qual nada pode ser feito porque não existem condições culturais, sociológicas, filosóficas, psicológicas, porque não se colocou dentro de um estádio de futebol todos os produtores de cacau, para que eles opinassem, porque não existem recursos, e tantos outros babados que têm caracterizado a discussão. Algo que parece revelar, por razões não tão claras, a pouca disposição de se assumir riscos inerentes a qualquer liderança responsável e afirmativa, que não espera as coisas acontecerem mas constrói as condições para que elas aconteçam, no tempo necessário. O que precisa ser feito deve ser perseguido independentemente da situação objetiva, cabendo ao homem público (não por opção, mas por dever) papel fundamental de coordenação e de articulação de forças eventualmente dispersas ou sem percepção adequada do problema, visando ao bem comum.

De qualquer sorte, a omissão e a indiferença não seriam os maiores problemas se os que assim se comportam não se dedica-

sem também ao hábito de manifestações pouco convincentes, que terminam exercendo influência negativa nas pessoas, quando se trata de reproduzir o autoritarismo fascista, de rotular ou estigmatizar propostas (e pessoas) que têm clareza, determinação e independência no encaminhamento de soluções próprias. Com efeito, se muitas vezes o interesse político-partidário é imediatista, uma solução de mais longo prazo, que seria a desejável para a sociedade como um todo, termina sendo dificultada, e a política, assim, que deveria ser o canal pelo qual se viabilizasse a busca de alternativas, termina se tornando um dificultador real.

Com a proliferação das cooperativas ditas urbanas tem havido grande confusão sobre o cumprimento dos deveres estatutários, principalmente das obrigações necessárias ao custeio, quando definidas temporalmente, pois o assunto não tem sido adequadamente entendido no âmbito dos associados, dirigentes e outras instâncias internas.

O desconhecimento de preceitos normativos faz com que as pessoas envolvidas ignorem que os “atos cooperativos” são atípicos, evidentemente em se tratando de cooperativas verdadeiras, o que tem encaminhado muitas discussões para o campo das relações contratuais, de forma equivocada. Com efeito, não só a boa doutrina, mas a própria legislação (Lei 5.764/71) define que entre a cooperativa e os seus associados não existe operação de mercado nem contrato de compra e venda.

Não é pertinente, portanto, que o associado recorra às autoridades judiciais, aos órgãos de defesa do consumidor ou de pequenas causas para alegar direitos que não possui ou causas que não existem, pois ele não pode figurar nem como consumidor nem como parte, visa –vis a cooperativa. Devido à inexistência de relações contratuais, mas apenas a submissão às normas instituídas, é intolerável que alguns se utilizem de dispositivos menores, quando se encontram em débito, como no caso das cooperativas cuja participação no rateio das despesas se constitui obrigação mensal, por exemplo, para exigir direitos que *a priori* não existem, pelo descumprimento de deveres comezinhos.

A condição de dono e de usuário, que é conferida simultane-

amente ao associado, pelo princípio da “dupla qualidade”, impõe grandes responsabilidades aos mutuantes. Como dono, em primeiro lugar, deve prover os recursos materiais necessários à execução das operações; como usuário, em decorrência, deve assumir de forma plena suas obrigações para com a cooperativa. Só esse princípio é bastante para diferenciar a cooperativa de outros tipos de sociedade e a sua inobservância contribui para inviabilizar muitas cooperativas que terminam se tornando meros agrupamentos comerciais, desqualificando o seu papel.

Um outro princípio, o da “identidade”, rege os negócios jurídicos internos das cooperativas, evidenciando que, quanto à finalidade, cooperativa e associado se confundem e a primeira é mero prolongamento ou extensão do segundo, não havendo por que estabelecer relação antagônica. Assim, renomados estudiosos têm asseverado que as relações jurídicas entre a cooperativa e seus membros são regidas pelos estatutos e pelas normas legais concernentes ao tipo social cooperativo, portanto, de caráter singular, definido como institucional, cabendo considerar-se a cooperativa como “instituição”. O estatuto é ato constitutivo da sociedade, mas não representa contrato dos sócios com a pessoa jurídica e a sua aprovação e a adesão (livre) importam na voluntária submissão aos seus dispositivos como norma social por parte de todos os membros.

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna 3 a 9 de agosto de 2002).

A natureza dos negócios cooperativos

Do ponto de vista do princípio da “equidade”, é abominável a idéia de um sócio se beneficiar em detrimento dos demais, não se podendo aceitar a tese de que o descumprimento dos estatutos e as sanções dele decorrentes possam ser apreciados pela justiça, ou por qualquer órgão que funcione como árbitro, como ganhos para os infratores, em prejuízo dos sócios cumpridores da obrigação, com risco até de permanência da própria sociedade.

Ao contrario das empresas mercantis, onde existe uma relação contratual em tese antagônica, na cooperativa não existem interesses que se contrapõem, insubsistente a existência de parte, porque ela é uma extensão do associado e os negócios sociais não se configuram como intermediação visando lucro. Se um associado deixar de cumprir o seu dever, outros o farão por ele, resultando em qualquer circunstância perdas materiais apenas para o conjunto das pessoas físicas e não para as pessoas jurídicas que, assim, agindo com rigor no caso de transgressão, o farão na defesa de interesse comum. Nesse caso, a lei deveria ser usada com pertinência para punir o infrator e não o conjunto empresa/associado.

Evidentemente, a pressuposição para que esses postulados sejam aplicáveis é de que se trate de cooperativas doutrinariamente verdadeiras na sua concepção conceitual e operacional, não bastando a existência de um estatuto “baseado” na Lei, o arquivamento na junta comercial e nem mesmo um registro obtido nas organizações estaduais de cooperativismo (Nascimento, ob. cit.).

É impressionante como as pessoas, de modo geral, esquecem

hoje o que foi dito ontem. Sobretudo como podem se mostrar surpresas e indignadas com o fato de que o dinheiro do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira “acabou”, para usar o termo mais em voga, quando se sabe, há muito tempo, que ele era insuficiente. Desconhecimento? Falta de percepção? Ausência de reflexão? Parece que de tudo um pouco, mas acima de tudo escolhas inadequadas do ponto de vista econômico e político, que têm norteado as posições ao longo do tempo.

Como o dinheiro “acabou”, se ele nunca existiu nos montantes necessários ao atendimento dos produtores? E não foi por falta de advertência, de sugestões e de propostas concretas, que alguns preferiram ignorar. Todos agora “choram o leite derramado”, mas sempre se omitiram quando deveriam reagir; sempre concordaram quando deveriam discordar; sempre se deixaram cooptar pelas promessas oficiais, quando deveriam manter independência. E, o que é pior, muitas vezes se insurgiram de forma incompreensível contra as propostas realmente de maior alcance, e contra os seus autores, que eram do desagrado de determinados setores do governo, não por razões técnicas, dificultando o encaminhamento de soluções compatíveis com a dimensão do problema, repetindo a velha e conhecida autofagia.

Ora, precisamente em meados do ano passado, quando aqui na região era anunciado o dinheiro para o cacau, representantes do Pacto do Cacau, em artigo intitulado “Presente de grego para o cacau”, publicado no jornal A TARDE Rural, não faziam coro com a euforia generalizada e diziam textualmente que as medidas anunciadas pelos que gerenciam o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, além de não “garantirem” a solução, acarretavam as seguintes implicações: “a) mantêm a correção dos financiamentos via IGPM; b) elevam as taxas de juros para os produtores; c) eliminam toda e qualquer possibilidade de discussão com relação à liquidez das dívidas referentes à 1ª e 2ª etapas; d) fixam prazos insuficientes, considerando-se o ciclo produtivo do projeto e o estágio de aperfeiçoamento da tecnologia que vem sendo usada”.

Os que anunciaram tal nova ainda afirmaram que, com as medidas, “os agricultores estarão liberados para as fases posteriores do

programa”, ao que os representantes do Pacto responderam: “seria correto e ético que quantificassem os agricultores, para que não parem dúvidas sobre o alcance da medida; serão os mesmos que receberam recursos de forma descontinuada na primeira e segunda etapas, e que não ultrapassam 10% do total? – ou os poucos que, entre esses, participaram da terceira etapa e não representam mais do que 800? Se não é difícil concluir que parcela expressiva dos agricultores que já participa do programa ficará de fora da quarta etapa, o que dizer dos 90% restantes que não receberam um centavo sequer? Isso foi dito com todas as letras em 25/6/2001 no citado artigo. E, de fato, logo em seguida, os autores citados voltaram a insistir no mesmo assunto, estimando que não seriam atendidos mais de 100 produtores, pelas mesmas razões já expostas: dos R\$ 127 milhões sobraria algo em torno

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 10 a 16 de agosto de 2002).

Por que a surpresa?

de R\$ 60 milhões para investimentos e custeio; persistiam os problemas de garantias e capacidade de pagamento e os entraves burocráticos não foram eliminados.

Mesmo assim, por pressão do Pacto do Cacau, que também tirou do imobilismo os responsáveis pelo Programa, o IGPM foi retirado e as taxas de juros foram reduzidas, condições insuficientes, no entanto, para torná-lo um instrumento eficaz na recuperação da lavoura. E o setor público fez de tudo para ressuscitar o insepulto Programa, apenas com algumas alterações; fica a lição de que algo realmente eficaz só será implementado se a sociedade se convencer de que governos tíbios (do ponto de vista de compromissos sociais) só agem sob pressão. Pressão organizada e de forma sistematizada é a única maneira pela qual a democracia se torna real.

Resta esperar (e lutar) para que todos se conscientizem da necessidade e da urgência de um programa com dimensão adequada, conceitual e operacionalmente, que leve em conta as especificidades do cacau, do ponto de vista econômico, social, ambiental e estratégico.

A partir do momento em que a CPNC, a ABC e a Copercau formaram o Pacto do Cacau, reconhecendo a ineficácia da ação isolada, começaram a proliferar no fértil cenário do cacau a criação de comissões, de associações ou de simples agrupamentos, que tinham como meta desde o “apoio” a programas oficiais até o combate pessoal aos dirigentes do Pacto, não faltando inclusive uma comissão “consultiva” da Secretaria de Agricultura e outra comissão “do cacau” da distante Confederação Nacional da Agricultura, apenas

para ficar nessas duas.

O Pacto tem compromissos claros com os produtores no seu conjunto e não apenas com “meia dúzia” deles, objetivos tornados públicos com transparência e fundados nos interesses mais expressivos da sociedade regional, portanto, sem inspiração estranha. O Pacto não foi ungido pelas bênçãos oficiais e defende um programa consistente para a cacauicultura, tendo como princípio a discussão aberta e democrática, que possibilite considerar qualquer sugestão, por mais esdrúxula que pareça, não tendo como plataforma o combate sistemático às idéias que tenham pertinência, nem como “bandeira” o ataque pessoal. Não faz da prática de bastidores a sua maneira de agir e do autoritarismo o método de “convencimento”, normalmente utilizado pelos que, nada fazendo, procuram justificar a impotência pela tentativa de estigmatizar pessoas e propostas.

O Pacto do Cacau nasceu da compreensão de duas idéias fundamentais: primeiro, a de que era preciso construir uma proposta o mais abrangente possível, que pudesse ser a expressão do conjunto dos interesses da sociedade regional e pudesse, por isso, ser legitimada; segundo, que ela fosse autêntica, parida das idéias de muitos, sem qualquer tipo de influência do setor público. O Pacto fez isso. Elaborou uma proposta sintonizada com as necessidades atuais, discutiu com produtores, com entidades da sociedade civil, com políticos, com os governos (estadual, municipais e federal). Tudo de forma pública e transparente, longe dos gabinetes e dos bastidores. Reuniu inteligências, inclusive as discordantes, que sugeriram, exigiram mudanças, cobraram retiradas de palavras e de expressões do texto original.

A idéia de criar grupos formais é saudável e deve ser estimulada. Em tese, quanto mais associações existam para expressar os legítimos interesses de determinado grupo ou classe, melhor para o fortalecimento da democracia participativa. Mas, para que assim o seja, devem ser inspiradas por uma ideologia própria que lhes assegure autenticidade e não por motivos circunstanciais. Criar grupos formais em cada esquina, apenas porque tal prática é de interesse da estrutura de poder, econômica e política, à qual muitas “lideranças” estão atreladas, é uma insensatez. A criação de tais entidades não se

justifica por mero amor à duplicação ou apenas para atender aos interesses desses grupos que, ao se sentirem “ameaçados” nas suas “sólidas” fortalezas, terminam induzindo alguns desavisados à “tola” tarefa de se contrapor aos esforços pré existentes e conduzidos de forma sistematizada.

Foi assim, por exemplo, quando alguns “produtores”, vinculados a esses interesses, na capital do Estado, criaram a ABC de então, com

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 17 a 23 de agosto de 2002).

A necessidade de juntar-se

o objetivo de esvaziar e desestabilizar a CNPC; foi assim, quando grupos poderosos ligados à cadeia produtiva do cacau ameaçaram a direção da Ceplac porque essa apoiava o cooperativismo; foi assim quando o Fórum Nacional da Agricultura - FNA, em 1997, construiu uma importante proposta para a cadeia produtiva, apoiada por todos os segmentos, e a CNA, sendo o único segmento que não participou do trabalho, criou uma inusitada “Comissão do Cacau” apenas com a finalidade de tentar desautorizar o trabalho do FNA; foi assim, quando o Pacto do Cacau começava a avançar, com posições claras de desacordo aos critérios de exclusão do então Programa de Recuperação da Lavoura, e o secretário da Agricultura, sentindo-se isolado, criou uma comissão de “notáveis” que pudesse dar legitimidade às medidas anunciadas, mas que apenas se reuniu duas vezes, uma delas para que a citada autoridade proclamasse sua posição contrária ao cooperativismo. A estratégia de destruição de qualquer esforço de organização continua: com a criação do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau - CDAC, os mesmos “cavalos de tróia” se incrustaram, o que tem dificultado os avanços das propostas de real interesse da cacaucultura. Existem muitos outros exemplos a refletir uma atitude que é produto cultural da dependência.

À medida que a democracia avança, amplia-se também a diversidade de opiniões, o que exigirá lideranças afirmativas e sobretudo núcleos de representação bem articulados e concentrados. Eles o serão sempre que a sociedade for capaz de se organizar para exercer pressão sobre governos eventuais: fracos, uns, sem compromissos, outros tan-

tos; autoritários, muitos; por isso as entidades de classe não devem se comportar como meros grupos de adesão, mas se preparar cada vez mais como núcleos articulados de pressão. Isso ocorrerá quando certas “lideranças” se convencerem sobre a necessidade de integração, em todos os níveis (horizontal e vertical), superando divergências quando a motivação é a mesma, mas nunca estimulando o divisionismo, que parece ser o pano de fundo que dá forma a muitas dessas “aparições”.

Na semana passada, jornais regionais e da capital foram fartos na divulgação de matérias sobre cacau, o que é muito bom. A Tarde (16/8/02) dedicou o editorial *Chocolate amargo* à análise da situação e comentou o evento que o Pacto do Cacau faria no dia 22, em Itabuna, simbolizando o descaso das autoridades públicas em relação ao assunto, enaltecendo a idéia; e no dia seguinte, 23, na terceira página, deu amplo destaque às ocorrências da Praça Olinto Leone, dedicando quase meia página ao tema. Os jornais locais igualmente teceram considerações sobre o assunto em suas várias seções.

Ninguém pode ignorar o importante papel institucional da imprensa numa democracia, e até nos regimes fechados. É a imprensa o canal pelo qual a sociedade tem condições de se manifestar, o que, necessariamente, não quer dizer que deva ouvir toda a população para cumprir esse mister e para veicular notícias ou fatos de indubitável interesse público. É da sua natureza manifestar-se sobre aquilo que é do interesse geral, de forma consciente e ética, independentemente do fato de que todas as pessoas precisam ser ouvidas, a não ser em querelas pessoais. Essa percepção, infelizmente, parece não ter alcançado muitos setores em condições de entender processos mais complexos, nos quais as entidades legitimamente constituídas se expressam em nome dos interesses mais amplos de um grupo, o que não implica sempre unanimidade. Democracia participativa se pratica em nome da maioria e o interesse dessa maioria é manifestado por quem, legitimamente, assume funções com ônus público. Até porque numa sociedade organizada - ou que deveria sê-lo - ninguém minimamente sensato estaria disposto a “ouvir”, por exemplo, 30 mil produtores, para tomar decisões sobre cacau. Na sociedade democrática, os palpites individuais ou a influência de algum “eleito”

devem ser substituídos por posições de entidades livres, que serão tão autênticas quanto próximas de interesses mais gerais.

Esse viés parece permear o comportamento de vários atores sociais. Por exemplo, pretender fazer um plebiscito para que os produtores se manifestem sobre um fundo para a cacauicultura – algo de indiscutível necessidade e premência – seria a mesma coisa que exigir do político que, ao defender questões de interesse geral, no âmbito das instituições públicas, leve sempre para suas audiências todos os eleitores para emprestar legitimidade às suas ações. Não é assim que funciona, pois o mandato eletivo (qualquer que seja ele) implica responsabilidade, embora muitos terminem fazendo (sem qualquer plebiscito) justamente o contrário do que se espera. Do político se espera compromisso público, com auditório cheio ou vazio.

O que alguns jornais locais comentaram sobre o tema, em seções variadas (inclusive editoriais), revela essa ausência de compreensão de qual seja o papel das entidades de classe e, o que é pior, da própria imprensa, numa sociedade onde poucos têm acesso ao conhecimento e à informação, um bem público. Na verdade, os responsáveis pela prática da informação ainda não entenderam que as mudanças sociais são produto de pequenos movimentos. Portanto, nem os governos se negam a isentar, nem a sociedade a falar; mas vivemos numa sociedade de omissos, de mistificadores, de interesseiros, onde muitos falam o que querem e os governantes ouvem o que lhes convém, cumprindo aos que pensam de maneira diferente não só evitar o mutismo e o desinteresse, mas sobretudo agir de forma a não conspirar contra qualquer processo de mudança. Na verdade, ao se expressar de forma

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 24 a 30 de agosto de 2002).

A imprensa e o cacau

preconceituosa, não fazem mais do que fortalecer o *status quo* que, aparentemente, combatem. Não é diferente a miudeza do comentário que aponta o evento do “bolo da indignação” como um “fiasco”, supostamente pelo fato de não estarem presentes os produtores de cacau. Teria sido um “sucesso” se na pequena praça se encontrassem os quase 30 mil produtores? Essa prática de “informar”, muito confunde e nada esclarece, principalmente pelo fato de que os mesmos jornais ofereceram manchetes e outros comentários completamente opostos em outras matérias. Na verdade, a repercussão do ato, como já se disse, desautoriza o comentário, de sorte que a intenção de abordá-lo nesta coluna é apenas chamar atenção para a ambigüidade de certas posições, em jornais com relevantes serviços prestados à região e que certamente continuarão nesse caminho.

Por outro lado, não é pertinente o comentário de que as lideranças do cacau estejam “perdidas” e que deveriam abraçar qualquer candidatura. A bem da verdade, talvez em nenhum outro momento da história da cacauicultura as suas lideranças estivessem tão coerentes nas suas idéias, tão claras no seu discurso, tão consistentes na formulação de propostas e tão independentes e coesas na forma de agir; por isso, conscientes de que há um tempo de plantar e outro de colher. Se temos uma realidade complexa em que muitas idéias permeiam, algumas ainda caudatárias de uma herança colonial, não havendo interação, o papel das lideranças é sinalizar na direção de objetivos comuns, única forma de convergência. Mas é justamente devido a essa complexidade que deve-se exigir coerência dos atores com maior

capacidade de influenciar decisões e multiplicar a informação de qualidade: dos produtores, dos políticos, dos governos; e também da imprensa, para que não se negue num espaço o que se afirmou no espaço anterior.

De sorte que, se é inquestionável o relevante papel da imprensa nesse contexto, é absolutamente necessário que os seus integrantes, nos diversos níveis e meios, por intermédio do quais se concretiza a prática midiática, estejam impregnados do conhecimento e da ética necessários, a fim de que não se confunda jornalismo informativo com marketing pessoal, ou empresarial, para o qual existe uma seção própria: a de propaganda.

Por que você só acredita em cacau? Algumas vezes tenho ouvido essa pergunta, formulada de diversas maneiras, e acredito que a preocupação tenha a ver muito mais com o título desta coluna do que com o conteúdo dos assuntos abordados ao longo de quase 12 meses ininterruptos. Na verdade não acredito *só* no cacau, como de resto não acredito *só* no cooperativismo. Ao abordar os dois temas tenho razões objetivas para afirmar que o cacau ainda é das poucas atividades econômicas que têm condições de gerar benefícios mais amplos e imediatos para o conjunto da população. E se isso é perceptível para quem detém o mínimo de conhecimento e informação sobre o assunto, não menos visível é a necessidade de organização do setor, para que esses benefícios se repartam de forma simétrica para a sociedade como um todo, e o cooperativismo é a forma universalmente usada para que isso seja alcançado. Com efeito, a necessidade de se implementar medidas concretas na direção desses objetivos não pode pautar-se na perspectiva imediatista do senso comum, que normalmente se restringe ao que é aparente, em prejuízo de uma visão real de longo prazo.

Quando resolvi escrever sobre o tema, tinha clareza de que era necessário radicalizar a discussão a partir de paradigmas completamente diferentes daqueles em que se baseia o conhecimento convencional, reproduzido ao longo de dois séculos. É certo que se as questões do cacau tivessem sido encaradas de outra forma, muitos já estariam *acreditando* nessa economia há muito tempo, não se quedando às dificuldades; muitos não teriam derrubado árvores para, no seu lugar,

plantar capim; muitos não teriam substituído “as árvores frondosas” e conservacionistas por culturas predatórias; muitos saberiam que o mercado de cacau é cíclico (preços sobem num período, caem em outro, e vice-versa) e que isso pouco tem a ver com oferta e procura; muitos não teriam “diversificado” para o nada. E quando falo do convencimento sobre as reais possibilidades da cacauicultura, não me refiro apenas aos produtores, mas a todos os agentes, sobretudo os públicos, que não detendo conhecimento que lhes permitia avaliações *ex ante*, se debruçaram no simplismo das “análises” *ex post* para justificar a omissão na solução de problemas dos produtores e de suas entidades.

Alguns economistas importantes falam das vantagens comparativas para demonstrar que esse é um conceito que se sobrepõe à idéia pouco precisa de competitividade em mercados que não são competitivos. Dentro dessa visão, possuímos vantagens comparativas extraordinárias para produzir cacau, principalmente porque: temos solos e climas adequados; temos tecnologia; temos um produto que, justamente por causa das condições anteriores, possui sabor diferente e condições intrínsecas que permitem a produção de um *blending* de melhor qualidade do ponto de vista da aceitação dos consumidores de chocolate; temos uma cadeia produtiva que faturou no ano passado algo em torno de R\$ 5 bilhões; temos possibilidades concretas de ampliar a nossa participação nessa cadeia, reduzindo as relações assimétricas que desfavorecem os elos principais. Do ponto de vista estritamente econômico-financeiro temos, portanto, para usar a linguagem dos *experts* em entretenimento, um diferencial que nos qualifica a produzir cacau de forma rentável e com aceitação dos mercados consumidores.

Por outro lado, para os que se preocupam com a diversificação, quase sempre sem explicitar o que se entende como tal, o cacau também pode ser apontado como o diferencial nas atividades de turismo

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 31 de agosto a 6 de setembro e 2002).

O cacau como diferencial

regional, associando cultura, ecologia, condições básicas. Os que consomem cacau, nos principais países, e que estão interessados no entretenimento, precisam saber de forma continuada que existe uma cultura do cacau (já difundida no mundo todo), precisam saber que a parcela da Mata Atlântica aqui existente se deve à natureza conservacionista da cacauicultura, precisam ser informados de que aqui existe uma concentração extraordinária de biodiversidade, precisam saber que aqui existem condições naturais fabulosas, que não se resumem apenas ao sol e à praia, devidas à existência do cacau. E precisam saber também que podemos produzir cacau ecológico, que amplie as conhecidas qualidades terapêutica do chocolate (como antioxidante e agora – a descoberta mais recente – como elemento de combate ao câncer), o que evidencia a necessidade de se adicionar quantidades cada vez maiores de derivados de cacau na composição do chocolate.

Portanto, a crença no cacau não deriva de uma visão dogmática sobre essa atividade, mas pelo conhecimento objetivo de suas potencialidades, que se baseiam em amplos elementos de convencimento do ponto de vista econômico, social, ambiental e turístico, o que lhe conferem um diferencial extraordinário como negócio dentro e fora da porteira da fazenda. Essa dimensão da cacauicultura, como atividade econômica, como cultura, como história, como entretenimento, deve ser discutida da forma mais ampla possível, ensejando à sociedade um alcance que vá além da visão preconceituosa que, no mais das vezes, aponta seus integrantes como meros perdulários ou contumazes devedores, ao generalizar exemplos isolados, que ter-

minam sendo difundidos de forma estereotipada por alguns meios de divulgação. Por isso, ainda que se entenda a integração da unidade produtiva como necessária, não há como partilhar das desencontradas idéias sobre diversificação, entendidas como a mera superposição de atividades econômicas, sem qualquer preocupação com a organização empresarial, e que, em nossa região, não tem passado de retórica institucional.

A matéria *Cacau sobe e a indústria quer reajustar chocolate*, publicada no jornal *A Tarde* (11/09/02), nos dá conta de que os fabricantes estariam planejando um aumento de 6% até 12% no preço do chocolate. *Não temos mais como segurar os preços*, informa o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Amendoim, Balas e Derivados (A TARDE, 2002), alegando que o preço internacional do cacau subiu 49% este ano. Fica, assim, exposta, a lógica desse mercado: quando os preços da amêndoa estão deprimidos, como nos anos de 2000 e 2001, cujas médias situaram-se em torno de R\$ 22,00 e R\$ 30,00 por arroba, respectivamente, o preço do chocolate não diminuiu; quando o preço da amêndoa se ajusta a patamares mais decentes, como agora, a solução que encontram é encarecer o chocolate para o consumidor. Ou propor, como fizeram recentemente ao governo brasileiro, a redução da quantidade mínima de cacau na composição do chocolate.

O preço das diversas marcas de chocolates estão na faixa de R\$ 15,00 até R\$ 50,00 o quilo, no varejo, e, apesar da inusitada declaração do dirigente da Abicab, de que *o aumento varia de acordo com o produto, uma vez que cada chocolate é fabricado com uma quantidade diferente de cacau* (confirmando o que dissemos no artigo *nem tudo é chocolate*), a variação não pode ser atribuída somente à quantidade de cacau contida em cada marca. Os preços do dito chocolate em pó, um dos derivados mais baratos do cacau (em função da pequena quantidade de manteiga que contém), chegam nos varejistas a algo que varia de R\$ 3,00 a R\$ 10,00 o quilo, o que sugere margens elevadíssimas, principalmente se considerarmos os limites máximos de preços praticados, o que torna o consumo do chocolate inacessível para parcela expressiva da população.

A condição que têm os setores mais estruturados de controlar o preço dos fatores e ao mesmo tempo do produto final determina uma lógica, nesse mercado, que subordina os elos mais importantes (ao mesmo tempo, mais fracos, atomizados), que são os produtores e os consumidores, aos interesses dos grupos com maior poder de barganha (concentrados). De acordo com essa visão, é um despropósito a ênfase que se dá às questões tecnológicas, como base para a “competitividade”, e à industrialização nos moldes convencionais, como alternativa para romper a dependência. Temos repetido nesta coluna que esses grillhões só serão rompidos quando o produtor avançar, a jusante e a montante da produção, realizando investimentos em conjunto para, de forma integrada, atingir outras etapas dentro da cadeia produtiva; ou seja, neutralizar o modelo expropriador que aí está, cuja reprodução em nada contribuirá para modificar a situação de desigualdade e de perenização do processo de crise. Portanto, pelo menos dentro de uma perspectiva de mudança, não adianta implantar uma ou uma dúzia de indústrias de chocolate com a mesma concepção das que já existem, o que apenas ampliará as disfunções: os produtores continuarão enfrentando uma situação de instabilidade, com reflexos no conjunto da população, e os consumidores continuarão pagando preços altos, o que implica no desestímulo à produção de cacau e ao consumo do chocolate.

Por outra parte, na atual conjuntura, a produção de cacau, interna, já não é suficiente para atender à demanda. Portanto, o enfoque da industrialização se justifica a partir da formulação de novo conceito, já que do ponto de vista da cadeia existe elevado valor agregado e o fato de se faturar algo em torno de R\$ 5 bilhões na ponta final do consumo de chocolate em nada alterou a lógica do processo; ao contrário, cristalizou relações desiguais. Logo, é inadmissível que os segmentos que dão suporte (crédito, conhecimento acadêmico, tecnologia, governo)

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 7 a 13 de setembro de 2002).

A lógica conhecida

continuem raciocinando que o problema da cacauicultura reside apenas dentro das fazendas, enfatizando somente questões tecnológicas, de produtividade, de eficiência, de competitividade e, o que é pior, continuem induzindo os produtores a agir de forma equivocada, quando deveriam habilitá-los à tarefa de se conscientizar da absoluta necessidade que têm de realizar investimentos fora das fronteiras da fazenda. Duplicar investimentos e fomentar a idéia de produtividade física, a partir de tecnologias “competitivas”, só terá sentido se os agricultores tiverem condições objetivas de se apropriar dos ganhos advindos, o que é pouco provável, mantido o atual arranjo político-econômico-institucional.

Por tudo isso, temos que nos libertar do vício de reproduzir conceitos inapropriados que, se generalizados, confundem mais do que esclarecem. Só daremos um passo decisivo nas soluções de nossos problemas seculares quando entendermos, sem ambigüidade, que só a verticalização dessa economia (para a frente, a partir da fazenda), modificando também as relações de trabalho, poderá ampliar a participação dos produtores/trabalhadores e da população em geral na partilha do produto gerado, reduzindo assim a característica expropriadora e predatória da cadeia produtiva. Só assim será desfeita a lógica que prevalece tanto na formação dos preços do cacau (mercado de fatores) e do seu produto final (mercado de produto), em benefício de todos.

Ultimamente, tenho ouvido muitas demonstrações de “confiança” no cacau, oriundas dos mais diversos estratos, desde o simples trabalhador às mais altas autoridades, algo impossível há 10 anos.

Seguramente essa motivação é decorrente dos atuais preços do cacau e essa idéia de que os preços precisam subir para que as pessoas retomem suas “crenças” é muito negativa num mercado que é cíclico, onde a visão de longo prazo é crucial e, cuja ausência, principalmente por parte dos agentes públicos (apesar dos dados históricos), afastou qualquer possibilidade de solucionar, ainda hoje, questões pendentes que já deveriam ter sido equacionadas há uma década. Não estou dizendo isso agora; defendo essas posições há quase 20 anos, em artigos, em entrevistas, em livros. Por isso, tenho me perguntado por que muitas pessoas precisam sempre “ver para crer”, quando tudo o mais depende delas próprias, mas ao mesmo tempo tenho refletido que é realmente assim que se comporta o ser humano de forma geral, desde tempos remotos, e lembro-me do que disse em outro artigo (*O cacau e a imprensa*): as mudanças decorrem de pequenos movimentos e nunca do senso comum. Justamente por ser isso algo perceptível, é que o senso comum – hoje numa direção, amanhã em outra - não pode ser confundido com sinalizações impróprias, quando está em jogo o interesse público.

De sorte que, não é na forma de “pensar” e de agir dos que se comportam como meros receptores, que reside o grande perigo, mas na forma de “pensar” e de agir dos acadêmicos, dos agentes públicos, dos governantes, dos políticos e dos formadores de opinião, nos diversos níveis. Ora, para que as pessoas não sejam confundidas, é preciso que haja razoável conexão entre o que produz a academia e os centros de pesquisa e extensão em termos de formulações e de estudos técnicos e a ação dos governos em termos de elaboração de políticas públicas com o mínimo de consistência, permeando o papel dos políticos e a ação esclarecedora da imprensa filtrando a informação de qualidade. Foi a total desconexão entre as visões desses atores diversos, em função das mais variadas motivações, que ajudaram a instalar o caos nesta região nesta última década e meia de crise. De fato, enquanto possibilidades reais e efetivas foram inviabilizadas, o marketing viciado não conseguiu transformar o nada em alguma coisa, e os castelos construídos com essa “maquiagem” se desmoronaram.

Na Universidade, como professor de Economia, há pouco mais

de três anos, tenho tentado transferir informações sobre o tema, que julgo importantes, bem como venho tentando sistematizar o conhecimento do assunto para os alunos. Convidado neste semestre para dar aulas sobre economia cacaueteira, já na primeira aula, um estudante justificou o desinteresse pelo estudo dessa disciplina pelo fato de existir um “mito”, difundido ali mesmo, de que o cacau “já era”. Respon-di-lhe que o cacau já enfrentara crises semelhantes e, portanto, era necessário conhecer um pouco da história da cacauicultura, contato que certamente lhe permitiria entender que, correta ou incorretamente, as questões foram equacionadas; ela insistiu, argüindo que o problema mais sério agora era a vassoura de bruxa. Esclareci-lhe que a vassoura de bruxa não era uma invenção de hoje nem da região cacaueteira; já existia antes no norte no país, que com ela convivia, e em outras partes do mundo, e que foi registrada experiência bem sucedida na clonagem de cacaueteiros infectados, retomando-se a produção.

Na verdade, o desconhecimento, a informação deturpada, o imediatismo e o afã de soluções prontas e acabadas, que terminaram cristalizando um preconceito contra o cacau, estão a exigir uma postura afirmativa no sentido da realização de estudos e da busca do conhecimento sistemático sobre o assunto, que venham a integrar um corpo coerente de análises técnicas e científicas (de caráter

(Publicado na coluna *Economia Cacaueteira*. Jornal Agora, Itabuna, 14 a 20 de setembro de 2002).

O cacau e a formação do economista (1)

multidisciplinar), independentemente de qualquer motivação lateral ou interesse circunstancial. Evidentemente que tal enfoque não se confunde com o esforço pessoal de alguns, que às vezes se impõe mais pela absoluta lógica dos fatos do que pela existência de ações articuladas de natureza acadêmica.

É paradoxal essa situação. A economia se tornou uma ciência, a partir de pressupostos que lhe conferem consistência lógica, tendo como base situações concretas que inspiraram formuladores como os fisiocratas, os clássicos e os neoclássicos. Algumas linguagens que existem hoje no máximo poderiam ser justificadas pela “*maquiagem* de cursos modernos”, para usar a linguagem do presidente do Conselho Federal de Economia, mas o essencial gravita em torno do que foi legado por essa geração de economistas, e os esquemas de análise criados, recriados, rebuscados, reinventados e até refutados continuam priorizando a realidade que, também aqui, deve ser a nossa primeira preocupação, no sentido de que sejamos capazes de usar o que se dispõe de aparato teórico e de evidência empírica para entender primeiro o que ocorre dentro de nossas casas. Afinal, as origens da economia estão associadas “com o cuidado que se tem com a nossa ‘casa’, o lar, a comunidade imediata...” (Castro, 2002).

A “maquiagem” que pretende dar uma feição “moderna” aos cursos de economia, como disse o presidente do Cofecon, termina mesmo descaracterizando conceitos importantes, o que tem ensejado o distanciamento desses cursos da realidade. Em tese, podemos ter economistas com boa (ou má) formação em qualquer escola, mas

muitos cursos terminam se diferenciando em função de suas realidades específicas, mesmo porque, a rigor, o mesmo conhecimento estaria acessível a todos, o que nos leva a crer que o avanço nos estudos dependerá da vocação, do perfil do profissional e sobretudo de sua capacidade de entender e de adaptar o instrumental disponível. Mas, em qualquer circunstância, é importante enfatizar que a formação básica de um economista deve propiciar-lhe a percepção de sua realidade mais próxima, de uma forma reflexiva e crítica, o que exige habilidades, e o domínio de conceitos básicos para lidar com realidades complexas, e não apenas aplicar fórmulas gastas ou de simples técnicas operacionais.

Assisti a um debate recente na televisão, quando dois economistas brasileiros, Carlos Lessa e Paulo de Almeida Magalhães, da UFRJ, abordaram questões interessantes num seminário sobre defesa no século XXI. O primeiro disse que, diante da possibilidade de dificuldades iminentes no campo internacional, o Brasil não tinha um “plano B” e teria ficado mais vulnerável ainda com o nível mínimo de reservas internacionais negociado com o FMI, de U\$ 5 bilhões; e o segundo, de certa forma criticou o fato de as universidades brasileiras não terem adotado uma postura crítica em relação ao “consenso de Washington”, as regras que serviram de base para difundir a dita globalização, ressaltando que essas críticas só surgem agora no âmbito acadêmico, *ex-post*, depois da constatação do fracasso de tal receituário.

Os exemplos retomam a questão enfocada no artigo anterior, quando abordei a necessidade de referências indicativas sobre as possibilidades do cacau, de caráter institucional, previsíveis já na metade da década de 1980. Tal postura seguramente teria evitado o caos que se instalou, em função da imprevidência de algumas elites, que só agora começam a reagir de forma favorável, diante da “elevação” dos preços, na qual também não acreditavam, e do fracasso da “nova” economia diversificada, que abraçaram por mera opção político-ideológica. O clima de perplexidade, que reina na região desde o fim da década de 80, reflete a inexistência de uma visão objetiva sobre os problemas reais, fazendo com que o imaginário se manifestasse (e se manifeste)

de maneira contraditória. A ausência de políticas públicas capazes de induzir o setor produtivo de forma conseqüente, seguramente é produto de um vazio intelectual, técnico e científico que abriu espaço para ações clientelistas e cartoriais, o que põe em evidência o papel fundamental da universidade na concepção de idéias e de estudos que possam resultar numa ação institucional permanente e articulada, que estimule a discussão de alternativas de interesse da sociedade. Esse tipo de preocupação deve nortear alguns conteúdos do curso, para que não se reproduza aqui o viés profissional que tem caracterizado a formação do economista em várias partes do país, que terminam enfatizando o acessório em detrimento do principal.

Em nosso caso, é preciso que alguns fatores locais sejam devidamente considerados, com vista a emprestar identidade ao curso de economia, que leve em conta o seu diferencial, que é a sua realidade imediata, extremamente fértil em função dos múltiplos aspectos de natureza econômica, social, ambiental, cultural, histórica e estratégica, minimizando assim a atitude puramente reflexa. Se temos essa extraordinária realidade para ser trabalhada, que pode ser potencializada em termos de mercado de trabalho (apenas para raciocinar com essa visão reducionista e limitativa), continuamos insistindo na tese de um mercado fictício, em que as ações se reduzem ao atendimento

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 21 a 27 de setembro de 2002).

O cacau e a formação do economista (2)

de demandas empresarias e políticas, algumas até pouco claras do ponto de vista do interesse social, como se isso, de fato, significasse a integração do curso com a sociedade.

Em função das condições desta região para o desenvolvimento do agronegócio do cacau, integrado com outras culturas complementares, também conservacionistas, devemos substituir o imediatismo pela visão do que é “imediato”, não havendo a menor dúvida de que o conhecimento sistemático sobre economia cacauceira (e sobre a realidade regional), com todos os seus desdobramentos, entendida aqui com um enfoque multidisciplinar, deve ser a ênfase na formação do economista local. A importância da cacauicultura tem de ser vista com a sua dimensão exata e não apenas com a visão do “sapo no fundo do poço” que, vez por outra, de forma preconceituosa, qualifica essa atividade como algo de produtores que “não pagam o que devem”. Basta usar apenas um exemplo, entre tantos outros, para evidenciar a pobreza dessa visão. Graças ao cacau, aqui a Mata Atlântica possui os mais significativos remanescentes, tendo desenvolvido o melhor modelo de agricultura até então praticado nos trópicos úmidos e apontado como um dos exemplos mais importantes de sistema agro-florestal do planeta, do qual nem os próprios produtores têm consciência plena. Portanto, a implementação de um curso bem estruturado, do ponto de vista teórico e aplicado, com ênfase nesses aspectos, seria um elemento a emprestar qualidade específica ao curso de economia da UESC.

Pela importância, originalidade e oportunidade, e pelo fato de ter sido concebido por um profissional da comunicação, transcrevo

a seguir textos do discurso pronunciado pelo jornalista Humberto Pereira, da Rede Globo, na abertura do evento “Agronegócio e Comunicação”, promovido pela Rede Globo, ABAG e Embrapa na região de Ribeirão Preto, com o objetivo de valorização do mais importante setor da economia brasileira.

“Se, como ponto de partida, pegarmos a escala da história da humanidade, podemos dizer que o agronegócio foi o primeiro negócio do ser humano vivendo em sociedade. Daí a sua importância e daí também os seus pontos fracos, em comparação com outros negócios que lhe sobrevieram. Já a televisão é um dos negócios mais recentes, nessa mesma escala histórica, fazendo parte das conquistas tecnológicas do século XX, que tanto modificaram a vida dos homens no planeta. Daí a sua importância e daí também seus pontos fracos, comparando com outros negócios que a precederam.

Ora, o agronegócio não foi apenas o primeiro negócio da humanidade como também, durante séculos, foi o único. E os primeiros passos do nosso progresso tecnológico e científico se deram dentro do agronegócio. Na recente virada de século, o jornal **New York Times** convocou vários intelectuais do mundo inteiro para dizerem qual teria sido a maior conquista da humanidade no milênio que se encerrava – o que começou em 1001 e terminou em 2000. Evidentemente houve respostas no campo da física, da biologia, da medicina, da astronáutica. O pensador italiano Umberto Eco deu uma resposta surpreendente. Para ele, as maiores conquistas do último milênio foram duas: primeiro, a introdução das leguminosas no pobre cardápio medieval. Segundo, a invenção da coeira (chamada de “piteira”, no Rio Grande do Sul), que levou a tração animal, até então no cangote dos bois, para o peito dos cavalos.

Mas foi nesse mesmo milênio que o desenvolvimento, o fascínio, o conforto das cidades acabou afastando as atenções do campo. O progresso urbano fez do campo uma coisa menor, atrasada, ruim e pobre. As cidades proporcionaram meios mais rápidos e menos penosos de ganhar dinheiro.

A grande batalha de divulgação do conceito de cadeias produtivas – base fundamental da noção de agronegócio – foi iniciada pelos protagonistas que estão no elo correspondente à fazenda...

Não foram os bancos, a indústria, o comércio, tampouco o governo brasileiro que se preocuparam com isso... O fazendeiro, portanto, não é um episódio isolado no processo. Ele poupa aos outros homens o sacrifício de plantar e colher. Exatamente por isso nós, aqui na cidade, podemos ser jornalistas, arquitetos, publicitários, industriais, banqueiros, comerciantes, artistas e até astronautas que vão à lua.

Para terminar, duas considerações. A primeira é a seguinte: se o **New York Times** tivesse me perguntado qual o feito mais importante do último milênio eu jamais teria dado a resposta do Umberto Eco, até porque eu ignorava a idade da coeira e a época da introdução das leguminosas em nossa dieta. Eu teria falado da chegada do homem à lua, pelo vício de trabalhar em televisão e no Globo Rural. Por quê? Porque como lembram todos os manuais de comunicação, naquele dia 20 de julho de 69, quando Neil Armstrong pisou na lua, nós, os terráqueos, pudemos assistir a esse fato extraordinário acontecendo num aparelho de televisão no cantinho de nossas salas de visita. Na verdade naquele momento aconteciam não uma, mas duas coisas extraordinárias: a chegada à lua e a transmissão da chegada à lua. Mas tem uma terceira coisa que os manuais não contam. Aquele homem que primeiro pisou na lua, Neil Armstrong, foi fazendeiro antes de ser astronauta, filho de fazendeiro, plantador de milho e criador de frango como convém no Estado de Ohio. Ele desceu as escadas com uma frase provavelmente bolada pelos marqueteiros da NASA: “É um pequeno passo para um homem, mas um grande salto para a humanidade.” De volta à terra, Armstrong poderia ter sonhado com Marte, Vênus, o universo todo, poderia ter incorporado toda a arrogância do ser humano. Mas o quê ele fez? Largou a carreira de astronauta para ser, de novo, fazendeiro, o que continua sendo até

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 28 de setembro a 4 de outubro de 2002).

O primeiro e o último

hoje. Gosto muito dessa historinha porque nela temos uma dessas esquinas fundamentais onde se cruzam a mais requintada tecnologia espacial, as telecomunicações e, na pessoa de Neil Armstrong – talvez por ter visto de perto a aridez da lua -, a profunda e eterna vocação do ser humano para a vida no campo. Imagino a alegria de Armstrong ao contemplar seus milharais em ponto de pamonha...

A segunda e última consideração é simples e límpida como água de fonte. No começo dessa conversa eu dei muita importância ao agronegócio por ele ser o primeiro negócio da história da humanidade. Mas essa afirmação é uma falácia, quase uma mentira. O agronegócio pode ter sido importante no começo de nossa história, mas isso só não o qualifica para ser importante hoje.

O agronegócio é importante hoje, importantíssimo, porque ele vai ser o último, o derradeiro negócio da humanidade” (Pereira, 2002).

A política, indubitavelmente, é o canal pelo qual os arranjos institucionais se tornarão possíveis, visando ao bem-estar das populações. Não falo apenas da política partidária, mas da ação afirmativa que todo cidadão deverá desenvolver para que tal objetivo seja concretizado. Nesse caso todos somos políticos: os que atuam nos parlamentos intermediando a busca de soluções formais, os que decidem nos governos, e os que levam os anseios da população até eles, a sociedade civil organizada, a quem cabe, em última instância, representar os interesses de classes, de setores ou de regiões.

Não há dúvida de que a ação político-partidária, no parlamento ou nos governos, será tanto eficiente quanto for a vocação e a sen-

sibilidade dos seus agentes para entender que a política é um bem público que deve estar de forma absoluta a serviço da sociedade. Como receptores dos anseios coletivos, por outro lado, não podem olvidar o seu papel importante na construção da democracia, induzindo e ajudando a organizar a sociedade naquilo em que ela é mais frágil no seu conjunto, que é a dificuldade de juntar os seus diversos estratos, atomizados e dispersos, para exercer o seu papel político principal – de pressão e de reivindicação.

A política partidária só terá expressão qualitativa quando a sociedade for suficientemente organizada para exercer o seu papel político de pressão, invertendo-se as relações que hoje predominam no cenário nacional, onde os “eleitos” se tornam “donos” de tudo e de todos, transformando a sociedade em mera caudatária. E onde os poucos setores mais organizados terminam sendo considerados inimigos dos governos de plantão, apenas por discordarem de ações desconectadas dos reais interesses da maioria, a quem esses governos deveriam dedicar as políticas públicas.

De sorte que, do ponto de vista ético, não se pode conceber a existência do político sem que ele tenha compromissos efetivos com as suas bases, traduzidos na interação permanente com outros atores sociais, com as entidades de classe, e que seja capaz de reproduzir, com fidelidade, um discurso coerente com o interesse desses estratos, o que seguramente não é a regra, mas que tem o contraponto de exceções notáveis. Se não é assim, apenas trata-se de ocupantes de cadeiras públicas, algumas seguramente adquiridas a peso de ouro, que um dia não voltarão a ocupar, quando a sociedade amadurecer com o avanço do processo democrático. Alguns dirão que isso é bobagem, ao argüir que muitos não estariam nas funções públicas, se levassem em conta apenas a idéia de que é necessário o compromisso, o que é um argumento cínico, de quem normalmente se serve da política e não a ela serve. Na verdade, como a democracia é um processo que se opera de forma diferenciada de realidade para realidade, conheço muitas pessoas que se recusaram a ingressar na política partidária justamente pelas dificuldades reais de serem eleitos de forma natural. Mas nem por isso deixaram de ser políticos atuantes e eficientes nas

entidades que dirigem e nos setores que lideram, adotando posições com independência e coragem cívica, seguramente prestando um papel relevante na construção do processo democrático, mesmo fora do esquema partidário.

As últimas eleições do dia 6 sinalizam que esse processo político passa por uma mutação, embora as formas antigas de “convencer” o cidadão ainda continuem prevalecendo de forma preponderante. Mas certamente o eleitor de hoje, que se recolheu às cabines, deve ter refletido muito no momento do voto, tudo indicando que a escolha, daqui para frente, será seletiva, possibilitando a ascensão de candidatos que defendam bandeiras concretas de interesse da sociedade, se os eleitos, principalmente os ditos de vanguarda, se conscientizarem de que não podem continuar reproduzindo as práticas tradicionais de ignorar os que são ao mesmo tempo meio e fim das políticas públicas: as comunidades.

No caso do cacau, espera-se que as soluções de há muito reclamadas sejam articuladas de forma competente, sob a coordenação do governo federal, que esperamos encaminhe de maneira imediata e eficaz as propostas que se encontram no âmbito do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau - CDAC. E espera-se também que o governo estadual tenha mais capacidade de articulação com os setores ligados à cacauicultura, eliminando a postura rancorosa

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 5 a 11 de outubro de 2002).

Os novos eleitos

e revanchista de alguns dos seus agentes, a fim de que a comunidade regional não continue sendo prejudicada com a postergação de soluções que agora parecem tão óbvias.

Nessa quadra de definições eleitorais não cabe mais o discurso impreciso de “apoio ao cacau”, mas a implementação de medidas concretas sugeridas pelos segmentos mais importantes, debatidas de forma exaustiva pela sociedade e já formalizadas do ponto de vista institucional.

A cacauicultura experimentou nessa década e meia de crise duas experiências muito ruins em relação às ações de nossos representantes políticos. Quando resolveram intervir, depois de vários anos de omissão, o fizeram da forma mais desastrosa. Primeiro, viabilizaram os recursos, mas não foram capazes de fazer com que esses recursos chegassem às mãos dos que deles precisavam (e ainda precisam). Toda propaganda foi usada para fazer parecer o que, na verdade, não era e o marketing da ilusão foi repetido em profusão, consciente ou inconscientemente, por parte da imprensa, falada e escrita.

Na verdade, nesses tempos ainda eleitorais, o que mais se ouve e se lê é a repetição de um clichê que já se tornou chato de tão bobo, a repisar a necessidade de que é preciso representação política forte para resolver as questões do cacau, já que sem uma bancada “regional” não há como alcançar o que se deseja. Diante de tanta peroração, costumo meditar sobre o assunto e concluo que em tempos recentes nunca a região teve patrocínio político tão forte e tão poderoso, daqueles que são capazes, como se diz, de

“tirar leite de pedra”. Chegavam até a dizer que “os baianos governavam o Brasil”. E chegaram a contar com quase R\$ 400 milhões “liberados” pelo governo federal, anunciados, como convém, com todo estardalhaço, dos quais R\$ 120 milhões terminaram sendo contingenciados (não utilizados) e R\$ 127 milhões estão aí para serem liberados “Deus sabe quando”. Mas aqui na região também não faltavam os “príncipes”, que freqüentavam as áreas mais nobres dos palácios e que tinham acesso fácil aos reis e aos imperadores para intermediar as grandes “soluções”. Mas é certo que atrapalharam mais do que resolveram, porque soluções técnicas plausíveis deixaram de ser tomadas justamente porque a “força política” impediu que fossem tomadas.

Alguns políticos ainda não se acostumaram com a idéia de que não podem tutelar a sociedade, porque dela devem receber a tutela. Assim é a política como serviço, mas isso incomoda e desagrade aos que de fato não estão preparados para missão tão importante, como se o ideal não existisse. Existe, sim, e é a sua possibilidade que permite a mutação em qualquer processo, de sorte que não precisamos nos angustiar com o que está aí, como se fôssemos impotentes para buscar a mudança.

Pois bem, frustrada a tentativa de equacionar o problema do cacau, com a implementação de um programa completamente inoperante, entraram em cena “os novos baianos”, que aqui estiveram com toda a corte, justamente no dia do aniversário de morte de Getúlio Vargas: o presidente da República, o governador da Bahia, senadores, deputados, líderes de partidos, líderes do governo. O novo grupo, que tinha uma forte motivação política para se interessar pelo assunto, terminou não se interessando tanto. Só avançou objetivamente quando a sociedade pôde manter a tutela e o Pacto do Cacau sugeriu a criação de um grupo paritário (setor público e privado), que resultou num decreto presidencial criando o CDAC e determinando a formulação de um novo programa para o cacau”, a partir da constatação de que se tratava de uma situação bem específica (uma doença que exigia esforços de novos investimentos) e emergencial, que demandava medidas diferenciadas das convencionalmente utilizadas. Mas o que o

ministro da Agricultura terminou anunciando foi a simples inclusão do cacau no Plano de Safra, uma dura e frustrante repetição de tudo o que já tinha sido feito, lamentavelmente sem que os “novos baianos” agissem para fazer prevalecer a “forte” representação política.

Todos esperamos agora que não precisemos depender apenas da vontade política dos “velhos” ou dos “novos baianos” para que se implemente uma política pública para o cacau, compatível com as suas reais necessidades e com as suas imensas possibilidades. E que, desta feita, a sociedade, por intermédio das suas representações de classe, seja chamada a opinar e a partilhar dos esforços de algo que lhe diz respeito diretamente.

Quando as exportações de cacau não ultrapassavam a casa dos US\$ 150 milhões, em passado recente, praticamente toda a arrecadação de impostos estaduais provinha do produto. Embora represente hoje muito menos, especialmente pelo fato de o Estado ter diversifica-

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 12 a 18 de outubro de 2002).

A política e o marketing da ilusão

do sua economia, o cacau ainda é importante fonte de divisas líquidas, o que reflete na sua capacidade de importar e nas possibilidades reais de desenvolvimento. Com efeito, o cacau já representou cerca de 35% de todas as exportações nordestinas, propiciando o poder de compra da região e contribuindo para financiar o desenvolvimento industrial do nordeste brasileiro. Fornecedor da quase totalidade das divisas baianas, não há muito tempo, foi o impulsionador do processo de industrialização do Estado da Bahia.

As crises sempre existiram, variando apenas de magnitude, e são sempre atribuídas à monocultura, apontada como o grande vilão do processo. A região possui homogeneidade em vários aspectos, vocação para desenvolver uma agricultura diversificada verticalmente, dinâmica economia de exportação, no entanto não se desenvolve e o seu empobrecimento relativo é patente. A que se deve tal realidade? Os diagnósticos são vários, da pouco precisa definição de monocultura até a menos precisa idéia de ausência de uma “bancada do cacau”, apenas para citar o modismo mais recente.

Não foi a monocultura que condenou a região ao atraso em que vive, mas o fato de que a estrutura de poder, localizada fora de suas fronteiras - evidenciando a natureza congênita da relação colonial – nem sempre esteve identificada com os seus interesses. Tais circunstâncias fizeram deslocar o dinamismo dessa economia para além. Essa é uma questão essencial, que poderá ajudar a entender que a monocultura não é a geradora dos problemas, mas o fato de que a sociedade regional não se organizou de forma adequada

para promover aqui as mudanças que alguns conseguiram em outras regiões também monocultoras.

O que parece mais provável é a existência de um problema crônico de identidade: a sua histórica condição de colônia, cuja permanência permeia os comportamentos individuais e coletivos. É essa realidade histórico-sociológica que explica por que fatores exógenos – de natureza econômica, política, psicológica – afetam tanto as relações internas, modulando um comportamento autofágico. Se esse quadro não for alterado, a idéia de uma “bancada do cacau” terá pouca importância ou significação para viabilizar as aspirações regionais (como a realidade tem demonstrado) se intrinsecamente vinculada ao centro de poder localizado fora, e se as reações continuarem fragilizadas pela ausência de compromisso dos que, mesmo conscientes de que algo precisa mudar, têm dificuldades reais de fazer o enfrentamento necessário para que as mudanças ocorram e, via de regra, terminam se aliando de forma subalterna e dependente.

São visíveis os efeitos da crise em toda a região: no comércio, nos bancos, nas diversas profissões liberais, para o alfaiate, o jornalista, a doméstica, o engraxate, o vendedor ambulante, o biscateiro, o médico, o engenheiro, enfim, para o conjunto da sociedade. Isso torna claro que o problema não é exclusivo do produtor de cacau e que não se deve esperar dele todas as soluções, apenas porque detém os meios de produção dos quais depende o dinamismo da economia regional; e também não é de uma imaginária “bancada do cacau” atrelada aos “donos do poder” e às cúpulas dos partidos políticos, que só terá sentido, de fato, quando a sociedade se organizar de forma adequada para recusar a tutela que sempre lhe foi imposta. Isso não significa que a política partidária é dispensável. Ao contrário, ela é absolutamente necessária, desde que conectada com as reais aspirações da sociedade, como expressão representativa dos mais variados estratos sociais.

Depois de um longo período de hibernação, os preços do cacau reagem positivamente, mas todos começam a observar a gangorra das variações, que tem sido a raiz das instabilidades crônicas no setor agrícola e na região como um todo. São preços de R\$ 150,00/@ na quinta-feira que já se transformam em R\$ 120,00 na segunda

seguinte, o que representa uma variação extraordinária em pouco tempo, que pode resultar em perdas significativas para quem tinha o produto nas barcaças ou nos armazéns. E muitos argumentam tola-mente que se trata dos ditames da oferta e da procura, num mercado

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 19 a 25 de outubro de 2002).

Preço e instabilidade

em que imperam relações do tipo preço-produção, que depende de movimentação de papel em Bolsa e de uma cultura permanente. E muitos continuam acreditando nessa coisa que se repete há quase dois séculos. Até quando ?

Até quando entendermos que esse paradigma de formação de preços nas Bolsas de Nova Iorque e de Londres não interessa nem aos produtores nem à sociedade regional, apesar de todo o “ensinamento”. Devemos nos convencer de que, definitivamente, dormir com um preço num fim de semana e nos depararmos com outro no início da semana seguinte tem pouco de racional, para quem não tem como se proteger contra os riscos dessas oscilações.

O agronegócio é tido como a mais importante alternativa para a produção, para a geração de emprego a curto prazo e para o equilíbrio do balanço de pagamentos, entre outras possibilidades. No Brasil, é o maior setor da economia e é responsável por 21% do PIB, 25% do valor de toda a produção, 37% dos postos de trabalho (sendo o maior gerador de emprego por unidade de capital investida) e representa 41% da pauta das exportações. Sempre foi um setor superavitário e insubstituível como fator de equilíbrio dos pagamentos externos, reduzindo os impactos negativos resultantes de outros setores da economia.

Se é assim, por que, na sua expressiva maioria, os governos (federal, estadual e municipais) padecem de uma crônica má vontade (ou “miopia”) com relação ao setor agrícola, a despeito de um discurso que enfatiza a geração de emprego e de renda? Se o agronegócio representa a forma mais clara, rápida e conseqüente de desenvolvimento

econômico, até mesmo como forma de dar suporte a uma política industrial consistente, que não reproduza as dicotomias conhecidas, por que os sucessivos governos dão-lhe as costas? Por que, por meio de um marketing viciado, que custa fábulas ao erário público, procura induzir a sociedade, fazendo prevalecer a idéia de que o importante é “parecer, e não ser”?

Seguramente, não encontraremos como resposta justificativa convincente que se oriente pela racionalidade econômica (a racionalidade comunitária) ou pelo interesse social. As respostas só poderão ser obtidas com incursões que vão além do aparente e que possibilitem desvendar os meandros dos interesses clientelistas e cartoriais que movem as ações de governos e das suas máquinas burocráticas, que terminam utilizando prerrogativas de Estado para fazer prevalecer medidas que visam, na verdade, a beneficiar grupos estabelecidos, em prejuízo da sociedade como um todo. São assim, por exemplo, as renúncias fiscais para setores não dinâmicos, que terminam reduzindo o excedente do consumidor de massa expressiva da população, direcionando-o para grupos específicos, com inegáveis impactos negativos do ponto de vista redistributivo; são assim, as desapropriações feitas em nome do “interesse público”, retirando patrimônio de setores realmente identificados com aspirações regionais, para beneficiar interesses privados menores, que nem a sisudez do Diário Oficial consegue dissimular; são assim, as medidas fiscalistas, coercitivas e penalizadoras para setores que, historicamente, sempre empreenderam e produziram, como se o poder de tributar pudesse ser lenitivo para uns e rigoroso para outros, e como se a ética no particular não fosse uma via de mão dupla.

Tudo isso não pode continuar ocorrendo de forma impune, sem que a sociedade, no que existe de mais expressivo e representativo, se manifeste de forma vigorosa. Afinal, os governos existem, são eleitos, para servir às populações, e se a presença do Estado é algo permanente, fundada em princípios universais, os governos são eventuais e devem pautar as suas políticas públicas em consonância com o interesse geral. No entanto, é importante compreender que nem sempre os agentes

públicos são movidos por essas motivações – mas essas são as que interessam ao conjunto da sociedade e por isso devem ser cobradas enfática e sistematicamente.

Em nosso caso, vivemos um momento de grande expectativa. Governos que eventualmente se opuseram entre si no comando das ações referentes ao cacau não se mostraram determinados a resolver os seus problemas, que persistem há década e meia, apesar de ser ainda o mais importante agronegócio da Bahia, o que gera mais empregos e o que pode resultar em maior renda para os produtores e para a população. Não basta agora o discurso vazio dos que, distantes, costumam repetir clichês ou orientam seus pronunciamentos pelo receituário de algum assessor apressado. É preciso aprofundar essa discussão agora com quem tem a mão na massa, a fim de que, mais uma vez, a retórica não prevaleça.

Por outro lado, se avizinha um debate mais definitivo sobre a ALCA e tudo indica que o governo eleito colocará como preliminar a questão do Mercosul, algo de muita importância também para o cacau. Por tudo isso, apesar do olhar extremamente reducionista de alguns, que continuam com a “visão do sapo no fundo do poço”, achando que a questão do cacau é só crédito, essa visão não deve prevalecer isoladamente, porque não ajuda a compreender a cacauicultura.

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 26 de outubro a 1º de novembro de 2002).

A hora e a vez do cacau?

De qualquer sorte, se pensamos em gerar mais empregos a curto prazo (algo em torno de 100 mil), se pensamos em reduzir a pobreza e a miséria nos campos e nas cidades (que acentuam as doenças endêmicas em municípios que não têm condições de ofertar serviços próprios), se pensamos em reduzir a violência que se alastra por todos os cantos, se pensamos em dinamizar o comércio e demais serviços regionais (em benefício de mais de 2 milhões de pessoas), não há dúvida sobre qual deve ser o caminho a seguir.

O economista americano Paul Samuelson, Prêmio Nobel de Economia, disse certa feita que *o poder de tributar é o poder de preservar*. No Brasil, em meio à parafernália de leis, decretos, medidas provisórias, normativas, medidas coercitivas e decisões judiciais, essa frase encerra uma verdade nem sempre levada em conta. Exemplo disso é a imposição de impostos, muitos dos quais instituídos como se se justificassem por si, a observar o desvario fiscalista de muitos governos ou os interesses corporativos das máquinas burocráticas que, ao servir àqueles, servem a si mesmas, como se estivessem servindo à sociedade. O poder de tributar não é algo discricionário, como se acontecer, que termina impondo o sacrifício compulsório de alguns, obrigados a pagar, para que a máquina estatal possa ser generosa nas concessões a setores específicos, muitos deles capitalizados, tendo como pano de fundo o surrado argumento dos “benefícios sociais”, que só existem no marketing oficial, até porque nunca são revelados os custos sociais correspondentes.

Por governo entende-se, obviamente, o conjunto dos poderes,

que envolve executivo, legislativo e judiciário. É fato que uma proposta de lei oriunda do executivo, se desprovida de qualquer princípio de equidade e de justiça, não seria aprovada num legislativo atento e compromissado com interesse maiores. E mesmo que o fosse, esbarriaria num judiciário proficiente, maduro e com sabedoria para fazer justiça e não apenas aplicar leis quando essas, por acaso, como acontece em várias situações tributárias, refletem interesses circunstanciais, legítimos ou ilegítimos do ponto de vista do que a sociedade pensa, quer e exige das autoridades constituídas. Logo, não se pode cogitar da existência de eventuais abusos apenas por parte de um ou de outro poder, isoladamente, pois todos, de alguma forma, contribuem para que o arbítrio se perpetre e se perpetue.

Com efeito, conceitos simples de economia ensinam que os impostos existem em função da renda. Assim, da renda total, uma parcela é destinada ao pagamento de impostos, resultando o que se chama de renda disponível, a ser utilizada no consumo e na poupança. Mas os impostos só poderiam ser pagos a partir de determinado nível de renda e, portanto, seriam negativos para os níveis mais baixos. Se esse é um conceito econômico, como se pode então arbitrar alíquotas, a partir de uma visão apenas fiscalista e arrecadadora do Estado, ignorando a questão econômica como um todo? E não adianta comparar a arrecadação com a de outros países, com magnitudes diferenciadas na capacidade de consumir e de poupar (propensão marginal). Para a compreensão dessa realidade, algo essencial para o processo democrático, a Fazenda Pública precisa cada vez mais de profissionais preparados para o exercício ético da função pública, de “xerifes” de arrecadação, que são “estimulados” a usar discutíveis expedientes administrativos e jurídicos, em função de um viés profissional que termina colocando o esquema institucional a serviço de poucos.

Existe outro conceito conhecido como “curva de Lafer” que tenta explicar que os impostos se elevam até determinado ponto, a partir do qual os contribuintes, no seu conjunto, não estariam dispostos a continuar pagando. Nesse caso, mesmo que as alíquotas aumentassem, a arrecadação diminuiria, evidenciando que esse é um problema econômico e que a sua solução não pode ser encontrada com

a prática da coação, inclusive moral, nos casos em que a cobrança se torna imoral. E por mais que assim pense a máquina fiscalista, que costuma inflar o passivo das pessoas físicas e jurídicas com os mais abusivos lançamentos, a questão não é “tirar leite de pedra” a qualquer custo, mas entender a exata dimensão do problema.

Ora, se a máquina fiscal não conhece com precisão esses limites mínimos e máximos, a partir dos quais é possível cobrar impostos com alguma racionalidade, não pode exceder de maneira arbitrária a capacidade contributiva, exorbitando o seu poder de tributar, quase sempre com justificativas que não são capazes de dissimular o interesse dos cartórios e das corporações. E se assim agem, invertem valores fundamentais, já que não se pode cobrar uma ética apenas daqueles que pagam (ou devem pagar), quando não existe a ética necessária no ato de tributar e de cobrar, como assim entendem renomados especialistas e ensina a lógica econômica.

Por tudo isso, é evidente e definitiva a importância de um Poder Judiciário com a compreensão da inteireza do seu papel, o que leva à constatação de que é necessário a existência de árbitros como Salomão que, dentro dos limites possíveis, mas usando também a sabedoria, ao se defrontar com duas mulheres reivindicando a maternidade da mesma criança, definiu o impasse entregando-a à verdadeira mãe, fazendo justiça sem se basear em nenhum código

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 2 a 8 de novembro de 2002).

O poder de tributar

formal. O fato é que, em tese, não podemos continuar justificando, a qualquer pretexto, mesmo os “legais”, uma ética inexistente em todo e qualquer ato de cobrar da Fazenda Pública, apenas porque a práxis que exprime um arranjo circunstancial dos que detêm o poder de tributar assim o define, quando se sabe que esse poder muitas vezes é o poder de destruir e não está em consonância com os interesses sociais.

Há dias, li na “Coluna do Cacau” (A TARDE Rural) que alguns produtores de cacau haviam reclamado do autor pela excessiva abordagem que ele fazia sobre questões de mercado, quando deveria, segundo eles, enfatizar os problemas do crédito que, para esses produtores, era o assunto que efetivamente interessava. Com propriedade, o conhecido autor discordou dessa visão estritamente creditória, esclarecendo-lhes que os produtores deveriam se interessar, sim, também por outros assuntos de grande relevância para o seu “negócio”. Além dessa “queixa”, outros tantos cuidaram de esbravejar sobre a repentina “baixa” dos preços internos, que hoje estariam em torno de R\$ 105,00/@.

Não temos nada contra o fato de alguns continuarem pensando que vão resolver as suas questões apenas com crédito. “Cada cabeça é um mundo” diz o ditado, mas é um risco muito sério que essa visão contamine os que têm capacidade de influenciar as pessoas, até as mais experimentadas, quando eventualmente se tornam receptores de mensagens desse tipo. Felizmente, no caso presente, o autor da “Coluna do Cacau”, que semanalmente tem um grupo de fiéis leitores, a maioria soteropolitanos, adotou uma postura educativa que, esperamos, tenha sido levada em conta por esses seguidores incondicionais.

Na verdade, continuar pensando dessa forma não seria o problema maior, se não tentassem “impedir” que outros pensem diferente. Afinal, se a questão do crédito é a mais importante para alguns estratos de produtores que detêm poder de barganha para obter, além do crédito, outros tipos de vantagens laterais, essa não é a condição da grande maioria. Esta não teve, não está tendo e seguramente não terá qualquer acesso ao crédito oficial, mantidas as condições atuais, para a qual outros mecanismos compensatórios serão absolutamente necessários.

Os produtores, de forma geral, continuam ignorando tudo ou quase tudo o que ocorre antes e depois da porteira das fazendas, interna e externamente, que tem importância capital para a sua atividade. Tais são os movimentos especulativos nas bolsas, que fazem os preços subir e descer no mais longo prazo, procedimento que afeta de maneira exógena os preços internos do cacau, sem que nada se possa fazer, a não ser esperar. É óbvio que essa especulação é conduzida de maneira profissional pelos que a praticam no exterior, em sua vantagem, com o emprego de vários mecanismos para reduzir ou evitar perdas, o que não é o caso dos produtores locais, distantes das bolsas e incapazes de ter acesso a tais mecanismos. Por outro lado, do ponto de vista interno, todos conhecem o que ocorreu em passado recente, graças aos adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC), instrumentos que possibilitaram fossem cometidos verdadeiros desatinos no mercado doméstico, em função das operações especulativas de caráter predatório, altamente nocivas, que eram utilizadas por determinados setores, visando a obtenção da moeda nacional a custo relativamente baixo, muitas vezes sem possuir o lastro de cacau físico necessário. Com os chamados ACC, as vezes contratados em volumes muito altos, os exportadores “faziam” dinheiro, por meio do câmbio vinculado e até do câmbio desvinculado (quando vendiam apenas papel, já que não dispunham de moeda estrangeira), processo que terminou sendo um dos responsáveis pelo descrédito bancário de algumas empresas - apesar da cumplicidade dos bancos - afetando a economia cacauzeira no seu conjunto em termos de liquidez.

Em vários artigos tenho enfatizado que os preços do cacau, dada

a conformação do “mercado”, sobem e descem, e vice-versa, o que seria uma forte razão para que não haja otimismo exagerado na alta ou pessimismo depressivo na baixa. Igualmente, tenho dito que é preciso um esforço de poupança quando os preços estão altos, para compensar a possibilidade de poupança negativa nas baixas. Mas, apesar de década e meia de dificuldades ininterruptas, decorrentes dos mais variados fatores, alguns continuam insistindo na tese historicamente indefensável de que apenas crédito resolve tudo e que os preços, porque numa curva ascendente, continuarão se elevando infinitamente. E não se pode esquecer ainda a latente cultura especulativa, sempre a sugerir que é melhor vender o produto amanhã, talvez inspirados em alguma fórmula mágica que possa lhes assegurar sucesso em tão difícil empreitada, mesmo sem deter informação adequada nem dispor de qualquer mecanismo para se proteger contra variações bruscas de preços.

Como temos dito, não é porque os preços atingiram até R\$ 150,00/@ nesse final de ano (cinco vez mais que o preço do ano anterior) que devemos resgatar a ilusão de querer sempre mais, dentro das condições que nos são impostas, achando que eles poderão se sustentar em níveis sempre mais elevados. E quando se estabilizam, durante algum período, em R\$ 105,00, como agora, repetimos o raciocínio

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*, Jornal **Agora**, Itabuna, 16 a 22 de novembro de 2002).

Crédito, preço e especulação

viciado de considerar sempre o patamar mais elevado de preço para efetuar comparações e ensaiamos a cena corriqueira de considerar o preço ruim porque “baixou”. Como empresários preocupados com o negócio, os agricultores devem vender sempre que podem, visando atingir médias que assegurem uma remuneração compatível. A tarefa de especular, por mais estimulante que seja, não deve ser o comportamento racional dos que estão preocupados em manter a rentabilidade do seu negócio, e só deve ser empreendida por quem tem informações e mecanismos eficazes para se proteger contra riscos maiores, além dos que já correm na atividade produtiva.

Não há dúvida que o tema ALCA tem sido dos mais discutidos nos últimos anos, de diversas formas, com diferentes visões, por variados setores, e deve se constituir em uma das grandes preocupações do presidente eleito. E não só do presidente eleito. Recentemente, segmentos importantes da sociedade civil promoveram uma pesquisa a nível nacional, cujos resultados não deixam dúvidas sobre a posição de cerca de 10 milhões de pessoas, contrárias à presença do Brasil na ALCA. E esses segmentos pretendem agora utilizar esses dados para pressionar o Congresso Nacional na direção de um plebiscito. Por outro lado, o parlamento brasileiro tem promovido discussões importantes sobre o tema, como o Seminário sobre Defesa no século XXI e a reunião de parlamentares ocorrida na Câmara dos Deputados nesta semana.

O presidente da República acaba de dizer que não se pode considerar a questão da ALCA como o inferno ou o céu. De fato, ao se considerar a discussão por um prisma maniqueísta, eivada de um

viés político-ideológico, corremos o risco de perder a racionalidade na abordagem de algo que pode ser bom ou ruim, a depender do encaminhamento das discussões e das soluções concretas.

Se não há dúvida sobre as pretensões geopolíticas dos Estados Unidos, ao insistir na formação desse bloco continental, parece também não haver dúvidas sobre vantagens que poderão advir para o Brasil, se a política de redução/eliminação de restrições comerciais for levada a sério (a sério mesmo) pelos parceiros do Nafta, os Estados Unidos, o Canadá e o México. Esse seria um grande teste sobre a vocação liberal americana, em que pese o fato de algumas medidas protecionistas serem justificadas pela idéia impregnada na sociedade americana, há mais de dois séculos, de garantir aos cidadãos segurança alimentar e segurança militar. E se esse princípio for algo irremovível, seria também um teste para o nosso “pragmatismo” sub-desenvolvimentista: insistir na condenação de subsídios à agricultura e às exportações, praticados pela maioria dos pragmáticos desenvolvidos. Ora, se a boa economia política da proteção inclui como argumento sério a possibilidade de imposição de tarifas para que os outros países reduzam as suas (aumento do poder de barganha), é totalmente incompreensível essa aversão tupiniquim à proteção de alguns setores contra a concorrência estrangeira, que seguramente foi responsável pela derrocada de muitas indústrias nascentes, em prejuízo do país, principalmente nos dois últimos governos republicanos.

É importante que a sociedade cada vez se manifeste sobre esse assunto, de forma racional e conseqüente, por várias razões: é do seu interesse direto; tem a ver com o futuro das novas gerações; é uma decisão que não pode ser apenas do presidente da República, que também não pode sentir-se isolado; é algo que não pode ser definido por um plebiscito, porque envolve objetivamente relações econômicas às vezes não alcançadas pela percepção do senso comum, resultando em “opiniões” eivadas de forte conteúdo ideológico, como parece estar acontecendo com o tema. De sorte que, se o resultado da pesquisa é importante para mostrar o inconformismo de parte da população com o encaminhamento oficial dado a esta questão, e isso é altamente positivo, não quer dizer que seja usado para travar qualquer

possibilidade de entendimento que possa favorecer o Brasil. Tenho acompanhado a discussão do assunto e as posições que mais me impressionaram excluem a visão maniqueísta, não são contra os Estados Unidos, com os quais o Brasil tem muitos pontos em comum; mas são claramente divergentes da visão americana quando colocados os interesses do país no mais longo prazo, principalmente do ponto de vista de uma nação com potencial indiscutível para juntar-se a outras nações, de forma afirmativa, na busca de uma ordem internacional mais justa e equânime.

Se insistimos na tese de discriminar o setor mais importante, que é a agricultura, mesmo sabendo que os países desenvolvidos praticam a dita globalização ao contrário, não podemos esquecer que o país pode ganhar de forma extraordinária se conseguirmos convencer os protecionistas, também ditos liberais, de que o caminho da ALCA passa necessariamente pela eliminação da proteção a setores nos quais o Brasil já demonstrou, na prática, que tem vantagens comparativas indiscutíveis, abrindo as possibilidades para a integração vertical (agregação de valor) desses setores. Neles, inclui-se o cacau, absurdamente taxado por países que integram o NAFTA, e que recebem total influência dos Estados Unidos.

Caso contrário (o que parece evidente até então), devemos nos convencer de que, se o receituário prescrito pelos desenvolvidos, a partir do FMI, não serve para eles próprios, que não o pratica com inteireza, seguramente não deve servir aos outros. Se, no final, a única forma de se contrapor ao protecionismo americano for o protecionismo doméstico, que o façamos sem medo e sem preconceito.

A propósito dos desencontros retóricos sobre a ALCA, o se-

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 16 a 22 de novembro de 2002).

Uma palavra sobre a ALCA

cretário de produção e comercialização do Ministério da Agricultura disse que *“não negociar é perder com certeza. Negociar mal é perder mais ainda... resta, negociar bem e conquistar uma posição de destaque para o Brasil”*. Se verdadeira ou não essa assertiva, não há dúvida que o debate conseqüente desse tema é de fundamental importância, não só para os negociadores oficiais, mas também para a sociedade, que precisa de uma referência sobre os melhores caminhos para o país. No entanto, de forma geral, a discussão desse tema tem ocorrido fora das universidades, no âmbito dos “grandes” negócios, o que pode comprometer o processo, se prevalecer a posição de determinado grupo ou setor, independentemente de ser boa ou ruim, dificultando o entendimento da sociedade, já que em tais situações sempre existem os que ganham e os que perdem, interna e externamente. E se existe uma guerra por mercados no âmbito da ALCA, a disputa pela priorização de pontos de negociação deve permear a discussão interna.

Agora mesmo, no período de 29 a 31 de outubro de 2002, representantes dos países que integram o Acordo se reuniram em Quito, no Equador, durante a realização do VII Foro Empresarial das Américas, sendo que a delegação do Brasil foi constituída pela chamada Coalizão Empresarial Brasileira, composta de 80 lideranças empresariais ou representantes setoriais que, obviamente, discutiram o que mais lhes interessava. Nessas reuniões, sabe-se que houve poucos avanços, principalmente quando a discussão centrava no protecionismo agrícola dos países ricos. Se a premissa básica é a boa negociação, é preciso entender que, se isso vier a ocorrer em relação a alguns pro-

duto, seguramente não existirá em relação a outros tantos e por isso devemos estar atentos quanto à presença do cacau nessas discussões. De qualquer sorte, ALCA é um tema presente, e por isso tentarei nesses últimos artigos da série evidenciar alguns aspectos do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

A ALCA é um mercado constituído por todos países das Américas (34), exceto Cuba, reúne uma população superior a 740 milhões de pessoas, portanto o dobro da população da União Européia, por exemplo. Possui um PIB de US\$ 11,5 trilhões, sendo que os países do NAFTA detêm 89,8% desse total (Estados Unidos, sozinho, representando 80,1%, Canadá com 5,51% e México, com 4,19%); os países da América do Sul detêm 9,27% e os da América Central apenas 0,93%. Como se observa, existe uma grande assimetria nas grandezas desse mercado, medida em termos de PIB, havendo uma enorme distância entre o primeiro (EUA) e o segundo (Brasil), o que por si já evidencia as grandes dificuldades de negociação. Por outro lado, há diferenças marcantes entre os países que constituem as Américas, do sul e central, o que também é um grande complicador para o alcance de posições consensuais. Em contraponto, blocos como o Mercosul apresentam dados qualitativos da maior importância, como território, recursos naturais, população e vantagens comparativas que poderão ser potencializadas a longo prazo.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e os outros países nesse mercado, em 2000, totalizou US\$ 27,3 bilhões de exportações e US\$ 25,7 bilhões de importações, havendo um superávit de US\$ 1,6 bilhões, graças ao desempenho positivo do setor agrícola. A metade desses negócios ocorreu com os Estados Unidos, cerca de 30% com o Mercosul e o restante com os demais países. Isso, a despeito do tratamento desigual praticado pelos Estados Unidos, que discriminam o ingresso de diversos produtos brasileiros, com aplicação de tarifas e diversas barreiras não-tarifárias, como é o caso do suco de laranja (40,7% e antidumping), fumo (9,2%), açúcar (88,5%), camarão (barreira ambiental), óleo de soja em bruto (19,7%), carnes bovina e suína e frango (restrições fito-sanitárias), frutas e legumes (tarifas variáveis); soja (subsídios que impedem exportações brasileiras para

terceiros mercados), álcool (2,5% ad-valorem mais US\$ 0,54 por galão, que resulta numa tarifa de 50%).

Do ponto de vista dos interesses mais imediatos do Brasil, o acordo ALCA tem como foco principal a agricultura, embora existam mais oito enfoques para negociação: acesso a mercados; serviços; investimentos; compras governamentais; solução de controvérsias; direitos de propriedade intelectual; subsídios, anti-dumping e medidas compensatórias; e políticas de concorrência. No caso da agricultura, até o momento, Estados Unidos e Canadá, os “donos” do NAFTA, apenas oferecem redução de tarifas, mas não demonstram interesse em acabar com subsídios e barreiras não-tarifárias, posição que não interessa ao Brasil nem aos demais países da América Latina. Por uma simples razão. Desde o momento em que a vertente neoliberal tomou conta do mundo, e a ideologia da globalização passou a ser consumida

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 23 a 29 de novembro de 2002).

ALCA *versus* agricultura (1)

como um “produto” oferecido em cada esquina, a imposição pacífica de tarifas pelos pregoeiros do comércio livre, que a reinventaram, se tornou algo de mau gosto, ética e tecnicamente, e, portanto, inconsistente do ponto de vista de economias maduras, que não poderiam mais usar o argumento da indústria nascente. Restava-lhes, como saída para compensar a ineficiência em alguns setores, a alternativa dos subsídios às exportações (muitas vezes de difícil detecção) e a aplicação de barreiras não-tarifárias, notadamente as sanitárias, de fácil implementação e de difícil contestação pelos países eventualmente prejudicados.

Dentro de uma perspectiva geopolítica, é desconfortável a posição de países como o Brasil, diante da possibilidade de contribuir para manter a polaridade mundial, o que em tese ocorreria com o ingresso incondicional na ALCA. Considerando que é importante ter uma visão de multipolaridade, por razões óbvias, a atenção do país deve voltar-se para a retomada do Mercosul em bases concretas, preocupando-se também em aproximar-se da Europa, e da Ásia, cuja eventualidade de uma união comercial certamente estabeleceria uma nova ordem no poder mundial. O Mercosul, unido à União Européia, com quem já tem um acordo de livre comércio, implicaria num mercado com uma população de mais de 500 milhões e um PIB em torno de US\$ 10,6 trilhões, desconcentrando o pólo de poder. Uma possibilidade de “despolarizar” seria o entendimento com países asiáticos, incluindo-se Japão e China, grandes aglomerados com densidade econômica e política.

Mas não se pode esquecer que a União Européia (UE) e o Japão também impõem tratamento desigual ao Brasil, o primeiro, principalmente, com relação à agricultura, taxando fortemente produtos como açúcar (cotas e tarifa alta de US\$ 400/t), suco de laranja (54,9%), fumo 4,5%, couros e peles (5,5%), carne bovina congelada (67,9%), conserva de carne bovina (18,2%), carne de frango (27,8%), peças de bovino (69,2%), café solúvel (9,5%) e óleo de soja (6,4%). No caso do Japão, existem várias barreiras ao ingresso de produtos brasileiros, como frango congelado (tarifa de 38,6%), suco de laranja (139,2%), café solúvel (718,4%) e álcool etílico (193%), o que efetivamente manda para o espaço qualquer vantagem comparativa ou competitiva, tornando o discurso sobre eficiência uma piada de mau gosto.

Estudos disponíveis apontam que um entendimento com a ALCA resultaria em benefícios para o setor industrial, com um aumento das importações, desde que haja necessariamente negociações sobre barreiras não-tarifárias e subsídios, e aumento de vendas de produtos com maior valor agregado. Por outro lado, um eventual acordo com a União Européia beneficiaria mais a agricultura e o aumento de vendas de produtos agrícolas, mantida igualmente a premissa de negociações sobre barreiras não-tarifárias e subsídios. Portanto, esses mesmos estudos vislumbram *ganhos*, representados pelo aumento do fluxo de comércio, pela redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias, por maior participação em acordos de cooperação (financiamentos); e *perdas* representadas pela redução de tarifas de importação de produtos sensíveis, pelo custo Brasil (baixa competitividade) e pelo desnível de desenvolvimento. Mas essas conclusões estão longe de precisar de um balanço sobre as magnitudes dos impactos de vantagens eventuais obtidas em determinado setor vis-à-vis aos demais e sobretudo do fato de o Brasil abdicar de políticas comerciais no futuro.

A possibilidade de ingresso na ALCA, vencidas todas essas que-relas, passa pela explicitação clara de posições afirmativas contra a postura até então adotada pelos negociadores americanos, o que necessariamente não pode ser confundido como atitude contra os Estados Unidos. É imperioso reagir contra os governantes de lá que, também como os daqui, agem muitas vezes em função de pressões

de grupos específicos, ignorando o conjunto dos interesses de sua população. Não podemos esquecer, por exemplo, que a idéia quase sempre retomada de usar sucedâneos na produção do chocolate, vez por outra veiculada, interessa aos chocolateiros e não aos consumidores dos respectivos países. Assim, as ações devem se basear em pressupostos capazes de convencer mesmo os consumidores dos países protecionistas, que têm os preços internos elevados em função da aplicação de tarifas, quotas, subsídios ou barreiras administrativas. Seguramente, o discurso político dos que acham que devem seguir a cartilha dos ditos desenvolvidos, que a prescrevem mas não a seguem, com o qual os países subdesenvolvidos parecem querer ganhar essa guerra, não será suficiente para pressionar as nações protecionistas a mudar a sua prática. É preciso que esse discurso seja precedido de estudos técnicos que viabilizem atos políticos consistentes.

É improvável que Estados Unidos e Canadá, com o tamanho que têm nesse mercado, considerando o PIB como referência, se disponham a fazer acordos horizontais com países sem expressão econômica capaz de justificar qualquer concessão de natureza político-estratégica. Além desse aspecto, são grandes as assimetrias existentes no conjunto dos 34 países, nas relações, na educação, na cultura, nas demais grandezas econômicas, na percepção da sociedade, no processo de desenvolvimento, enfim. Nesses aspectos todos, nem o Brasil, que seria o maior, depois do Canadá, se diferenciaria tanto, e transformar fatores potenciais importantes em argumentos fortes de negociação (e de convencimento) requer conhecimento, informação, visão estratégica, envolvimento

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 30 de novembro a 6 de dezembro de 2002).

ALCA *versus* agricultura (2)

da sociedade que, como um todo, deve ser mobilizada para uma participação consciente, o que exige compromissos com os interesses nacionais, clareza de objetivos e tempo.

Ainda sobre a ALCA, gostaríamos de dizer que existem os que são absolutamente contra e os que são a favor. Mas existem especialistas que sequer acreditam na possibilidade de integração pretendida. De fato, essa questão é complexa e sua solução parece não se ater tão somente a preocupações setoriais ou de determinados grupos, a partir dos quais seria possível definir uma linha de negociação. A intenção de acordos multilaterais aparentemente estimulados pelos que defendem a ALCA com muito empenho parecem não passar de mera retórica, ao se constatar a prática dos entendimentos bilaterais, como ocorreu recentemente com os Estados Unidos e o Chile, algo que não é difícil de entender do ponto de vista dos interesses estratégicos do primeiro. De sorte que a idéia do Ministério da Agricultura, de que não está em pauta a discussão sobre a participação ou não na ALCA, mas o “negociar bem” essa participação, parece não encerrar o debate internamente, que sequer iniciou. Até porque, na agricultura, onde as possibilidades comerciais do país são concretas, os Estados Unidos e o Canadá parecem irredutíveis em suas posições protecionistas, com a manutenção de barreiras não-tarifárias e de subsídios aos seus produtos agrícolas.

Sabe-se que determinados grupos da sociedade, notadamente da classe empresarial, não só querem o engajamento como exercem pressões junto ao governo para que isso ocorra, daí porque as posições

oficiais estão fortemente influenciadas por essas pressões, refletindo no comportamento dos negociadores brasileiros. Na verdade, o acordo preconiza, além do envolvimento dos empresários, a participação dos trabalhadores, da sociedade civil organizada, das universidades e, nesse âmbito, mesmo que de forma fragmentada, a questão não parece tão pacífica do ponto de vista da perspectiva de negociar bem ou mal, já que, nas condições atuais, não haveria o que negociar. E o governo, que deveria articular e mobilizar esse conjunto de interesses diferenciados, a fim de adotar uma posição mais consentânea, tem dificuldades naturais para assim proceder, inclusive pelas assimetrias internas que predominam em vários aspectos.

No meio acadêmico, vozes isoladas têm se manifestado sobre a inconveniência da ALCA do ponto de vista dos nossos interesses enquanto nação, com questões sociais sérias a resolver e que dificilmente seriam abarcadas pela “tirania dos mercados” (Gonçalves, 2001). Se esses problemas estruturais são reais em mercados nacionais, onde os governos ainda têm chances de desenvolver políticas públicas corretivas, inclusive comerciais, que são pré-condições para outras de natureza produtiva e industrial, essa possibilidade se esvairia com os ditos mercados globais, como seria o da ALCA, com população de cerca de 750 milhões de pessoas e PIB de quase US\$ 12 trilhões. Essa visão é partilhada até por economistas norte-americanos, que consideram a integração continental pretendida como algo impossível de acontecer, como recentemente declarou o festejado economista Paul Krugman, que têm evidenciado a necessidade do prévio equacionamento de questões sociais sérias como, por exemplo, a educação, que seriam fatores impeditivos para o avanço conseqüente do processo de integração. Não se pode esquecer que, enquanto estamos aqui tentando tornar óbvias as idéias que inspiraram a globalização, os seus formuladores principais, como o economista Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001, depois de um longo período como executor de políticas macroeconômicas no mundo inteiro, deixa as hostes oficiais e retorna ao meio acadêmico para ser um crítico consciente do “Consenso de Washington”, que reinventou o receituário neoliberal (Stiglitz, 2002).

É preciso muita cautela, já que nessas questões sempre existe um problema de tempo. Uns têm pressa para concretizar suas pretensões e se consideram “pragmáticos”, mesmo que terminem atropelando soluções que seguramente beneficiarão outros tantos. Quando os primeiros têm poder para impor os seus “argumentos”, terminam influenciando medidas apressadas que resultam em retrocessos e em prejuízo de muitos. O exemplo atual do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana ilustra bem esse “pragmatismo” às avessas. Na época em que foi concebido, tinham pressa em aprovar um programa, “para ontem”, como diziam, ao recusar a proposta do Fórum Nacional da Agricultura, que incluía aspectos substantivos da problemática do cacau, mas que poderia “atrasar” as soluções. Resultado: há seis anos, a esmagadora maioria dos produtores continua esperando o fruto da pressa e da irresponsabilidade, que se repete diariamente na mídia.

Por isso, devemos nos louvar na experiência dos que têm *know-how* em termos de integração, que é a União Européia, conscientes de que precisamos defender políticas que incorporem a idéia de nação, com visão de longo prazo, mesmo que tenhamos de dar alguns saltos ou adotar medidas pontuais de curto prazo que não se constituam em obstáculos reais a avanços qualitativos. Se a Europa, que não tinha os graves problemas e as desigualdades que existem nas Américas, atingiu o último estágio de integração após quase 50 anos de esforço

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 7 a 13 de dezembro de 2002).

ALCA *versus* agricultura (3)

comum, perseguindo de forma sistemática a redução das diferenças entre os seus países, é certo que isso nos ofereça alguma indicação sobre as dificuldades de consolidação de um processo desse tipo, a fim de que o açodamento e a incoseqüência não venham a comprometer um esforço futuro de integração.

“O Fórum Nacional da Agricultura (FNA) é uma boa oportunidade para que o nosso país tome consciência do grande potencial que representam a agricultura e o agronegócio para a segurança alimentar e para a inserção competitiva do Brasil no mercado internacional. Criado por vontade expressa do presidente da República, em 5 de setembro de 1996, o FNA possui uma modelagem inovadora de parceria entre o setor público e o privado para a formulação das políticas públicas a partir de uma visão sistêmica de cadeias agropecuárias.

O FNA é fruto de uma nova atitude, da procura de novos paradigmas, formadores de uma nova consciência de parceria e cidadania para a construção compartilhada do futuro, do interesse de todos. Visa, antes de tudo, a fortalecer as instituições existentes no agribusiness, estimulando a formação de novas alianças estratégicas para enfrentar os desafios da globalização, da guerra por mercados.

Os EUA, por exemplo, com a Farm Bill, estão se preparando há anos para essa guerra. Em 1998 deverá estar pronto o Plano Estratégico para os próximos 10 anos, para ocuparem o mercado e na defesa dos interesses do agronegócio americano. A União Européia tem a sua PAC, com a mesma função de defesa nas negociações internacionais.

Não há mais tempo a perder com esforços isolados... Na fase inicial, tivemos enormes e inúmeros desafios, tais como: agendas sobrecarregadas dos 34 coordenadores de grupos temáticos, o grau diferenciado de entendimento da importância do FNA, a postura reivindicatória de alguns documentos, a consistência dos conteúdos e a coerência das propostas nas relações governo-sociedade, além da resistência de setores governamentais e privados à interação.

Para marcar um gol de placa no novo milênio, precisamos de pesados investimentos em conhecimento. O dinheiro fala, mas não pensa, as máquinas trabalham, mas não criam. Pensar e criar são os novos ativos das organizações modernas e, no agribusiness, constituem o seu capital social.

Esta é a outra missão do FNA: exercer um papel no resgate da cidadania como compromisso que ative os conceitos de cooperação, parceria e gestão, resultando numa comunidade restaurada que faz a diferença na busca de soluções para as demandas coletivas. Governo e democracia funcionam melhor onde há um alto nível de engajamento cívico (Rodrigues, 1977).

O texto acima, em destaque, é reprodução de excertos do artigo “O futuro se faz agora”, de autoria de Roberto Rodrigues, então coordenador do FNA pelo setor privado, cuja edição foi integralmente dedicada à divulgação das conclusões dos diversos grupos temáticos que constituíam o Fórum.

O documento final, contendo o exaustivo trabalho do FNA, foi entregue ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, no final de 1998, em solenidade que contou com a presença das principais autoridades da República, constituindo-se num momento de grande expectativa, principalmente em relação ao cacau, cujo grupo temático mobilizou mais de uma centena de entidades representativas na Bahia, no Espírito Santo e no Pará, além de políticos, desenvolvendo um trabalho sistemático e consistente durante meses seguidos.

Vale ressaltar que a proposta do Grupo Temático Cacau abrangeu toda a cadeia produtiva do cacau, sem exclusão, além das mais representativas entidades da sociedade civil que foram mobilizadas para participar da discussão de um documento que terminou se

afirmando pela capilaridade, pela autenticidade e pela legitimidade, constituindo-se na mais abrangente proposição apresentada pela cacauicultura nos últimos anos, e que inspirou, mais tarde, a proposta de readequação do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, formulada pelo Pacto do Cacau e entregue às autoridades públicas estaduais e federais, em 2001.

Apesar de todo o empenho, lastimavelmente, *a resistência de setores governamentais e privados à interação*, na verdade resultado de pressões minoritárias, terminou suscitando uma perversa e irresponsável reação, e as soluções propostas pelo GT-Cacau foram obstaculizadas pelos que não se acostumaram à prática democrática e ao trabalho compartilhado, quando em jogo interesses coletivos.

Roberto Rodrigues, que foi o articulador e condutor desse processo de criação coletiva, será o ministro da Agricultura a partir de janeiro. Esperamos que, nessa condição, resgate o esforço desenvolvido pelo Fórum Nacional da Agricultura, que ele coordenou com competência, restaurando assim valores essenciais ligados à agricultura e ao cooperativismo, os quais ele sempre defendeu com firmeza e determinação.

Na semana passada, em função da escolha de Roberto Rodrigues para ocupar o Ministério da Agricultura, escrevi sobre o Fórum Nacional da Agricultura – FNA, quando ressaltai que as dificuldades para a implementação das medidas sugeridas para o cacau foram decorrentes das resistências de setores privados e governamentais à

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 14 a 20 de dezembro de 2002).

O futuro ministro e o FNA

interação, que sempre defenderam políticas públicas que atendessem às pressões extemporâneas de grupos lobistas, nem sempre refletindo os reais interesses do setor. Contudo, em alguns estados ou regiões, onde os governos procuram agir em sintonia com objetivos coletivos, nem sempre se observou tais resistências. E as que eventualmente se originaram de alguns grupos privados não contaram com a conivência dos agentes públicos, o que possibilitou a implementação de muitas sugestões de outros grupos temáticos.

Na parte referente ao comércio exterior, por exemplo, ao identificar-se que a falta de organização e de mecanismos específicos retarda os avanços nas exportações brasileiras, o FNA sugeriu a criação da Câmara Brasileira de Comércio Exterior do Agribusiness, que teria poderes decisórios e a participação da iniciativa privada (com presença majoritária), do governo e do setor acadêmico, o que é fato comum nas economias mais amadurecidas.

Segundo a proposta, as principais funções dessa Câmara seriam: a) fortalecer regras multilaterais do comércio internacional junto a OMC, UNCTAD e demais órgãos regulatórios, b) tratar de forma sistêmica e permanente a questão das barreiras não-tarifárias do comércio internacional, c) mudar o conceito do modelo exportador brasileiro, de FOB para CIF; d) desenvolver sistema de educação capaz de formar bons profissionais de comércio exterior; e) reabilitar o sistema de comercialização via *tradings*; f) desenvolver ações não excludentes para tratamento de temas externos via especialistas agrícolas, representações itinerantes, missões comerciais e missões técnicas.

A concepção da Câmara se inspira na idéia de que é necessário pensar de maneira coerente o comércio exterior, juntando iniciativa privada, setor público e universidades, todos trabalhando articuladamente em função de um projeto para elevar qualitativa e quantitativamente as exportações.

O governo federal, recentemente, oficializou uma dessas proposições do FNA, com a inclusão dos adidos agrícolas nas embaixadas brasileiras onde o país tem maiores interesses comerciais, o que significa colocar especialistas junto aos centros compradores, identificados com o setor exportador e capazes de conduzir a ação diplomática de forma pragmática do ponto de vista dos interesses efetivos do país. A diplomacia brasileira tem sido severamente criticada pela falta de objetividade em questões de comércio exterior, quando se trata das discussões bilaterais e multilaterais, seguramente fruto de uma visão linear na condução da política externa, que termina privilegiando os meios em detrimento dos fins, o que compromete sua performance como instrumento importante também para viabilizar o comércio exterior. Assim, a inclusão de especialistas nas embaixadas cobre uma lacuna que seguramente propiciará uma ação político-institucional-empresarial articulada, reunindo diplomacia, conhecimento acadêmico e setor privado.

Sei quanto essa articulação é desejável, necessária e urgente, pois integrei delegações brasileiras designadas para negociar o Acordo Internacional do Cacau, em Genebra, quando percebi o papel secundário reservado aos empresários agrícolas nessas missões oficiais, poucas vezes ouvidos em termos de decisões que os afetavam (e afetam), prevalecendo uma visão conceitual definida “a priori”. Por outro lado, muitos se lembram dos acordos bilaterais, que apenas refletiam preocupações de afirmação do “nacionalismo”, e que se tornaram letra morta, já que esqueciam de consultar ou integrar nas negociações, de uma forma pró-ativa, o setor que realmente vende e compra, constituído pela livre iniciativa.

De sorte que a inclusão de especialistas agrícolas nas embaixadas redireciona a visão de trabalho da diplomacia brasileira e ao mesmo tempo sinaliza uma maior atenção do governo para a necessidade de

uma política comercial externa, que seja resultado da interação de vários atores e fatores, o que seguramente trará bons resultados do ponto de vista do aumento das exportações. E evidencia que, finalmente, o governo começa a reconhecer a capacidade e a importância do agronegócio também na geração de divisas líquidas, mas que termina não transformando vantagens comparativas em competitivas, devido ao protecionismo utilizado pelos principais países potencialmente consumidores de produtos brasileiros.

Derrubar essas barreiras é uma tarefa conjunta, por isso a presença de diplomatas engajados e identificados com o tema, com o suporte acadêmico indispensável, ajudará na busca da eficácia comercial para a já eficiente atividade agrícola brasileira. No caso do cacau, muito se pode ganhar se ações adequadas forem direcionadas, não só para a eliminação de tarifas, como também para a redução da dependência dos preços formados em bolsas de mercadorias. E o

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 23 a 31 de dezembro de 2002).

Os adidos agrícolas

exemplo dos adidos agrícolas mostra que todos ganharão se autoridades recalcitrantes se derem ao trabalho de ouvir a sociedade.

A nomeação de Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura tem suscitado disparatadas comparações por parte daqueles que utilizam a escolha do presidente da República para justificar a “generosidade” dos seus partidários quando em discussão a indicação de dirigentes de órgãos locais. É preciso dizer alguma coisa sobre o atual ministro para que se possa entender que a sua escolha não se fundamenta em razões como as anunciadas, mas na reconhecido de sua condição de liderança nacional e internacional do setor. O presidente da República não foi generoso e nem será com ninguém e esse tipo de mistificação é desnecessário para explicar atos que se pautam apenas pelo provincianismo e pelo primarismo políticos, estimulados por interesses subalternos, que seguramente desservem a um projeto maior.

Saído da presidência de uma cooperativa em Guariba, tornou-se uma das principais lideranças do cooperativismo brasileiro, à frente da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, quando procurou agir de forma isenta na condução da entidade. Nunca usou o estigma de estigmatizar para excluir; ao contrário, embora muitas vezes essa tenha sido a moeda usada para excluí-lo de outras missões mais importantes, sempre incluiu entre suas preocupações básicas as áreas menos assistidas do cooperativismo brasileiro, como é o caso do nordeste e do norte.

Roberto Rodrigues esteve na região por duas vezes na década de

80, a nosso convite, para ajudar na concepção do sistema de cooperativas de crédito rural, que resultou na criação de cinco cooperativas de primeiro grau e de uma Central, que depois se integraram a outras cooperativas do país na formação dos dois bancos cooperativos brasileiros, após muita luta para romper as barreiras impostas pelo setor financeiro nacional e até por setores do próprio governo, que sempre resistiram à idéia de organização da sociedade.

O novo ministro não foi escolhido em função da “generosidade” do partido hoje no poder, nem pelo fato de ser produtor, e nem a partir de uma conferência por telefone entre “compadres” ou comensais, que parecem inspirar algumas “escolhas” locais, mas por ser um dos homens mais preparados no país para exercer a missão que o presidente da República lhe confiou. Detentor de grande experiência, foi também presidente da Aliança Cooperativa Internacional – ACI, a maior ONG do planeta, com sede em Genebra, presente em 102 países e com 800 milhões de sócios individuais, em cuja função, até o final de 2001, viajou por 79 países acumulando notável experiência e contatos internacionais importantes que seguramente terão utilidade nas negociações futuras. Ultimamente, ocupava o cargo de presidente da Associação Brasileira de Agribusiness – ABAG.

Da mesma forma, o presidente da República também não escolheu empresários para ocupar cargos importantes no novo governo por obra e graça da “generosidade”, mas por pragmatismo, inteligência e responsabilidade, definindo nomes para o primeiro escalão pelas suas qualidades adicionais e não pelo simples fato de serem empresários. O fez por saber que, nesse momento de dificuldades, tem de procurar os melhores, com conhecimento técnico, capacidade de aglutinação, poder de mobilização e compromisso, sobretudo compromisso público, para fazer prevalecer interesses coletivos sobre interesses pessoais.

Se é a primeira vez que se torna ministro, Roberto Rodrigues já teve seu nome cogitado em várias oportunidades. No governo Collor, teria ocupado o cargo não fosse a sua ojeriza às intrigas de bastidores. No primeiro governo FHC, o fato de não ser político-partidário terminou inviabilizando sua ascensão ao Ministério, normalmente ocupado

por um político que ali sempre fazia plantão durante algum período. No segundo governo FHC, este lhe fez um apelo veemente para que se candidatasse a uma vaga na Câmara dos Deputados - para a qual se elegeria com facilidade - o que viabilizaria sua nomeação para o primeiro escalão, que ele declinou, informando ao então presidente que não tinha interesse em mandato parlamentar. O que seguramente não significa aversão à política, já que se trata de um político na acepção do termo, mas, de fato, rejeição à politicagem que impera nesses momentos.

Esteve aqui pela terceira vez como coordenador do Fórum Nacional da Agricultura – FNA, à frente do qual realizou trabalho excepcional, cercado-se de lideranças que ele destacou para coordenar os diversos grupos temáticos, despreocupado com quaisquer outros tipos de influências menores, num trabalho que, esperamos, seja retomado a partir de agora, certo de que a tarefa de construção do desenvolvimento exige desprendimento, persistência, superação do individualismo, solidariedade e compromisso público.

A nomeação de Rodrigues, portanto, é reflexo da consciência da necessidade de organização da sociedade, do discurso unificado, das ações conjuntas, da interação entre setores público e privado. Se assim pensam o presidente e a cúpula partidária que lhe dá suporte, é preciso que o resto do corpo, nos níveis locais, na indicação para os

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 4 a 6 de janeiro de 2003).

O ministro da agricultura e o cacau

demais cargos, mostre reflexos compatíveis e percepção adequada, e não reproduza o vício do clientelismo tão comum nas ações eivadas de autoritarismo, mostrando assim capacidade para entrar em sintonia com o elevado nível de construção de uma idéia de poder, onde no centro estejam os interesses maiores e não as ambições pessoais. Só assim seremos generosos com a idéia de construção de um país e de uma região, o que realmente interessa.

Como foi noticiado, estivemos com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, na quarta-feira, dia 15, para tratar de questões da cacauicultura. À reunião estiveram presentes também o presidente da CNPC, Wallace Setenta, o presidente da ABC, Carlos Baiardi, o presidente da Cooperativa Central de Crédito Rural do Estado da Bahia e da Credicofaba, Arnaldo Torres, o presidente da Cooperativa de Crédito Rural Ilhéus-Credilhéus, Aloysio Reis Filho, e o presidente da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários da Ceplac-Copec, Roosevelt Santos Oliveira.

Como se sabe, uma questão acessória, a nomeação de dirigentes da Ceplac, tem ocupado amplo espaço na mídia, em detrimento das questões principais, que são as propostas para a solução de uma crise que se arrasta há quase duas décadas, por absoluta insensibilidade de setores públicos e privados, que ainda oferecem resistência à interação na busca de alternativas que levem em conta interesses coletivos. Não há dúvida de que tal repercussão se deve à forma inusitada como essa questão foi encaminhada, já que, no passado, nomeava-se dirigentes da Ceplac consultando-se apenas os confrades, mas nomeava-se e

ponto final.

De sorte que, como declaramos à imprensa na terça-feira, véspera de nossa viagem à Brasília, definimos, antes da reunião com o ministro, que abordaríamos a questão dos dirigentes da Ceplac em plano secundário, já que o prefeito municipal houvera indicado o nome há dias e não pretendíamos questionar essa indicação, sobretudo para não criar constrangimentos para o ministro junto aos escalões superiores do Governo. Mesmo tendo reparos a fazer sobre a conduta de vários atores nesse processo, e restrições à forma como o assunto foi conduzido, também não queríamos criar dificuldades para o prefeito, responsável pela indicação. Preferimos encerrar essa discussão centrando nossas preocupações nos aspectos substantivos.

Com efeito, relatamos ao ministro todo o esforço sistemático do Pacto do Cacau na construção de propostas tecnicamente consistentes, formuladas desde o Fórum Nacional da Agricultura - FNA. Primeiro, com a “proposta de políticas públicas para a cadeia produtiva do cacau”; segundo, com a “Proposta de Readequação do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana; e, por último, com o “Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau - PDAC”, que é uma proposta-síntese de natureza operacional para implementação de políticas públicas visando ao soerguimento da cacaucultura, envolvendo crédito, poupança, Ceplac, cooperativismo, meio ambiente, culturas permanentes.

Foi dito ao ministro que estas não são somente as melhores propostas para o cacau. São as únicas formuladas com rigor técnico, discutidas de forma transparente pela sociedade, com legitimidade e autenticidade, justamente por objetivar o conjunto dos produtores de cacau, portanto, dotada de equidade. E foi dito ainda que, fora os “palpites”, tais propostas jamais foram contestadas no mesmo nível técnico, nas diversas oportunidades em que foram submetidas às mais variadas análises de autoridades públicas estaduais e federais, de universidades, de estudiosos ou em debates em toda a região cacaueira.

O ministro, dotado de percepção adequada para esse tipo de interlocução, compreendeu a dimensão e o alcance das propostas apresentadas e a receptividade com que as recebeu se constituiu no

ponto mais importante da reunião, comprometendo-se em dar encaminhamento ao Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau - PDAC, com todas as medidas nele sugeridas, realçando a importância de mecanismos como o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau - CDAC para viabilizar as diversas ações nele contidas, do ponto de vista decisório, que já tem a missão institucional de formular a política brasileira para o cacau, nos garantindo ainda que a Ceplac, como peça importante desse processo, independentemente de quem a esteja dirigindo, estará a serviço desses objetivos maiores.

Se já não tínhamos dúvidas, saímos absolutamente convictos de que, finalmente, a agricultura tem um ministro que fará a política maior em busca de soluções duradouras e de grande alcance. E que o cacau terá um aliado disposto a ajudar na consecução das ações necessárias, como ele mesmo afirmou.

Fui indagado, recentemente, sobre o que deveria ser feito para que os recursos “da vassoura-de-bruxa” chegassem à lavoura, “já que as idéias estavam claras”, segundo conclusão do jornalista que me entrevistava. Será? Justamente por não ter essa certeza, respondi que o problema era mesmo de idéias e não de recursos. A questão nunca foi de recursos, desde muito tempo, e mesmo se considerarmos a situação mais próxima, a partir do atual Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, de todos conhecido, justamente pelos resultados insatisfatórios.

Como o problema pode ser somente de recursos se em seu primeiro momento foram disponibilizados R\$ 340 milhões e apenas utilizados 50% do valor, com o atendimento de menos de 10% dos

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna 11 a 13 de janeiro de 2003).

A conversa com o ministro da agricultura

agricultores, sobrando cerca de R\$ 200 milhões? E se no segundo momento, adicionando-se à sobra anterior, foram disponibilizados novamente R\$ 365 milhões, dos quais R\$ 120 milhões foram contingenciados (restringidos), em função de propostas que não tiveram curso normal, e mais R\$ 127 milhões sequer foram usados na sua totalidade?

Agora mesmo, para a quarta etapa (importantíssima principalmente para os que fizeram as 3 primeiras) milhares de propostas “dormem” nas gavetas do Banco do Brasil, pois sabe-se que foram atendidos menos de 300 produtores, alguns dos quais, é possível supor, devem ser os mesmos que estão sempre buscando soluções imediatas que terminam excluindo a grande maioria, que não detém as mesmas condições para acesso ao financiamento. No Banco do Nordeste, que substituiu o Baneb no atendimentos de minis e pequenos produtores, mesmo com o fundo de aval instituído pelo governo estadual, as operações não contemplaram mais de 10% do total de produtores que integram esse estrato.

Não se pode esquecer ainda que, com a inclusão do cacau no Plano de Safra, com a mesma finalidade, o governo federal disponibilizou outros tantos R\$ 280 milhões para 2003, dinheiro de que ninguém ainda viu a cor e duvido que veja algum dia, se mantidas as condições atuais de financiamento. O problema é de recursos ou de idéias, que não sejam excludentes, e de compromisso dos governos, nos seus diversos níveis, para concretizá-las de forma operacionalmente correta?

Quando se fala que o problema é de idéias, não se quer dizer

que elas não existam de forma concreta. A realidade mostra que, de fato, as únicas submetidas ao crivo público não foram incorporadas em sua totalidade, por diversas razões. Primeiro, porque os que, historicamente, sempre foram usufrutuários das políticas públicas, têm o vício de “enxergar” em qualquer idéia mais ampla, que possa beneficiar maior número de pessoas, uma conspiração contra os seus interesses estabelecidos e imediatos. Segundo, porque parcela expressiva da sociedade não organizada termina fazendo coro com essas postulações excludentes e a sociedade dita organizada também se posta de forma caudatária. Terceiro, porque aqueles que deveriam contribuir para a divulgação de informações qualificadas, que ajudassem a esclarecer situações nem sempre perceptíveis pelo senso comum, terminam contribuindo para gerar maior confusão. Quarta, a total ausência e omissão dos governos municipais, na articulação e condução de ações políticas que pudessem emprestar a sinergia necessária ao andamento de propostas socialmente desejáveis.

Desde 1995 que esses problemas são abordados pelo Pacto do Cacau, que propôs à discussão pública idéias fundamentais capazes não só de possibilitar o acesso do conjunto de produtores ao crédito disponibilizado, como de criar alternativas para ampliação desses recursos, do ponto de vista do agronegócio, todas elas formuladas com discussão aberta e democrática, divulgadas em documentos encaminhados às autoridades municipais, estaduais e federais.

Embora essas idéias tivessem sido a alavanca de muitos avanços institucionais, tirando do imobilismo um programa de governo que já estava “engavetado” por insensibilidade dos seus condutores, elas terminaram sendo fortemente politizadas pela insegurança dos que vêem inimigos em qualquer pessoa que tenha relativa independência na forma de pensar e de agir, mesmo quando os seus interesses também estão incluídos. Mas, indubitavelmente, as formulações técnicas da “Proposta de readequação” elaborada pelo Pacto chegaram ao presidente da República, que terminou se convencendo da importância de visitar a região, e aqui de fato esteve, em função de ações de políticos que fizeram, desse documento, bandeira. E foram essas

idéias que terminaram influenciando na redução das taxas de juros de um programa já moribundo, além de terem suscitado a criação do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – CDAC, a inclusão do cacau no Plano de Safra e a formação de um fundo de aval, implementado de forma capenga.

Esses avanços, ainda que insuficientes, foram conquistados com idéias transformadas em propostas técnicas consistentes, colocadas na

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 18 a 20 de janeiro de 2003).

Idéias e realidade

rua das mais variadas formas, em função das idiosincrasias dos mais diversos atores. Uns, raivosamente contra; outros suavemente favoráveis; muitos indiferentes. É preciso, agora, que a raiva, a passividade, a indiferença e o desconhecimento dêem lugar à análise objetiva, imparcial e séria de tudo que se propôs de forma clara e transparente. Que venham sugestões, que seja criticado o que é incorreto, que se melhore o que é possível melhorar, que seja adotada uma posição pró-ativa, que seja abandonada a picuinha. Tudo em benefício de um projeto maior, em que predomine o ganha-ganha, e não a idéia de que para que uns poucos precisem ganhar é necessário que muitos estejam condenados a perder.

As cooperativas, embora sendo empresas privadas, apresentam características estruturais que as diferenciam das empresas mercantis, o que as coloca no domínio de interesse maior da sociedade. Por sua natureza anti-monopolista, esse tipo de organização econômica traz consigo contribuições importantes no campo social e educativo, o que, independentemente de sua essencialidade, pode ser apontado com vantagem em relação a outros tipos predominantes de estruturas econômicas.

As distorções que imperam nos diversos mercados, que tornam o mecanismo de formação dos preços uma ficção, são fatores que fundamentam a formação de cooperativas, principalmente devido aos seguintes problemas concretos da agricultura: a) atomização da produção e da oferta agrícola; b) visão tradicional de divisão do trabalho que privilegia elos mais organizados das cadeias produtivas; c)

defasagem entre a produção e a comercialização, no que concerne ao nível de especialização tecnológica e eficiência econômica; e, sobretudo, a pobreza dos mecanismos de distribuição.

Esses desequilíbrios intersetoriais trazem conseqüências que se refletem negativamente na agricultura e na economia como um todo. O baixo poder de barganha do produtor, que o torna mero tomador de preços, dificulta a introdução de processos tecnológicos adequados, tornando crucial a necessidade de organização empresarial, sem a qual a agricultura não deixará de ser um setor marginal dentro da economia, apesar de sua absoluta imprescindibilidade. Por isso, a compreensão do papel das cooperativas como mecanismo indutor de eficiência dentro dos sistemas econômicos, associado à função corretiva implícita na presença dessas entidades, é absolutamente necessária, principalmente por parte dos agentes financeiros e dos formuladores de políticas públicas.

Com efeito, a concepção de mudança sugere que o simples rótulo “cooperativa” não é suficiente para caracterizar a empresa como tal, se ela não se enquadra nos preceitos normativos que identificam essas sociedades. A rigor, existem empresas denominadas de cooperativas que são verdadeiras anti-cooperativas do ponto de vista de postulados éticos, filosóficos e doutrinários, pois as cooperativas não nascem para ser simples organizações ou por mero amor à duplicação, mas trazem consigo a idéia de promover transformações nos sistemas tradicionais de comercialização, industrialização e outros serviços, imprescindíveis para que se possa alcançar o desenvolvimento econômico e social, sobretudo porque, só assim, impõem dinamismo na introdução de inovações e na melhor partilha do produto social.

De sorte que existe um problema básico, a ausência de competição efetiva, que é a motivação básica para a criação de cooperativas. Como se sabe, existência de competição (na dimensão tratada pela teoria econômica) não seria elemento motivador para a criação de cooperativas e sua presença, por isso mesmo, seria injustificada. Com efeito, as limitações dos canais de comercialização para assegurar preços adequados e estáveis induz os produtores à verticalização de suas

atividades, ingressando no processo industrial/comercial para frente e para trás, na compra e elaboração de insumos necessários à produção.

Concebidas de maneira própria, e sobretudo operacionalizadas de acordo com princípios sadios, as cooperativas podem influenciar o ritmo de mercados imperfeitos, condicionando os demais segmentos à obtenção de melhores níveis de eficiência. Podem, ainda, induzir seus “competidores” a se adaptar mais rapidamente às inovações que introduzem, beneficiando não só os seus membros proprietários, mas toda a sociedade, pois, à medida que incorporam inovações, as cooperativas tendem a ser seguidas pelos demais agentes que desejam permanecer no mercado. Nesse caso, contribuem para elevar o nível geral de eficiência da economia, cumprindo a função de estímulo e impulso.

Outra função importante das cooperativas é a de equilíbrio de poder que exercem no âmbito da economia. A cooperativa, distribuindo simplesmente, ou mesmo processando os produtos, é uma alternativa para os produtores sem capacidade de influenciar isoladamente, além dos cooperados, estabelecendo assim um poder compensatório.

Por tudo isso, e muito mais ainda, é preciso eliminar a tendência bastante generalizada de se considerar as cooperativas como empresas isoladas do contexto dos associados, como se se justificassem por si, ao estimular-se uma relação puramente comercial. Isso decorre, sobretudo, do desconhecimento do verdadeiro papel das cooperativas, o que termina orientando a prática de muitos dirigentes, empregados e associados, sem a consciência devida dos seus direitos e sobretudo das suas obrigações.

O fato de as cooperativas comporem uma situação diferenciada dentro do mundo econômico é absorvido pela doutrina e pelo aparato legal. Há uma ordem jurídica que incorpora a figura do “Ato Cooperativo”, para distingui-lo das operações mercantis mas, lamentavelmente, poucos seriam capazes de conceituá-lo de forma

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 26 a 28 de janeiro de 2002).

A especificidade das cooperativas

adequada, inclusive os que vivem o dia a dia de uma cooperativa.

A idéia de temporalidade no cooperativismo é imprópria, mas sua cogitação termina contribuindo para trazer à discussão alguns elementos que aprofundam a abordagem do tema. Na verdade, o cooperativismo é algo necessário desde os primeiros momentos do homem, que possui latente o germe da solidariedade. Não pode ser visto, pois, com a visão temporal dos “sucessos” ou dos “insucessos” de determinada cooperativa, a partir de uma avaliação paradigmaticamente incorreta, mesmo porque a eficácia das cooperativas, enquanto mecanismos de mudança, não se explica apenas porque as suas portas estão abertas, como já afirmamos.

Como já dito em artigo anterior, a humanidade, de há muito, tenta coexistir com todas as formas de exploração econômica, buscando a sobrevivência, o que tem conseguido, embora de forma parcial. Algumas vezes usando a tradição e o autoritarismo, outras vezes buscando a liberdade e o utilitarismo, mas sempre se defrontando com a desigualdade, com a fome, com a pobreza, com a miséria, com a morte. Tal é a história das sociedades primitivas e das sociedades modernas, diferenciando-se apenas quanto à magnitude. Em todas as realidades, a cooperação tem sido uma forma poderosa de reduzir desequilíbrios e se existe algum conteúdo ideológico nessa visão, ele mostra que a crença na solidariedade pode impulsionar o ser humano a continuar perseguindo os seus sonhos.

O cooperativismo não é uma porta que se fecha ou que se abre, perspectiva que incorpora uma visão acrítica do conteúdo das ações

que estão sendo desenvolvidas. Como se sabe, ao retomar idéias de liberdade, individualidade e livre iniciativa, preconizadas há séculos, em busca do equilíbrio da sociedade, o cooperativismo tornou-se uma doutrina corretiva. Mesmo que o ideário de liberdade não tenha sido alcançado plenamente com o decorrer dos tempos, pela diversidade do ambiente e pela heterogeneidade dos indivíduos e suas características intrínsecas, fazendo com que uns se beneficiassem mais do que outros, criando diferenças gritantes, não se pode esquecer que, já nas sociedades primitivas, as questões de sobrevivência eram resolvidas com espírito cooperativo e desenvolvimento comunitário, pela necessidade de auto-preservação. Repetimos que a diferença básica entre essas sociedades e a atual é que existia forte consciência desse fato e embora não se pudesse falar de cooperativas com o arcabouço jurídico do presente, podia-se falar em consciente esforço de cooperação que assegurou a preservação dos povos e os ajudou no enfrentamento da fome, das doenças, das epidemias.

De sorte que, onde o ser humano se tornou mais cômico dos seus problemas reais, por razões variadas, o cooperativismo floresceu e floresce com toda a pujança, produto da interação não apenas de algumas pessoas que se juntam numa cooperativa, mas de todos os atores de uma sociedade, conscientes de que o motor da cooperação é a solidariedade, que, por outro lado, é impulsionada por uma visão objetiva e crítica das situações desiguais com as quais cada um se depara. Tal entendimento sugere que não tem o menor sentido qualificar de “individualistas” um pequeno grupo de produtores (uma parcela da sociedade), como se os demais atores sociais, no seu conjunto, integrassem uma casta permanente de altruístas e objetivamente preocupada com os processos de transformação. Da mesma forma que revela ser inadequada a comparação que se faz entre cooperativas de natureza e objetos distintos, que se diferenciam em número, gênero e grau, para justificar, de forma simplista, o lugar-comum de atribuir às pessoas as dificuldades que as cooperativas agrícolas enfrentaram e continuam enfrentando, de fato por razões estruturais. Igualmente falacioso é fazer crer que, no mar tempestuoso de dificuldades que pairam desde a metade da década de 80, arrastando a todos em suas ondas destruidoras, as cooperativas devessem emergir,

incólumes, como verdadeiros oásis de prosperidade.

A esta altura, ao tratar de temas que foram excessivamente politizados, precisamos ter cuidado suficiente para não banalizar a discussão de um assunto da maior importância, o que seria um desperdício lamentável. Todos estaremos contribuindo para reduzir os efeitos nocivos do individualismo e contribuindo para despertar a solidariedade, consolidando a cooperação como atitude, se nos comportarmos igualmente solidários e responsáveis na análise de fatos importantes, que não podem ser exibidos à sociedade na forma de versões parciais e desprovidas de qualquer base factual. Se assim fizermos, além de preservarmos a ética necessária, seguramente reafirmaremos o cooperativismo como regime universal, e teremos a certeza de que as dificuldades que lhe são impostas, aqui como alhures, naturais e artificiais, longe de negá-lo, afirmam-no como essencial, algo que não se discute, simplesmente se busca. O sucesso do cooperativismo é o sucesso da sociedade na sua capacidade de se organizar e de enfrentar problemas comuns, e não apenas de alguns “individualistas”, daí porque devemos combater a alienação e não condenar o que há de afirmativo nas ações humanas, porque sempre haverá os que dificultarão os seus avanços, já que sempre haverá alguma (ou muita) coisa a ser mudada, mesmo que se tenha de “cutucar o cão com vara curta”.

Definitivamente, precisamos entender que o Estado, como substrato da sociedade e *como responsável pela política econômica, não pode*

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 1 a 3 de fevereiro de 2003).

Cooperativismo sempre

se mostrar indiferente ao êxito das cooperativas, pois, como afirma um grande estudioso do assunto, a existência de cooperativas fracassadas ou sua não existência significa uma oportunidade perdida para o país, tendo em vista a contribuição que elas podem trazer ao desenvolvimento. Por isso, não cabe perguntar se o Estado deve influenciar as cooperativas, mas como deveria fazê-lo, para aumentar suas possibilidades de êxito e de estabilidade (Benecke, 1980). No dia que todos tiverem essa percepção, ficará fácil entender que os problemas coletivos são de responsabilidade de todos, assumindo ou não a compreensão do seu papel numa sociedade democrática.

O Departamento de Ciências Econômicas (DCEC) da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC acaba de promover alterações importantes no curso de economia, aprovadas pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, que já eram requeridas há algum tempo. De um lado, a grade curricular foi reforçada com a ampliação de disciplinas importantes, como História do Pensamento Econômico, Formação Econômica do Brasil, Filosofia Econômica, História das Idéias Sociais, que servem de lastro à formação cultural do economista; de outro lado, também foi ampliado o conteúdo de disciplinas teóricas, como Microeconomia, Macroeconomia e Economia Internacional, indispensáveis em qualquer curso, onde quer que esteja localizado, que agora serão ministradas em até três semestres.

É lógico que a boa formação histórica e teórico-quantitativa que se exige no curso de economia não pode prescindir de uma perma-

nente preocupação prática, já que se pretende formar cientistas sociais voltados para a realidade ou, pelo menos, “técnicos que pensam”. Por isso, é auspicioso registrar que, numa região de vocação indiscutivelmente agrícola, a reforma curricular levou em conta a necessidade de dar uma “cara ao curso”, emprestando-lhe a identidade que não existia, incluindo três enfoques, tendo o graduando a obrigatoriedade de escolha de um deles.

Não há dúvida que o **enfoque no agronegócio**, uma das opções disponíveis, empresta um diferencial ao curso de economia da UESC, a partir de 2003, e certamente contribuirá para a sedimentação de uma cultura própria e acadêmica voltada para as questões do desenvolvimento regional, que certamente ajudará no encaminhamento de soluções historicamente reclamadas. A idéia desse enfoque ensinará que, apesar de inserido numa realidade rica de características próprias, econômicas, sociais, ambientais, geográficas e culturais, o curso não continuará formando economistas totalmente alienados desse processo, sobretudo sem visão crítica que lhes permita avaliar as relações que se operam, de forma isenta e sistemática, distante, portanto, da postura preconceituosa que se tem observado.

O citado enfoque compõe-se das disciplinas Economia Cacaueira, Fundamentos do Agronegócio, Economia e Cooperativismo, Economia Agrícola, Economia de Recursos Naturais e Meio Ambiente e Tópicos Especiais do Agronegócio e, se bem articuladas, seguramente serão importantes para tirar da apatia e da indiferença todo o complexo acadêmico, que não é um fim em si mesmo, ajudando-o a compreender melhor o que ocorre além dos “muros” da Universidade, e assim contribuir para gerar informação qualificada e conhecimento adequado.

Segundo a sugestão da comissão que trabalhou a proposta de reforma do currículo, coordenada pelo professor Raimundo Bonfim dos Santos, a disciplina *Fundamentos do Agronegócio* será ministrada de forma a evidenciar não só as relações existentes nas cadeias agro-alimentares, discutidas de maneira aprofundada, mas sobretudo como **se operam** essas relações, visando realçar as assimetrias e os impactos negativos esperados do ponto de vista da eficiência

da cadeia produtiva, no seu conjunto, e dos efeitos distributivos. A disciplina *Economia e Cooperativismo* enfatizará a inserção das cooperativas em mercados monopolistas (nas suas diversas formas), como fundamento para sua existência, como instrumentos corretivos. A disciplina *Economia Cacaueira*, para muitos incompreendida (por que ?) será enfocada como expressão de elementos importantes de natureza histórica, social, ambiental, cultural e econômica, visando mostrar o diferencial da cacaucultura como atividade econômica viável, socialmente eficaz e ambientalmente desejável, e identificar as inter-relações existentes (e como se processam) na cadeia produtiva do cacau e suas limitações para a apropriação eqüitativa da renda.

Esse conjunto de disciplinas e mais a criação de núcleos temáticos específicos, que atuem com eficiência programática, darão um novo rumo ao curso de economia que, na verdade, não foi criado para que estudantes possam apenas ter acesso a concursos públicos e professores tenham a chance de reproduzir o que existe à exaustão nos livros textos. Acreditamos que tudo isso é importante e necessário se acoplado a um projeto maior, que evidencie a economia como uma ciência social preocupada com os problemas presentes; e o economista como um cientista social voltado para a sua realidade mais próxima, permanentemente preocupado com a busca de soluções, principalmente quando a realidade é um campo tão fértil de elementos variados como o Sul Baiano

Não há dúvida que o **enfoque no agronegócio**, nova vertente do curso de economia, é um passo importante para enxergar nossa realidade com olhos críticos e atentos. É uma direção. O resultado dependerá do interesse, da dedicação e do compromisso de discentes e docentes. De parabéns o DCEC, a UESC e os seus órgãos deliberativos pela tentativa.

O presidente da República tem demonstrado interesse pelo cooperativismo e recentemente encaminhou Medida Provisória ao Congresso Nacional visando facilitar a criação de cooperativas de

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 8 a 10 de fevereiro de 2003).

Enfoque no agronegócio

crédito. É um bom sinal. É um bom exemplo que dá a maior autoridade do país que, sabedor da universalidade do cooperativismo, sem qualquer preconceito ou condições, revela estar consciente de que tais iniciativas devem ser induzidas por governos responsáveis, na ausência de cultura que possibilite iniciativas espontâneas. É importante registrar também a postura do ministro da Agricultura, um histórico cooperativista, que já foi dirigente de cooperativa e presidente das mais importantes entidades representativas do setor, no Brasil e no exterior, a OCB e a ACI.

Diante de tais evidências, que revelam sinais dos tempos, a formação de competências para o cooperativismo é uma das providências mais imediatas, nas universidades, nos centros de estudos, nos governos ou em qualquer lugar onde exista a percepção de que o problema maior não é criar cooperativas, mas formar recursos humanos com o perfil desejável para fazer avançar o cooperativismo de forma doutrinariamente adequada, dentro de preceitos normativos aceitáveis, e assim desenvolver uma prática sadia e de transformação. É isso que impedirá que as cooperativas agrícolas se tornem meras casas comerciais; que as cooperativas de crédito se tornem bancos; que as cooperativas de trabalho sejam concebidas como “agências” ou extensões de governo; ou que se tornem simples consórcios, desvios que não dão a sustentação necessária.

A Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e o seu Departamento de Ciências Econômicas (DCEC) tiveram essa sensibilidade e aprovaram, no ano passado, o curso Economia das Empresas

Cooperativas, em nível de especialização *lato sensu*, visando dotar os alunos de instrumental analítico específico para desenvolver, de forma consistente, a função de assessoramento e de direção nas empresas cooperativas e no setor público, e capacitar profissionais para as tarefas de educação e de fomento do cooperativismo no setor privado e no setor público.

Ao justificar o curso, os seus propositores disseram que “mesmo em nível nacional, apesar do avanço do cooperativismo em algumas áreas, há uma grande carência de recursos humanos habilitados para empreender a boa prática cooperativista, observando-se: a) a existência de um grande número de ocupantes de funções habilitados em atividades não específicas e ajustados às funções por fatores aleatórios, decorrentes de escolhas, improvisações e carências; b) reduzido número de profissionais com formação específica; c) falta de métodos apropriados de adaptação para profissionais habilitados em áreas correlatas; d) métodos e técnicas de treinamento inadequados às especificidades funcionais; e) reduzido número de programas específicos de formação nas instituições de ensino regular; f) insuficiente número de profissionais com formação específica de qualidade (o que não se confunde com a mera participação em ‘curso de cooperativismo’ ou mesmo com o exercício de direção/gerenciamento assistemático de uma cooperativa)”.

Segundo as mesmas justificativas, “a organização de um curso especializado de economia de empresas cooperativas não pode pautar-se na idéia distorcida, como distorcidos têm sido os diversos enfoques na formação de competências para o cooperativismo – de que as cooperativas são empresas iguais às que operam no mercado e por isso *qualquer* profissional poderia ser absorvido, que *o mesmo* treinamento deveria ser ministrado e *o mesmo* enfoque deveria ser usado na abordagem de técnicas instrumentais”, visão que empresta ao curso da UESC um padrão acadêmico que possibilita formar profissionais conscientes e com capacidade para multiplicar o conhecimento, difundir a informação qualificada e promover, pelo convencimento, a formação de agrupamentos com grande capacidade de coesão, condição preliminar para o êxito das cooperativas. Como

se observa, essa premissa objetiva sistematizar o conhecimento na área, se distanciando qualitativamente da abordagem que se costuma ver em vários cursos ministrados por aí fora.

A idéia do curso parte da percepção de que as pessoas se educam, se instruem, recebem informações, se reciclam, para ser úteis à sociedade e a si mesmas como seres humanos. Isso não quer dizer que o conhecimento seja utilizado para o bem ou para o mal, o que é outra questão. Se a cooperação é necessária à realização humana, mesmo que os fragmentos da solidariedade estejam latentes em cada um, é preciso que todos possam experimentar a prática de unir-se e isso se busca e se constrói, independentemente das “experiências” bem sucedidas ou não. Se “grande número de cooperativas não satisfaz (e não satisfaz) as aspirações de seus associados nem de seus promotores, isso não se deve ao ‘modelo cooperativo’ e sim à sua implementação pouco realista, pouco adequada ao seu meio ambiente e sobretudo muito pouco conectada com a boa doutrina. Os êxitos mostram que a cooperativa é realmente uma das ferramentas mais eficazes para o desenvolvimento econômico e social, para a estrutura competitiva (organizando mercado internos), para incentivar a iniciativa privada, para ensinar a responsabilidade e participação à população” (Benecke, ob. cit.).

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 15 a 17 de fevereiro de 2003).

Formação de competências para o cooperativismo

Nada disso ocorrerá com a dimensão correta, se houver carência de recursos humanos bem estruturados, por isso a formação de competências é o primeiro desafio para a consolidação de um cooperativismo verdadeiramente transformador.

Notícias recentes dão conta da reativação do Conselho Nacional do Agronegócio – CONSAGRO. Divulgadas aqui, causou alguma confusão, notadamente pelo fato de o ministro da Agricultura já ter feito anúncio semelhante na ocasião da transmissão de cargo de dirigente da Ceplac.

Nesta coluna, em artigo intitulado “O futuro ministro e o FNA” (23 a 31.12.02), manifestei a minha esperança de que o novo titular do Ministério retomasse as propostas do Fórum Nacional da Agricultura – FNA, ele que fora o seu coordenador pelo setor privado, ocasião em que, em termos de cacau, foi produzido um documento abrangente sobre o setor, que contou com a participação permanente de mais de 100 entidades representativas de toda a cadeia produtiva do cacau, na Bahia, no Espírito Santo e no Pará, além de técnicos, políticos e setores direta ou indiretamente interessados.

O CONSAGRO, exatamente com a concepção que tem hoje, foi uma sugestão do FNA ao governo federal, ao final dos trabalhos do Fórum, “cuja estruturação e composição são atribuições do ministro da Agricultura por força do decreto presidencial - com a enorme responsabilidade de não frustrar a todos aqueles empenhados...na preparação desse conjunto de propostas”. Ao que tudo indica, o atual ministro encontra-se determinado a levar adiante os reais objetivos

desse Conselho, o que é bom sinal.

A importância da iniciativa do ministro não pode ser entendida apenas do ponto de vista da possibilidade de se colocar na ordem do dia o conjunto das propostas apresentadas, embora seja crível alimentar as expectativas quanto à implementação das que sejam tecnicamente consistentes e socialmente desejáveis, e tenham autenticidade, legitimidade capilaridade, vencidas as “resistências à interação” em função de um trabalho de coordenação competente. O mais significativo é o fato de se retomar a idéia de que os governos, em assuntos de interesse coletivo, devem compartilhar com a sociedade a formulação, a discussão e a implementação de políticas públicas, a fim de que elas sejam programaticamente eficientes e eficazes do ponto de vista dos resultados.

O ministro, no que há de substantivo, mostra-se, dentro do governo, fiel àquilo que ele cobrava quando se encontrava no setor privado. Dessa forma, sua iniciativa pode se constituir numa referência para o comportamento de alguns agentes públicos, muitos dos quais, de um momento para o outro, se acham unguídos por um manto de onipotência, como se fossem “donos do mundo”, esquecidos de que são apenas governo, temporários nas suas ações, que não podem ser confundidas com as de Estado. Um governo que convida o setor privado para compartilhar esse processo de construção de políticas públicas tem o dever moral de envidar, pelo menos, o esforço necessário para que as sugestões sejam implementadas, porque tem o compromisso de não “frustrar” os que acreditam nessas intenções e procuram colaborar de maneira cívica para que elas amadureçam.

O CONSAGRO foi criado em 1998, com o objetivo de implementar as propostas do FNA visando a inserção competitiva do agronegócio brasileiro no mercado internacional e o atendimento do mercado interno. Já se vão quase cinco anos sem que ele tenha cumprido as suas funções, embora a decisão do presidente da República tenha como fundamento o interesse do país e a continuidade da gestão pública. Mas é preciso entender que o viés burocrático/corporativo, combinado com interesses privados e políticos, as vezes nem sempre legítimos, e que em várias situações se tornam convergentes, termina

contribuindo para inviabilizar idéias de maior alcance social, gerando descontinuidade no processo. É o que a própria coordenação do FNA já houvera identificado como “resistências de setores públicos e privados à interação”. O que é um obstáculo compreensivelmente “natural”, quando nos deparamos com agentes públicos despreparados e sem percepção adequada do seu papel. Se isso é grave, de maior gravidade, no entanto, é registrar que também setores importantes na formação da opinião pública ainda não absorveram o fato de que hegemônica é a sociedade, que deve fazer prevalecer sua vontade, e a quem cabe ditar os rumos a serem seguidos por governos eventuais, por mais onipotentes que pretendam ser. A história mostra que todos eles têm um tempo...

No âmbito doméstico, o Conselho de Desenvolvimento do Agrogócio do Cacau – CDAC, também criado por decreto presidencial, completou um ano e seis meses, mas não foi capaz de discutir o seu objetivo mais importante, pelo menos o que justificou sua criação, que é um “novo programa” para o cacau. E não foi por falta de proposta. Embora muitos falem sobre o assunto, as entidades que compõem o setor privado do CDAC apresentaram as únicas que se conhece, com início, meio e fim, não antes de discuti-las com os segmentos mais representativos da sociedade. Mas continuaremos insistindo, certos de que os papéis numa democracia não podem ser invertidos, com a sociedade permanente e reflexamente tutelada por quem quer que seja.

No dia 20 do corrente, pedimos ao ministro da Agricultura que convoque imediatamente o CDAC, agendando a discussão da proposta de “novo programa”, apresentada formalmente pelo setor privado em fevereiro de 2002. Esperamos que a reativação do CONSAGRO consagre definitivamente a idéia de que a formulação

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 22 a 24 de fevereiro de 2003).

A reativação do Consagro

de políticas públicas venha se tornar algo realmente compartilhado com os maiores interessados.

- Carta ao Presidente da República, propondo a criação de uma comissão com integrantes do setor privado para reestudar o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana

- Decreto Presidencial de 24.08.01, que cria o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – CDAC

- Portaria Ministerial Nº 404, 21/09/01, que designa os integrantes do CDAC

- Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – PDAC, proposta de “novo programa” apresentada pelo setor privado

(Publicado na coluna *Economia Cacaueira*. Jornal **Agora**, Itabuna, 1º a 4 de março de 2003).

Referências

ALMEIDA, Hamilton. **Demanda por chocolate cresce 48,5% no Brasil.** *Gazeta Mercantil – Negócios*, 11 a 17 de junho de 2001.

A TARDE. **Cacau sobe e a indústria quer reajustar chocolate.** *Secção de Economia*, de 2002.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil: a grande crise da economia global.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e desenvolvimento: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo.** Porto Alegre: Coojornal; Recife: Assocene, 1980.

BRIGHT, Chris. **O chocolate pode resgatar a floresta.** *World Watch*, Vol. 14, Nº 6

CASTRO, Carlos Roberto de. **Sensibilidade versus ciência.** *Co-fecon Notícias* Ano 5 – No. 14, Brasília, julho/agosto 2002.

DELFIN NETTO, Antônio. **Prestigiar a agricultura.** Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, 11/01/02.

CDAC. **Programa de desenvolvimento do agronegócio do cacau – PDAC.** Brasília: documento apresentado pelo setor privado para discussão, 2002.

FNA-GT CACAU. **Proposta básica de políticas públicas para a cadeia produtiva do cacau.** Itabuna: FNA, 1997.

FÓRUM NACIONAL DA AGRICULTURA. **Propostas dos grupos temáticos.** Brasília: NUCEX/MA; São Paulo: NGE/ABAG, 1998.

FRIEDMAN, Milton. **Teoria dos preços.** Rio de Janeiro: APEC Editora, 1971.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2000.

KRUGMAN, Paul. **Internacionalismo pop.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **Globalização e globobagens: *verdades e mentiras do pensamento econômico.*** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **Alca é quase impossível.** Entrevista concedida ao jornal *Folha de São Paulo*, de 8/11/02.

MARDEN, Sheldon e OGAR, Dale. **Ciência dá boas notícias para amantes do chocolate.** Salvador: jornal A TARDE, 22/2/02.

NASCIMENTO, Carlos Valder do. **O Ato cooperativo e a tributação. Função da Lei Complementar.** *In:* Gruppenmacher, Betina Treiger (Coord.). *Cooperativas e tributação.* Curitiba: 2001.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa.** Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Diferenciais de preço no mercado interno do cacau: uma análise da atuação de cooperativas.** Viçosa: UFV, 1981 (Tese de MS).

_____. **Problemas creditícios e operacionais em cooperativas.** Ilhéus: Convênio Ceplac/Copercacau, 1983.

_____. **Instabilidade crônica da região cacauceira.** *Jornal a TARDE.* Salvador, 04/06/92.

NASCIMENTO, Fernando Rios do (Coord). **A crise da lavoura cacauceira: sua natureza e soluções.** Brasília: IPEA, 1994. (Estudos de Política Agrícola. Documento de Trabalho, 26)

PACTO DO CACAU. **Proposta de readequação do programa de recuperação da lavoura cacauceira baiana.** Itabuna: CNPC, ABC e COPERCACAU, 2001.

_____. **Programa de desenvolvimento do agronegócio do cacau – PDAC.** Brasília: MAPA/CDAC (Documento para discussão apresentado pelo setor privado), 2001.

PANORAMA RURAL. **Os desafios da década.** São Paulo, Edição No. 41 – Julho de 2002.

PEREIRA, Humberto. **Não basta ser, é preciso parecer.** *Agronegócio*, Ano 3 nº 20. Ribeirão Preto: ABAG/RP, 2002.

ROBERTS, Richard. **Por dentro das finanças internacionais.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

RODRIGUES, Roberto. **O futuro se faz agora.** *Agroanalysis*, Vol.17, No 10. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios: a promessa não cumprida de benefícios globais**. São Paulo: Futura, 2002.

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Agribusiness: conceito, dimensões e tendência**, *in*: Fagundes, Maria Helena (Org.). *Políticas agrícolas e o comércio mundial*. Brasília: IPEA, 1994. (Estudos de Política Agrícola, 28).

Apêndice

*Carta dirigida ao presidente da República pelo
Pacto do Cacau*

Itabuna (BA), 27 de junho de 2001.
CNPC XXXIII-VI 30/01

Excelentíssimo Senhor
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República Federativa do Brasil
Brasília – DF

Senhor Presidente,

O Pacto do Cacau – CNPC Central Nacional dos Produtores de Cacau, ABC Associação Brasileira dos Cacaucultores, e COPER-CACAU – que expressam o conjunto dos interesses dos produtores de cacau, louvam iniciativas do Governo Federal para a cacauicultura, e após discussão com as bancadas do PMDB e PSDB, tem as seguinte observações sobre as medidas:

1. A Proposta constitui-se apenas numa mera repactuação de dívidas para os produtores que participaram da 1ª, 2ª e 3ª etapas (mini = 2.145, pequeno = 448 , médios e grandes = 847), não havendo qualquer novidade do ponto de vista da expressiva maioria excluída que não se beneficiou do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira.
2. Os encargos financeiros previstos são incompatíveis para qualquer agricultura e mais ainda para a realidade da cacauicultura – que pretende se recuperar.
3. Prazos e carência insuficientes, previstos para a repactuação das dívidas para a 3ª etapa (10 anos) são inadequados e não há qualquer explicação para o que foi estabelecido para as dívidas anteriores (20 anos), sob o ponto de vista da cacauicultura.

4. Após o saneamento dos ativos, os recursos disponibilizados para a 4ª etapa são ínfimos para um programa que deve considerar um alcance mínimo de 90% (25 mil) dos produtores ainda não contemplados, para que seja justo socialmente e eficaz do ponto de vista dos resultados, se o que se busca é a recuperação do setor.
5. Ademais, a Proposta do Comitê Executivo – coordenada pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia - encampada pelo Ministério da Fazenda, é reducionista, elaborada sem participação da sociedade civil e não considera aspectos importantes de natureza social, ambiental e do agronegócio, centrada numa visão unilateral.
6. Divulgada na Bahia, teve pronta reação das entidades da cacauicultura, como se observa no artigo “Presente de grego para o cacau”, publicado nos jornais, Gazeta Mercantil - Gazeta da Bahia, A Tarde e Diário do Sul, de autoria dos representantes do Pacto do Cacau, com posições contundentes contra a solução.
7. É importante ressaltar que existe uma Proposta de Readequação do Programa em tela, elaborada por várias entidades, discutida publicamente e aprovada por unanimidade no “Workshop Recuperação da Cacauicultura Baiana”, realizado no mês de maio em Ilhéus, inclusive tendo apoio do Ministério do Meio Ambiente em função das suas preocupações ambientais.

Conclusão

Por tudo que foi dito, entendemos que o Governo Federal não pode simplesmente continuar chancelando as ações do passado, no particular, ignorando totalmente a sociedade regional beneficiária de

medidas eficazes que venham a ser adotadas e sobretudo, as entidades que têm se expressado com autenticidade na defesa da cacauicultura.

Entendemos, também, que anunciar medidas com tais limitações contestadas por nós produtores desde a 1ª etapa não resolverão o problema da cacauicultura, como poderão criar um efeito inverso do ponto de vista político. Os agricultores, pela sua ampla maioria, esperam soluções que lhes permitam ter acesso ao crédito e esses seguramente se frustrarão com o que está sendo posto como salvação.

A sugestão é que o Governo Federal assuma de fato a coordenação desse processo, adie a divulgação das medidas, e crie uma comissão especial, da qual também façam parte representantes do Pacto do Cacau, para no prazo de 30 dias encaminhar o assunto de forma que os horizontes possam se abrir para todos.

Respeitosamente,

Wallace Coelho Setenta
Presidente, em nome do Pacto do Cacau

*Decreto Presidencial
de 24.08.01, que cria o
CDAC
(Publicado no Diário Oficial de 27
de agosto de 2001)*

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Cria
o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – CDAC e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, da Constituição,

D E C R E T A:

Art.1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – CDAC.

Art.2º AO CDAC compete:

- I – propor a política agrícola para o setor cacaueiro;
- II – elaborar novo programa para o desenvolvimento do agronegócio do cacau, a ser implementado inicialmente na região sul do Estado da Bahia, como parte integrante do Plano Agrícola e Pecuário, a partir de 2002;
- III – acompanhar a execução dos programas setoriais do agronegócio do cacau, especialmente no que concerne ao cumprimento dos seus objetivos;
- IV – implantar comissões regionais de desenvolvimento do agronegócio do cacau;

V – manter sistemas de análise e informações sobre a conjuntura econômica e social da atividade cacauera; e

VI – propor ações que visem a adequação da oferta do cacau ao consumo doméstico e à exportação.

Art. 3º O CADC tem a seguinte composição:

I – o Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, que o presidirá;

II – o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, que será seu Vice-Presidente;

III – um representante da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

IV – dois representantes da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, sendo um deles designado Secretário-Executivo do CDAC;

V – um representante do Ministério da Fazenda;

VI – um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VII – um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VIII – um representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA;

IX – um representante da Associação Brasileira de Cacaicultores - ABC;

X – um representante da Central Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC;

XI – dois representantes dos produtores de cacau

XII – um representante da Comissão da Cacaucultura Baiana – COMCACAU.

§ 1º O CDAC poderá contar, ainda, com um representante indicado pelo Governo do Estado da Bahia.

§ 2º Cada membro titular referido nos incisos II a XII e no § 1º terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos eventuais.

§ 3º O Presidente do CDAC, em suas ausências e impedimentos eventuais, será substituído pelo Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujo suplente então exercerá a função de Vice-Presidente.

§ 4º Os representantes e respectivos suplentes dos Ministérios, órgãos e entidades mencionados neste artigo serão designados pelo Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 5º As funções exercidas pelos representantes no CDAC não serão remuneradas, correndo as despesas com transporte e diárias por conta dos Ministérios, órgãos e entidades representadas, sendo as atividades por eles desenvolvidas consideradas de relevante interesse público.

Art. 4º A CEPLAC proporcionará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do CDAC.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º
da República.

FERNANDO HENNRIQUE CARDOSO
Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Com a nova redação dada pelo Decreto de 14 de setembro de 2002.

*Portaria Ministerial
Nº 505, de 21.09.01,
que designa os integrantes
do CDAC*

PORTARIAS DE 21 DE SETEMBRO DE 2001

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, Parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, resolve:

Nº 505 – Art. 1º Designar os seguintes membros para comporem o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – CDAC, criado por Decreto de 24 de agosto de 2001, publicado no DOU de 27 subsequente:

I – Presidente

Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcus Vinicius Pratini de Moraes

II – Vice-Presidente

Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcio Fortes de Almeida

Suplente: Rinaldo Junqueira de Barros

III – Representante da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Titular: Edílson Guimarães

Suplente: Wilson Vaz Araujo

IV – Representantes da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Titular: Hilton Kruschewsky Duarte

Suplente: Francisco Carlos Ferreira Leite

Titular: Ebiesel Nascimento Andrade Filho

Suplente: Raul René Melendez Vale

V – Representes do Ministério da Fazenda

Titular: José Gerardo Fontelles

Suplente: Eduardo Luis Leão de Souza

VI – Representantes do Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão

Titular: Silvio Carlos do Amaral e Silva

Suplente: Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo

VII – Representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Titular: Luiz Alberto Miraglia

Suplente: Antonio Carlos dos Santos Mendes

VIII – Representantes da Confederação Nacional da Agricultura

Titular: João Martins da Silva Junior

Suplente: Armino Pinto Correia de Queiroz

IX – Representantes da Associação Brasileira de Cacauicultores – ABC

Titular: Carlos Raimundo Baiardi

Suplente: José Mendes Filho

X – Representantes da Central Nacional dos Produtores de Cacau – CNPC

Titular: Wallace Coelho Setenta

Suplente: Paulo Cezar Brandão Argolo

XI – Comissão da Cacauicultura Baiana – COMCACAU

Titular: Benício Boida de Andrade

Suplente: Fernando Botelho Lima

XII – Representantes dos Produtores de Cacau

Titular: Antônio Lomanto Júnior

Suplente: Juvenal Maynard da Cunha

Titular: Fernando Rios do Nascimento

Suplente: Frederico Sampaio Edelweiss

XIII – Representantes do Governo do Estado da Bahia

Titular: Pedro Barbosa de Deus

Suplente: Fernando José Ramos Florence

Art. 2º Designar o representante da CEPLAC, Hilton Kruschewsky Duarte, para exercer a função de Secretário-Executivo do CDAC.

MARCUS VINICIUS PRATINI DE MORAES

*Programa de Desenvolvi-
mento do Agronegócio do*

Cacau – PDAC

*(Proposta apresentada pelo setor pri-
vado na 2ª reunião*

ordinária do CDAC)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO

Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio
do Cacau - CDAC

Programa de Desenvolvimento
do Agronegócio do Cacau
(PDAC)

Documento para discussão

Brasília - DF
Fevereiro de 2002

PROPOSTA APRESENTADA PELAS ENTIDADES DA CACAUCULTURA PELOS REPRESENTANTES DOS PRODUTORES, PARA DISCUSSÃO NO CDAC

CENTRAL NACIONAL DOS PRODUTORES DE CACAU - CNPC

Wallace Coelho Setenta

Titular

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CACAUCULTORES – ABC

Carlos Raimundo Baiardi

Titular

REPRESENTANTES DOS PRODUTORES

Antonio Lomanto Jr.

Titular

Fernando Rios do Nascimento

Titular

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1 - INTRODUÇÃO | 231 |
| 2 - JUSTIFICATIVA | 232 |
| 3 - OBJETIVOS | |
| 3.1 - Geral | 235 |
| 3.2 - Específicos..... | 235 |
| 4 - METAS | 236 |
| 5 - IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA | |
| 5.1 - Aspectos ambientais..... | 236 |
| 5.2 - Aspectos sociais | 242 |
| 5.3 - Aspectos econômicos | 244 |
| 5.4 - Aspectos estratégicos..... | 249 |
| 6 - ESTRATÉGIAS | |
| 6.1 - Com relação ao financiamento dos produtores | 253 |
| 6.2 - Para o financiamento às cooperativas | 254 |
| 6.3 - Para a concessão de garantias | 255 |
| 6.4 - Para a conservação da Mata Atlântica | 256 |
| 6.5 - Para consolidação de cultivos complementares..... | 257 |
| ANEXOS | 263 |

1 INTRODUÇÃO

As possibilidades do cacau são perceptíveis e o revigoramento da estrutura produtiva contribuirá de forma substancial para elevar a oferta de postos de trabalho na própria lavoura, para a conservação da Mata Atlântica, para a manutenção de corredores de biodiversidade, para ativar a produção de riquezas decorrentes da infraestrutura produtiva existente na Região Sul-Baiana, para ampliar o fluxo de recursos e para elevar os excedentes exportáveis de cacau e de seus derivados.

Os problemas tecnológicos enfrentados pela cacauicultura baiana, tratados de forma intensiva pelo Governo Federal por meio de trabalhos de pesquisa e de assistência técnica, via Ceplac, provocaram resultados concretos com a obtenção de novos clones de cacauzeiros tolerantes à vassoura-de-bruxa, de elevada produtividade e com melhor qualidade das amêndoas, aspectos que conferirão estabilidade ao agronegócio do cacau.

Experiência obtida do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana permitiu a obtenção de resultados que contribuirão decisivamente para a efetiva recuperação agrônômica da lavoura. Esse Programa foi concebido à luz do trabalho desenvolvido pela Ceplac na clonagem de cacau, bem como no adensamento de áreas antigas, o que permite uma renovação das áreas produtivas, com resultados efetivos de substituição das plantações velhas por novas áreas de cacauzeiros tolerantes à vassoura-de-bruxa.

No entanto, o citado programa, que atendeu em torno de 10% dos produtores, financiando a recuperação de 50.000 hectares, não

dispõe de mais recursos para atender à grande maioria que não teve acesso ao crédito disponibilizado. Os R\$ 127 milhões ainda disponíveis serão utilizados para financiar a aquisição de títulos públicos visando a repactuação de dívidas e a quarta etapa, em continuidade às anteriores, situação que não pode perdurar por muito tempo, porque seria uma oportunidade perdida pelos produtores e pelo país para definitivamente consolidar a posição do cacau nos mercados.

Entendendo a gravidade da situação, inclusive pelas suas repercussões sociais, o Governo Federal decidiu ampliar o apoio à cacauicultura baiana, baseado em propostas discutidas com os produtores de cacau e a sociedade em geral, com visão conceitual mais compatível com a natureza do problema, resultando no Decreto de 24.08.01, do Presidente da República, que criou o Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau (CDAC).

O Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau (PDAC), que ora se apresenta, atende ao que determina o art. 1º do referido Decreto, prevendo-se a inclusão do cacau no plano de safra anual, com recursos no valor de R\$ 489 milhões previstos para 2002 e 2003, destinados aos produtores e às suas cooperativas na forma do Manual de Crédito Rural (MCR, itens 1-4 e 5-3), de acordo com estudos técnicos da Ceplac e normas a serem definidas pelo Conselho Monetário Nacional (Anexos 1 e 2).

2 JUSTIFICATIVAS

O Brasil, até o final dos anos 80, foi o segundo produtor mundial de cacau, com volume que alcançou 450 mil toneladas/ano. A partir de meados da década de 80, a produção começou a declinar devido a fatores adversos: baixos preços internacionais, queda de produtividade provocada por problemas climáticos, congelamento da taxa de câmbio, elevação dos preços dos insumos, agravados no final pela doença conhecida como vassoura-de-bruxa, que provocaram redução de 75% na produção.

A queda de produção tem provocado não apenas a redução dos volumes exportados, mas também a perda de parcela do mercado e decréscimo das receitas cambiais, saindo de uma exportação de 200 mil toneladas anuais para uma importação que chegou a 90 mil t em 1999, 63 mil t em 2000 e 34 mil t em 2001. Assim, novos investimentos na recuperação da lavoura permitirão reverter esse quadro, contribuindo para a recomposição das atividades do agronegócio, para a recuperação das receitas cambiais, bem como para a elevação da renda regional e do nível de emprego e a conservação ambiental.

O método de substituição da lavoura infectada e decadente, por meio de clonagem e adensamento, implica na elevação do número de plantas para um mínimo de 1.100 cacauzeiros/ha, viabilizando níveis de produtividade superiores a 1.500 kg/ha.

Considerando-se os menores custos de produção dos principais países produtores, a elevação da produtividade é condição necessária, se associada com ações complementares que reduzam riscos e incertezas, e que assegurem a estabilidade dos preços e da renda, possibilitando assim aos produtores se apropriarem dos ganhos de produtividade que serão gerados.

A tecnologia desenvolvida e disponibilizada aos agricultores tem revertido as expectativas dos principais atores, quanto às possibilidades de recuperação da lavoura. Entretanto, face às enormes dificuldades financeiras dos produtores, a descapitalização decorrente e, ainda, à falta de poupança privada para os investimentos necessários, é imprescindível a alocação de recursos em programas de crédito específicos, que assumam caráter diferenciado e emergencial, pelas seguintes razões principais: a baixa capacidade de pagamento dos produtores no início, que requer tempo adequado de maturação dos projetos; o reduzido valor venal das propriedades, que inviabiliza o oferecimento de garantias suficientes; a absoluta imperiosidade de que, pela possibilidade de reinfestação das áreas já recuperadas por meio de fungos mutantes, a grande maioria tenha acesso ao crédito, sob pena de comprometer o esforço já realizado; e as questões sociais que se agudizam diante de um quadro persistente.

Por outro lado, a presença do cacau brasileiro nos mercados requer adequação entre eficiência a nível de unidades de produção e a competitividade comercial/industrial, já que a noção de eficiência diz respeito não só à rentabilidade quanto às unidades de produção, produzindo cacau a custo unitário menor, quando o preço é dado. O conceito de competitividade, no caso, está associado à necessidade de adequar os instrumentos de políticas públicas e outros meios apropriados ao melhor desempenho das atividades industrial e comercial do ponto de vista dos interesses mais gerais. Essa é uma condição *sine qua non* para que sejam eficientes do ponto de vista do investimento de capital, reduzindo riscos e incertezas.

De acordo com esse raciocínio, ao se estimular a produção a níveis mais elevados de produtividade física nas fazendas, de forma isolada, não se pode ignorar os fatores restritivos que existem a partir da porteira, que demonstram cabalmente que os agricultores precisam operar em conjunto e em grande escala, em etapas importantes da cadeia, para que os objetivos de longo prazo sejam alcançados.

Portanto, o apoio ao cooperativismo é a forma universalmente aceita para que a agricultura seja considerada um negócio. E para que isso se torne real, nas condições de mercados concentrados do lado da demanda, é preciso que se crie os meios para que o produtor alcance outros elos importantes da cadeia produtiva. Não há a menor dúvida de que só terão possibilidades concretas de êxito permanente os cacauicultores que, além de produzir com eficiência, se organizarem para fazer investimentos em conjunto e se encarregarem eles mesmos da maior parte das demais etapas da cadeia agroalimentar, pois o enfraquecimento da cacauicultura, mantidas as condições atuais de políticas públicas, poderá comprometer o desenvolvimento do setor, com repercussões negativas para o conjunto da sociedade.

Por isso, a presença do setor público é crucial nessa quadra de dificuldades para induzir ações que visem:

- a) reduzir a forma e a natureza da subordinação do cacau aos mecanismos de formação de preços internacionais;

- b) apoiar e fortalecer instrumentos que viabilizem o processo de verticalização e agregação de valor (agroindustrialização cooperativada);
- c) modernizar a base agrária de forma a se apropriar dos ganhos de produtividade que gerar.

3 OBJETIVOS DO PROGRAMA

3.1 – GERAL

O novo programa objetiva implementar, a partir do ano de 2002, com recursos do Plano de Safra já previstos para o período 2002/04, a renovação de 200 mil hectares de cacau e estimular a industrialização do cacau por meio das cooperativas que hoje mantêm capacidade ociosa

3.2 – ESPECÍFICOS

3.2.1 – Renovar as lavouras infectadas com Vassoura-de-bruxa por novas plantas melhoradas geneticamente, mais produtivas e tolerantes à doença, por meio do método de clonagem e adensamento.

3.2.2 – Disponibilizar recursos financeiros através de linhas de crédito contidas no Plano de Safra, em volumes e prazos adequados, de forma que permita aos produtores aplicar as tecnologias recomendadas para a recuperação das lavouras.

3.2.3 – Contribuir para alcançar a meta de 300 mil hectares de lavouras decadentes e doentes por novas plantas tolerantes à vassoura-de-bruxa e com alta produtividade, prevista no programa anterior.

3.2.4 – Estimular a industrialização do cacau de forma verticalizada, objetivando adicionar valor à produção da *commodity*, com

vistas a reduzir riscos e incertezas, estabilização dos preços e elevação da renda rural e regional.

4 METAS

São as seguintes as metas do PDAC para os próximos anos:

4.1 – Elevar a produtividade para níveis superiores a 1.500 kg/ha.

4.2 – Aumentar a produção brasileira para volume superior a 300 mil toneladas/ano.

4.3 – Criar excedentes exportáveis da ordem de 200 mil toneladas/ano.

4.4 – Elevar as receitas cambiais para 450/500 milhões de dólares.

4.5 – Gerar 100 mil postos de trabalho.

4.6 – Elevar a área de conservação da Mata Atlântica de 8% para 12% e a manutenção dos recursos naturais.

4.7 – Elevar para 20% a participação dos produtores e dos trabalhadores rurais (primeiro elo) na receita total da Cadeia Produtiva, por meio da agroindustrialização (verticalização) e da maior apropriação dos ganhos.

5 A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA

A recuperação da lavoura cacaueteira está intimamente associada a aspectos de grande relevância, de natureza ambiental, social, econômica e estratégica.

5.1 – ASPECTOS AMBIENTAIS

A Bahia é um dos estados brasileiros que mantêm grandes percentuais de áreas remanescentes de floresta com taxas históricas de desmatamento menos acentuadas do que as de outras unidades

da Federação. Dado relevante é que, na Bahia, diferentemente dos demais estados, sobretudo do Centro-Sul e do Sul, os fragmentos florestais não se restringem apenas às áreas de declividade acentuada; pelo contrário, também estenderam-se, altaneiros, pelas planuras vicejantes do litoral sul-baiano.

A Região Cacaueira Baiana é o espaço onde a Mata Atlântica possui os seus mais significativos remanescentes, seja pela extensão das áreas, seja pelas características peculiares dos indivíduos que a compõem, bem como pela riqueza e diversidade das tipologias e seus componentes.

A Região Cacaueira da Bahia representa parcela importante da Mata Atlântica do país, preservada graças à natureza conservacionista da cultura do cacau. O cacaueiro, por si só uma árvore ecológica, fixou em toda extensão de terras em que é cultivado invejável patrimônio vegetal.

Essa situação, que existe há mais de um século, estará irremediavelmente comprometida, se não forem resolvidas as principais questões econômicas da lavoura e, com isso, removidas as seqüelas de caráter social. O avanço da vassoura-de-bruxa, que tende a criar espaços para culturas de ciclo curto, modificando totalmente o ecossistema, e a venda de madeiras para suprir dificuldades financeiras imediatas, têm levado ao desmatamento indiscriminado, com indesejáveis repercussões ambientais.

Cacau-cabruca é um sistema ecológico de cultivo agroflorestal. Baseia-se na ocupação do sub-bosque (estrato florestal intermediário), por uma cultura de interesse econômico, implantada de forma descontínua e circundada por vegetação natural, não prejudicando as relações com o meio físico a que está relacionado.

O cacau-cabruca é hoje um modelo único de agricultura (agrosilvicultura) sustentável, podendo ser considerado como o melhor modelo de agricultura tropical até então praticado nos trópicos úmidos, devendo ser citado como exemplo de sistema agroflorestal econômico, social e ambientalmente eficiente e eficaz.

Ao contrário dos demais modelos agrícolas convencionais, o cacau-cabruca não favoreceu a devastação das florestas e a diminuição da diversidade de espécies. Antes, permitiu a conservação

de remanescentes que circundavam as áreas antropizadas, bem como a sobrevivência de indivíduos da floresta primária como proteção de topo e lateral da cultura, propiciando a formação de corredores ecológicos entre os remanescentes florestais da região cacauceira baiana.

Caracterização

A cacauicultura, mais especificamente o cacau-cabruca, é o precursor dos sistemas agroflorestais. Nenhum outro cultivo em clima tropical úmido e em área contínua e extensa (> 650 mil ha), com eficiência comprovada há mais de 250 anos, conseguiu gerar tantos dividendos, ao tempo em que conservou recursos naturais – *hídricos, edáficos e florestais* – e fixou o homem no meio rural, podendo hoje ser considerado um dos mais modernos, acertados e eficientes modelos de *agricultura tropical sustentável* praticado.

A existência de fragmentos de Mata Atlântica em torno das áreas de cacau e a presença de árvores remanescentes da floresta primária, sombreando os cacauzeiros, funcionaram, ao longo desses 250 anos de antropização, como corredores ecológicos, interligando os maciços florestais remanescentes, permitindo a sobrevivência de uma fauna rica e de grande porte, praticamente inexistente em outras regiões agrícolas do país, como a harpia (maior gavião das Américas), gavião-prego (2º maior gavião da América do Sul), ariranha, corsa e caititu, entre outros.

A renovação da cacauicultura é necessária e irreversível, contudo poderá ser menos impactante, utilizando-se um sombreamento diversificado e com espécies da Mata Atlântica, mantendo dessa forma a função de corredor ecológico que o cacau-cabruca é capaz de proporcionar.

Possuindo no mínimo 20% de espécies arbóreas de alto valor comercial e 60% de médio valor, sem considerar ainda as espécies de valor social e ecológico, a Mata Atlântica da região sul-baiana possibilita e proporciona uma diversidade muito grande de espécies com características favoráveis para compor os sistemas de proteção

do cacauzeiro, para as mais distintas condições edafo-climáticas sem que seja necessário implantar extensas áreas.

Diversidade

Muitas referências são feitas à magnitude da floresta tropical do Sul da Bahia, desde a época do descobrimento, com a carta de Pero Vaz de Caminha, até os nossos dias. Mas, não é só na estrutura vertical da floresta e na magnitude de seus elementos que se percebe sua exuberância. A presença de espécies amazônicas, de espécie da floresta atlântica sul, de espécies endêmicas regionais e mesmo de espécies endêmicas restritas, somadas a um clima estável quanto à temperatura e precipitação bem distribuídas, além de abundantes recursos hídricos, proporcionaram uma floresta com alta biodiversidade, endemismo e variadas tipologias.

Estudos e levantamentos realizados na Região Cacauzeira da Bahia dão uma idéia geral sobre sua diversidade, biometria e composição florestal. Em Serra Grande, distrito do município de Uruçuca (BA), foram identificados pelo Herbário do CEPEC/CEPLAC, em parceria com o Jardim Botânico de New York, 458 espécies lenhosas em apenas um hectare, o que confere a esta região o título de área com maior diversidade até então estudada. Existem fragmentos florestais com exemplares arbóreos medindo mais de 40 metros de altura. No município de Santa Luzia (BA), apenas um indivíduo de jequitibá-rosa (*Cariniana estrelensis*) produziu 64 m³ de madeira serrada em tábua.

A diversidade de espécies mínimas para o cacau-cabruca não está determinada. Estudos têm demonstrado a riqueza da diversidade vegetal da Mata Atlântica Sul-Baiana, bem como das espécies arbóreas que compõem o sombreamento do cacau-cabruca. O índice fitossociológico, quociente de mistura (QM), indica que a cada determinado número de indivíduos ocorre uma nova espécie ou família. Na região Sudeste da Bahia, o QM tem variado de 1/3 a 11/5 para espécie e de 1/8 a 1/12 para família botânica, ou seja, a cada 3 – 5 indivíduos arbóreos ocorre uma espécie e entre 8 – 12 indivíduos ocorre uma nova família.

5.1.2 - Performance ambiental do cacau

A preocupação com o meio ambiente vem conquistando espaços dentro das empresas e mudando comportamento. O Banco do Nordeste, a Fundação Cultural Educacional Popular de Defesa do Meio Ambiente (CEPEMA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) elaboraram, em 1999, o *Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural*. Esse guia tem o intuito de contribuir para o desenvolvimento da atividade rural em sintonia com a conservação ambiental. O BNB sugere que poderá servir como um instrumento de diferenciação de créditos e incentivos fiscais, utilizando-se para isso a *Performance Ambiental*, que é obtida com base em sete questionários temáticos sobre: (i) Uso do solo; (ii) Adubo e fertilizantes; (iii) Uso de agrotóxico; (iv) Qualidade da água; (v) Qualidade do ar; (vi) Energia e lixo; (vii) Vida selvagem e ambiente natural.

Este questionário temático gera uma pontuação que permite calcular em percentagem a *Performance Ambiental*, a qual, numa tabela sugerida pela Instituição, estão faixas que variam de crítica à ideal, exprimindo o desempenho da propriedade em relação às questões ambientais.

Nos quadros a seguir encontra-se o método de cálculo da *Performance Ambiental* proposto pelo BNB, com os valores transcritos dos Questionários Temáticos, após uma análise acurada do cacau-cabruca, segundo as recomendações e questionamentos contido no Guia (Quadro 1).

A Performance Ambiental (PA) é calculada da seguinte forma:

$$PA = (\text{Total de quadros verdes} \times 100) / (50 - \text{Total de quadros amarelos})$$

Calculando a do cacau, obtêm-se:

QUADRO 1 - Pontuação

| Questionário Temático | Quadros Verdes | Quadros Amarelos |
|---|-----------------------|-------------------------|
| Uso do solo | 6 | 4 |
| Adubo e fertilizantes | 6 | 0 |
| Uso de agrotóxico⁵⁰ | | |
| Qualidade da água | 3 | 5 |
| Qualidade do ar | 4 | 2 |
| Energia e lixo | 3 | 0 |
| Vida selvagem e ambiente natural | 4 | 0 |
| TOTAL | 31 | 11 |

$$PA = (31 \times 100) / (50 - 11) \setminus$$

$$PA = 3100 / 39 \setminus$$

$$PA = 79,49 \%$$

Portanto, a *Performance Ambiental* de 79,49% significa que, segundo os preceitos estabelecidos no *Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural* (Quadro 2), a cacauicultura baiana possui uma performance classificada como *boa*, bem acima da média, podendo facilmente alcançar o ideal desde que criadas as condições.

5.2 – Aspectos Sociais

É perceptível a presença da crise na região, cujos impactos negativos têm atingido toda a população. A região se caracteriza pela total dependência do cacau, cujas amêndoas já chegaram a atingir um bilhão de dólares de exportação, mas que hoje se situam na faixa de

QUADRO 2 - *Performance Ambiental, indicadores*

| FAIXAS | PERFORMANCE |
|-----------------|--------------------|
| Inferior a 30 % | Crítica |
| Entre 30 e 50% | Baixa |
| Entre 50 e 70% | Média |
| Entre 70 e 90% | Boa |
| Superior a 90% | Ideal |

US\$100 milhões.

Os efeitos mais imediatos da crise são observados em todos os quadrantes da região cacauceira principalmente pelos seguintes aspectos:

- a) desemprego acentuado em todos setores: primário, secundário e terciário;
- b) situação concordatária de quase todas as empresas comercializadoras de cacau;
- c) grande apatia no comércio, principalmente em cidades onde se pensava ter ele dinamismo próprio;
- d) perplexidade de todos os segmentos da sociedade, representada pelos infundáveis documentos e reuniões, sem qualquer resultado;
- e) fechamento de importantes empresas do comércio e da indústria, em cidades como Itabuna e Ilhéus;
- f) convulsão social que atinge setores da região;
- g) estágio de semi-abandono de grande parte das propriedades agrícolas, sem condições de manejo técnico adequado e, agora, até de pagar o custeio indispensável.

Com efeito, mantida a atual situação de estrangulamento do Programa, as perspectivas são extremamente negativas a curto prazo, porque:

- a) os produtores encontrarão dificuldades para desenvolver outra atividade econômica na área da região sul da Bahia, devido às suas condições edafo-climáticas, aonde o relevo é montanhoso, com afloramento rochoso ou ainda de solos rasos, além das vantagens comparativas oferecidas pelo cacau;
- b) continuará a migração para cidades de maior porte, que concentrarão pessoas desempregadas, com os riscos inerentes;
- c) os produtores não terão como honrar os compromissos assumidos junto às instituições de crédito, advindo questões sérias do ponto de vista jurídico-patrimonial;
- d) continuará o corte desordenado dos remanescentes de Mata Atlântica, não só porque perdurará a predação da floresta por parte daqueles que precisam sobreviver, como também daqueles que se arvoram à aventura de implantação de outras culturas não conservacionistas, sem as condições técnicas específicas para cada cultivo;
- e) serão negativos os benefícios sociais do esforço até agora empreendido, resultando na perda dos investimentos já efetuados.

5.3 – Aspectos econômicos

5.3.1 – Breve histórico

Variáveis exógenas não podem ser consideradas para definir políticas públicas para o cacau. Fosse assim ele não teria existido de forma dominante em mais de dois séculos; de sorte que o único elemento restritivo à implementação de medidas para recuperação do setor era a inexistência de tecnologia que pudesse justificar o esforço de investimento produtivo com segurança de rentabilidade. Vencida essa etapa, é preciso iniciativas adicionais além da fazenda do ponto de vista de organização e verticalização de suas atividades, sob pena de não se apropriarem dos ganhos de produtividade que estão gerando. Essa diferença importante é que deve realçar as políticas públicas no presente em relação às adotadas no passado.

Desde que existe, a lavoura cacauera tem vivenciado crises como a atual. São crises cíclicas que se repetem em períodos longos, devido principalmente à instabilidade de preço, decorrente de uma economia desorganizada do lado da oferta. A atual, que se ensaiou a partir da metade da década de 1980, e que teve como componentes novos o longo período de estiagem e o prolongamento do ciclo de preços baixos, tem duas características diferentes das anteriores: a concomitância da doença vassoura-de-bruxa e a inexistência de mecanismos institucionais que minimizassem, mesmo que de forma parcial, os seus efeitos mais presentes.

Considerando o passado mais recente, a presença do Estado sempre foi marcante. Na década de 30, foi criado o Instituto de Cacau da Bahia - ICB, que prestou inestimáveis serviços à lavoura, dando um direcionamento sob vários ângulos; na década de 50, foi criada a Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacaueira-Ceplac, numa época de preços deteriorados, lavouras abandonadas, economia sem qualquer perspectiva, e a região vivia o desalento e o pessimismo; em 1965, o Governo Federal interveio no processo de comercialização, complementando preços, por intermédio da Cacex; em 1970, foi efetivado novo refinanciamento de dívidas da lavoura pelo governo federal, o que já houvera sido feito em 1957.

Em todas essas circunstâncias, as variações de preços compunham o pano de fundo e a tônica era a incerteza quanto ao futuro. Apesar disso, todas essas fases foram ultrapassadas, tendo a produção quintuplicado

e os preços terminaram alcançando os níveis mais altos de toda a história do cacau, em passado recente, **mercê da posição afirmativa e indutora do Estado, tendo em vistas expressivos interesses macro-econômicos envolvidos.**

Tais fatos revelam que, equacionado o problema tecnológico, como de fato vem ocorrendo, com a geração de clones tolerantes à vassoura-de-bruxa, que asseguram produtividade compatível com a rentabilidade da cultura, a situação não se diferencia bastante dos momentos anteriores, com relação às condições estruturais da economia cacauceira. **Na verdade, as diferenças apenas realçam condições favoráveis para o Estado assumir o papel que dele se espera na revitalização desta importante atividade.** Se no passado as ações institucionais foram concebidas em função de lavouras com longos anos de implantação, muitas delas ajudando a perpetuar os elementos da crise, no momento se descortina a oportunidade de **recompôr** a estrutura produtiva com visão tecnológica associada a um entendimento adequado do conjunto de fatores determinantes, como a questão ambiental, a questão social, a questão da organização como essencial para que os ganhos de produtividade sejam apropriados pelos elos mais representativos da cadeia produtiva, aumentando assim a eficiência do investimento.

Portanto, é preciso que a crise atual seja elemento indutor das mudanças que esta economia precisa experimentar, pois poucos produtos têm as vantagens comparativas do cacau, o que poderia ensejar uma participação mais efetiva na política mundial do produto. Por outro lado, o mercado interno se encontra em pleno crescimento, não se ampliando mais porque existem fatores restritivos que inibem uma presença maior dos produtores na apropriação dos ganhos advindos com o agronegócio.

Por outro lado, a questão de divisas internacionais não pode ser colocada apenas do ponto de vista de exportação. O Brasil é atualmente o 5º parque chocolateiro do mundo, que deve ser suprido tenha o país ou não matéria-prima para ofertar; se isso não ocorrer, importantes divisas internacionais deverão ser gastas para importação de amêndoas e/ou derivados, pois mesmo que, no

futuro, não se exporte amêndoas de cacau, o país economizará divisas com a produção interna dessas matérias-primas porque não necessitará importá-las, como vem ocorrendo.

Por tudo isso perde sentido o conceito isolado da fazenda como unidade de produção, tornando-se importante – crucial mesmo – que governo e sociedade passem a encarar a questão do ponto de vista das cadeias produtivas dos diversos produtos, entre as quais a do cacau se coloca como das mais viáveis.

5.3.2 – O cacau como elemento dinâmico

Na verdade, a cacaucultura baiana vem enfrentando os mais variados problemas há década e meia, acentuados sobremaneira pelo advento da doença “vassoura-de-bruxa”. Poucas culturas teriam resistido tanto tempo sem amparo de qualquer natureza, exceto os sucessivos alongamentos de dívidas que, isoladamente, sem aporte de novos recursos, não têm qualquer sentido prático.

Com todos os problemas, o agronegócio cacau aparece em primeiro lugar como gerador de divisas no ano de 1999, perdendo apenas para setores de grande valor agregado como químicos e petroquímicos, papel e celulose, derivados de petróleo e metalúrgicos. Em 2000 ocupa o segundo lugar no contexto do agronegócio baiano, sendo desta feita superado por grãos, óleos e ceras vegetais (Quadro 3). Por outro lado, o referido quadro não apresenta informações sobre a exportação de chocolates ou achocolatados, embora apresente uma linha denominada “demais segmentos” cujas inclusões se desconhece, apesar do valor elevado.

Como se observa, se a cacaucultura receber tratamento emergencial e se for alcançada a meta prevista de 300.000 hectares, esta economia dentro de pouco tempo voltará a ser o maior gerador de divisas entre as atividades econômicas da Bahia, com grande repercussão para o desenvolvimento do estado e do país, principalmente porque alguns segmentos elencados, embora exportem, também consomem divisas para produzir, o que empresta relevância ao conceito de *divisas líquidas*.

QUADRO 3 - Exportações Baianas – Principais segmentos: janeiro/ setembro – 1999/2000

| Segmentos | Valor US\$ 1.000 (FOB) | | VAR. PART. | |
|-------------------------------|------------------------|------------------|--------------|---------------|
| | 1999 | 2000 | % | % |
| Químicos e petroquímicos | 369.137 | 486.034 | 31,57 | 32,24 |
| Papel e celulose | 181.429 | 220.728 | 21,66 | 14,64 |
| Derivados de petróleo | 92.738 | 186.906 | 101,54 | 12,40 |
| Metalúrgicos | 133.088 | 132.361 | 0,55 | 8,78 |
| Grãos, óleos e ceras vegetais | 50.032 | 114.433 | 128,72 | 7,59 |
| Minerais | 74.633 | 85.526 | 14,60 | 5,67 |
| Cacau e derivados | 81.477 | 77.322 | - 5,10 | 5,13 |
| Sisal e derivados | 32.721 | 30.996 | - 5,27 | 2,06 |
| Frutas e suas preparações | 14.828 | 21.160 | 42,70 | 1,40 |
| Couros e peles | 11.488 | 17.089 | 48,76 | 1,13 |
| Fumo e derivados | 9.099 | 11.274 | 23,90 | 0,75 |
| Demais segmentos | 82.688 | 123.756 | 49,67 | 8,21 |
| TOTAL | 1.133.358 | 1.507.583 | 33,02 | 100,00 |

Fonte: Informativo do Comércio Exterior da Bahia – janeiro a setembro 2000, Promoexport Bahia.

Por outro lado, o agronegócio cacau considerado no seu nível de agregação mais elevado foi responsável por exportações da ordem de 158 milhões de dólares em 1999 e 162 milhões de dólares em 2000 (Quadro 4). Como se observa, além do crescimento interno do consumo de chocolates produzidos no Brasil, apesar dos preços elevados, também é significativa a evolução das exportações desses produtos.

Por outro lado, considerando a receita bruta gerada pelos diversos cultivos agropecuários regionais, no ano de 1999, observa-se que o cacau prepondera apesar das inúmeras dificuldades que enfrenta. A receita derivada dessa atividade se nivela aos resultados obtidos com a pecuária que, inversamente, encontrou as condições mais favoráveis para se desenvolver, inclusive reações favoráveis de preço. A própria fruticultura, fortemente estimulada nos últimos anos com todo aparato promocional e oferta de crédito, ainda se distancia do cacau, embora seja notável o seu crescimento.

QUADRO 4 – Sumário das exportações em 1999-2000. Valor em US\$ 1.000

| Produtos | 1999 | 2000 |
|---------------------------------------|-------------|-------------|
| Cocoa bens, Whole or Broker | 4.760 | 1.972 |
| Cocoa shells, husks, skins, and waste | 159 | 84 |
| Cocoa paste/liquor | 17.034 | 11.885 |
| Cocoa cake (cocoa paste defatted) | 5.309 | 6.198 |
| Cocoa butter | 67.689 | 66.098 |
| Cocoa powder (unsweetened) | 12.624 | 13.864 |
| Chocolate and products | 50.269 | 62.054 |

Fonte: Sistema ALICE - SERPRO 2001

Em 1999, considerando o conjunto das receitas geradas pelas atividades agropecuárias na mesorregião sul-baiano, pode ser visualizada no quadro 5, em reais e percentualmente.

5.4 – Aspectos estratégicos

5.4.1 – O papel do Estado

Devido às características da vassoura-de-bruxa, há imperiosa necessidade de **que todos os cacauicultores sejam beneficiários da ação do Estado**, a fim de que possam fazer uma agricultura rentável

QUADRO 5 - Principais culturas, receita bruta e % sobre o total

| Atividades | Valor – R\$ | % s/total |
|-----------------------------|--------------------|------------------|
| <i>Pecuária</i> | | |
| 291.000.000,00 | | 30 |
| <i>Cacau</i> | 290.000.000,00 | 29 |
| <i>Diversificação</i> | | 41 |
| <i>Fruticultura</i> | 190.000.000,00 | |
| <i>Cultivos Industriais</i> | 114.000.000,00 | |

FONTE: CEPLAC, 2000

e competitiva; não só por imperativos de justiça social, mas também porque a agricultura, em sua globalidade, tem potencialidades para oferecer contribuições muito mais significativa à solução dos grandes problemas locais, regionais e nacionais.

No entanto, não poderá proporcionar tal contribuição **enquanto a grande maioria** dos agricultores continuar praticando uma agricultura arcaica e rudimentar e sobretudo cometendo algumas, várias ou todas as distorções dentro e fora da fazenda. Porque as ineficiências de produção, gestão, comercialização de insumos e produtos são as principais causas do subdesenvolvimento.

Enquanto os agricultores não puderem introduzir inovações para eliminar estas ineficiências e aumentar seus baixos rendimentos no conjunto do agronegócio, será virtualmente **impossível** que se tornem rentáveis e competitivos, o que é ruim não só para eles como para toda a população. No entanto, não é suficiente que tais inovações sejam apenas **tecnológicas** e que sejam introduzidas somente na **etapa de produção** propriamente dita.

É necessário introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais e, além disso, fazê-lo em **todos** os elos da cadeia agro-alimentar; isto é, no acesso aos insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização dos excedentes; porque estes são os pré-requisitos para que eles se transformem em eficientes (ainda que sejam pequenos) empresários, capazes de obter insumos a preços mais baixos, de reduzir custos de produção, de melhorar a qualidade dos excedentes e de incrementar os seus preços de venda; e, como consequência da adoção destas medidas realistas, obter maiores receitas.

A modernização a que foi submetida a economia cacaueteira a partir da década de 60 foi prodigiosa em aumentar a produção e produtividade física da lavoura. A produção cresceu, entre 1960 e 1985, em cerca de 310%, passando de 123 mil toneladas/ano, em 1960/65, para 380 mil toneladas/ano em 1980/85, alcançando o recorde de 457 mil toneladas em 1984/85 (ano agrícola internacional). A produtividade da terra, por sua vez, aumentou naquele período (1960/85) em 336%, crescendo de 15 arrobas/ha para 49 arrobas/ha.

Esses saltos quantitativos foram fruto da rápida adoção pelo agricultor de inovações tecnológicas ofertadas pelo Estado via Ceplac, embora esses saltos não tenham sido suficientes para promover um processo de alteração na base agrária regional. A base agrária, cuja expressão mais explícita está em como se dão as relações econômicas, sociais e políticas, continuou inalterada, não obstante o progresso técnico empreendido, com os produtores confinados ao espaço geográfico de suas fazendas, à mercê das relações impostas de maneira exógena, situação que precisa ser revertida.

De fato, o produtor já deu demonstração de que responde de forma inequívoca aos estímulos do governo, cabendo aos agentes públicos se conscientizar de que não é suficiente apenas induzi-lo a usar tecnologias e crédito, sem a percepção clara de que o resultado desse esforço será apropriado pelos setores que controlam o mercado, mas evidenciar que combinações necessárias de investimentos dentro das fazendas e fora delas devem ser a estratégia principal para possibilitar a sustentação das suas atividades no longo prazo.

Essa perspectiva torna evidente que a unidade de produção não tem o menor sentido isoladamente, e a organização empresarial (os agricultores são pequenos não porque querem) é crucial, pois confiná-los a essa realidade cruel não pode ser objetivo de qualquer política pública.

5.4.2 – A necessidade de organização empresarial

O produtor de cacau se caracteriza pela desarticulação, não só em relação à influência que poderia exercer nos rumos da economia cacaueira como também na forma de se apropriar dos ganhos e excedentes, desproporcionalmente transferidos para fora. O processo decisório da cacaucultura está em mãos de grupos poderosos, hoje compostos apenas de empresas multinacionais, cujos interesses são estranhos às regiões produtoras e cujos “lucros” e excedentes são transferidos para o exterior por meio de vários mecanismos extratores, mediante manipulação.

O que se convencionou chamar de “mercado do cacau” é complexo e os grupos concentrados detêm o controle de todas as informações, da demanda e, em grande escala, da própria oferta, exercendo

multifunções e transacionando com outras *commodities* além do cacau, inclusive operando simultaneamente em posições de físico e de papel, cujos preços são formados em pontos distantes das zonas produtoras.

À semelhança de outras mercadorias, como a soja, por exemplo, o cacau passa por fases de processamento obrigatório, intermediárias, criando uma pirâmide de poder agro-industrial internacional, baseada no controle das estruturas de recolha, transformação e redistribuição do produto e da informação, o que assegura um enorme poder às poucas firmas multinacionais.

Os preços internacionais, os quais o conjunto dos atores que dependem do cacau sequer sabem como são formados, têm estado sob regime de competição imperfeita desde os primórdios de sua estruturação. Essa divisão internacional de trabalho, a que alguns costumam se referir como algo benéfico – embora sem precisar para quem se destinam os benefícios – tem provocado uma troca desigual no mercado internacional de cacau, com transferência das vantagens em termos econômicos.

Na verdade, a superprodução de mercadorias não realizadas tem sido uma ficção, no caso do cacau, por tratar-se de manipulação dos que controlam o mercado, já que nunca se detectou a acumulação do produto a nível dos intermediários ou mesmo das unidades produtivas, sempre havendo franca comercialização, o que contraria a proclamada lei da oferta e da procura em caso de existência de grandes estoques, situação que teria entravado a circulação desta *commodities*. Os baixos preços que hoje são praticados estão longe de serem justificados pela lógica do equilíbrio de mercado, segundo a teoria clássica, e se explicam apenas em função do poder que os monopólios têm de praticar preços abaixo do valor em suas compras de matérias-primas aos produtores e acima na venda de suas mercadorias aos consumidores, auferindo nestes intercâmbios lucros supra-normais às expensas de todo o conjunto da sociedade.

Não se pode ignorar a questão da organização empresarial, que passa necessariamente por uma visão de agronegócio que só será eficaz de forma integrada **para a frente**, via cooperativismo, pois é absolutamente necessário entender que diante da estrutura de

mercado altamente concentrada (oligopsônio) só terão possibilidades concretas de êxito os cacauicultores que, além de produzir com eficiência, **se organizarem para fazer investimentos em conjunto e se encarregarem eles mesmos da maior parte das demais etapas da cadeia agroalimentar.**

5.4.3 - Fortalecimento das cooperativas de produtores

O segmento cooperativo do cacau há décadas tem contribuído de forma expressiva para o desenvolvimento regional, do estado da Bahia, do país, notadamente como regulador de preço, na geração de renda e de oportunidades de trabalho no meio rural, na obtenção **de maior volume de divisas por unidade vendida**, servindo, ainda, à contenção do êxodo rural e da marginalização crescente nas áreas urbanas das médias e grandes cidades.

Entretanto, desde meados da década de 80 que a lavoura cacauieira se debate com problemas de toda natureza e as dificuldades específicas enfrentadas pelos produtores de cacau que, por extensão, atingiram as cooperativas, já são de amplo conhecimento oficial. Por outro lado, a nível nacional, grande parte das cooperativas agrícolas brasileiras também se deparava com um processo de descapitalização constante decorrente sobretudo da instabilidade da economia do país.

Além das dificuldades comuns a todas as cooperativas brasileiras as de cacau ainda de defrontaram com problemas de capitalização e de liquidez dos produtores e decadência das plantações, razões pelas quais o Governo Federal criou o Programa de Recuperação da Lavoura Cacauieira, cuja concepção incluía preocupações de natureza estrutural e não apenas o binômio crédito-tecnologia que a história da cacauicultura já provou ser insuficiente para debelar crises como a atual.

A presença das cooperativas de forma plena, do ponto de vista operacional, em condições de influenciar positivamente o mercado e de criar novas alternativas de sobrevivência dos estratos desassistidos é, na verdade, a única forma de amparo que restará aos últimos, em função do seu efeito multiplicador de renda e emprego e por sua abrangência agro-industrial, em função da estrutura verticalizada que

já existe e da sua capilaridade.

Com efeito, são sobejamente conhecidos os efeitos predatórios causados pela concentração da demanda nos mercados interno e internacional do cacau que só podem ser minimizados com a ação reguladora das cooperativas, única forma capaz de reverter a atual situação de dependência dos setores oligopsonistas, cujo perfil impõe relações de preços desiguais.

6 ESTRATÉGIAS

6.1 - Para o financiamento aos produtores

O modo de execução dos trabalhos, visando à consecução das metas, será fundamentado na disponibilização de recursos financeiros para execução das técnicas recomendadas pela Ceplac com linhas de crédito contidas no Plano de Safra, mas que considere algumas especificidades da lavoura cacauceira, tais como: maturidade do investimento, retorno do capital, taxas de juros compatíveis, prazo de acordo com capacidade de pagamento e o fato de a Mata Atlântica ser considerada Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e que a sua conservação de fato está condicionada à manutenção da cacauicultura em bases plenas.

O período entre a clonagem/adensamento e a efetiva produção econômica se dará entre 3 e 4 anos a partir do início da execução dessas práticas e o prazo de recuperação econômica ocorrerá entre 9 e 12 anos, sendo necessário:

- a) o valor de R\$ 1.535,23/ha, destinado ao financiamento da clonagem e do adensamento das áreas a recuperar, perfazendo o valor total de R\$ 307.046.000,00 nos dois anos;
- b) o valor de R\$ 616,36/ha-ano para manutenção da área clonada, a ser financiado pelos recursos de custeio do crédito rural;

- c) prazo de pagamento de até 20 (vinte) anos, incluídos até 4 (quatro) anos de carência para pagamento do principal e juros capitalizados;
- d) Cronograma de amortização que mantenha a seguinte proporcionalidade:
 - 70% (setenta por cento) no mês de janeiro
 - 30% (trinta por cento) no mês de julho;
- e) taxa de juros fixa de 2% ao ano (mini/pequenos) e 4% (médios/grandes);
- f) disponibilização dos recursos de acordo com o Anexo 3.

6.2 – Para o financiamento às cooperativas

No caso das cooperativas de cacau, os recursos serão liberados dentro da linha de integralização de quotas-partes em financiamento direto ou via repasse, de acordo com projeto técnico a ser apresentado aos financiadores, obedecidas as condições a serem estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (Anexo 4).

6.3 – Para a concessão de garantias

Mantidos os atuais procedimentos bancários, seguramente o PDAC não sairá do papel, porque os produtores que não tiveram acesso às primeira, segunda e terceira etapas do programa anterior (notadamente pequenos e médios) terão maiores dificuldades ainda de participar do novo programa, pelas seguintes razões: garantias insuficientes, dificuldades de documentação e restrições burocráticas. Mas é fato indiscutível que a **todos** ou a quase todos devem

ser asseguradas as condições de participação, a fim de que não se repitam as dificuldades do programa anterior. Primeiro, porque se trata de uma questão de equidade; segundo, porque interessa ao governo aumentar o volume de divisas líquidas; terceiro, porque é necessário assegurar a viabilidade técnico-sanitária dos investimentos feitos; quarto, porque a única forma de manter os remanescentes de Mata Atlântica (função de governo) nessa área é protegendo o cacau.

São razões mais do que suficientes para que o governo crie os mecanismos necessários que viabilizem a concessão dos créditos de forma adequada sem os inconvenientes do vai e vem das exigências bancárias, o que ocorrerá se essa questão não for considerada com realismo, frustrando todas as expectativas.

A experiência com o programa anterior, de 8 anos, debatendo-se com aspectos burocráticos do crédito rural, indica que as condições operacionais atuais não podem ser mantidas, sob pena de o PDAC se inviabilizar desde o início. Sabe-se que ainda resta algo em torno de R\$ 120 milhões referentes a propostas de produtores que teriam desistido por não atenderem às exigências bancárias, e se essas restrições não forem eliminadas não há como falar-se em “novo programa”.

Enquanto se busca soluções mais estáveis, inclusive a nível internacional, em função da importância estratégica do cacau do ponto de vista ambiental, é absolutamente necessária e urgente, **até como condição preliminar**, a criação do Fundo do Cacau que, entre outros objetivos, concederia os avais nas operações de financiamento, sem maiores entraves burocráticos, até porque não seria possível aplicar o volume de recursos previsto em dois anos. Esse Fundo seria mantido por diversas fontes, mas prevê-se para os 3 seguintes recursos:

- a) contribuição dos produtores;
- b) contribuição dos consumidores de chocolates e balas;
- c) produto do imposto de importação de cacau sob suas diversas formas.

Tal contribuição não oneraria os contribuintes nem a União, cuja

justificativa para a manutenção do imposto de importação é mais de natureza protecionista do que fiscalista. Com esse esquema simples e viável (um produtor participaria com menos de R\$ 1,00 em cada arroba vendida e o consumidor de chocolate somente com R\$ 0,03 por cada quilo de chocolate comprado) seriam arrecadados nos 3 primeiros anos o equivalente a R\$ 75 milhões, o suficiente para prestar os avais necessários (Anexos 5 e 6).

6.4 – Para a conservação da Mata Atlântica

Será obrigatória a inclusão nos instrumentos contratuais entre produtor e financiador e a obrigação de efetuar a demarcação e averbação da Reserva Legal, quando houver vegetação natural. Na hipótese da não existência de áreas disponíveis para esse fim, global ou isoladamente, será aceita a conversão da área do cacau-cabruca de acordo com fatores a serem definidos, visando:

- a) a inclusão e consolidação de aproximadamente 66 mil hectares;
- b) a reversão de expectativas quanto à destruição da Mata Atlântica e o cumprimento de dispositivo constitucional;
- c) a conservação de espécies vegetais e animais, algumas só encontradas nesse habitat;
- d) o cumprimento da legislação específica.

A Ceplac, isoladamente ou em convênio com outras entidades, promoverá as condições necessárias para viabilizar concomitantemente com as práticas de enxertia e de adensamento, durante o período do Programa o seguinte:

- a) o plantio de 30 milhões de essências nativas;
- b) a demarcação e averbação da Reserva Legal nas propriedades;

- d) a conversão do cacau-cabruca em corredor ecológico;
- e) a recabruca de plantios homogêneos de cacau.

6.5 – Para consolidação de cultivos complementares

As condições edafo-climáticas da chamada região cacauceira conferem-lhe uma condição incomparável no território nacional, quanto à capacidade de gerar negócios diversificados na área agropecuária e na sua conseqüente verticalização agro-industrial, com agregação de valor. Com efeito, basta analisar o montante de áreas sub-aproveitadas, de valor comercial depreciado em relação a outras, em desenvolvimento no país, servidas hoje por 4 aeroportos de grande porte, 2 estradas que a transpõem, um porto com capacidade para exportação de excedentes, além de uma população superior a 3.000.000 de habitantes, força significativa de mão de obra e consumo.

6.5.1 – Área disponível e estrutura fundiária

Do ponto de vista espacial e de ocupação, a mesorregião Sul Baiano é constituída por 70 municípios, que na realidade compõem uma área de 5.344.000 hectares assim distribuídos:

- microrregião Valença - 10 municípios - 957.800 ha;
- microrregião Ilhéus/Itabuna - 41 municípios - 1.539.300 ha;
- microrregião Porto Seguro - 19 municípios - 2.847.300 ha.

Apesar da expressão econômica, é importante ressaltar que a estrutura fundiária é composta fundamentalmente de pequenas propriedades, sendo que, na microrregião de Valença, 64,5% são propriedades com menos de 10 hectares. De forma geral, nas 3 microrregiões, mais de 70% das propriedades têm menos de 100 hectares (Quadro 6).

Essa situação fundiária, por si, revela caráter social de po-

líticas públicas voltadas para a cacauicultura, cujos benefícios podem atingir grande universo de agricultores, se devidamente ajustadas.

6.5.2 – Algumas tentativas de diversificação

No decorrer de dois séculos, algumas tentativas de culturas complementares foram implementadas e exploradas de forma desorganizada. No litoral, o coqueiro tinha seu habitat natural; na faixa da mata atlântica de solos arenosos e de baixa fertilidade floresceu a piaçaveira, planta autóctone; a seringueira também foi introduzida nas primeiras décadas do século passado; o dendê, pela sua sub-espontaneidade, foi adaptado às condições do litoral baiano; a pecuária extensiva, além do café, da mandioca, da cana e dos cultivos alimentícios, foi a principal incursão.

Quadro 6 - Estrutura Fundiária da Mesorregião Sul da Bahia

| Área | Valença (%) | Ihéus/Itabuna (%) | Porto Seguro (%) |
|--------------|-------------|-------------------|------------------|
| < 10 ha | 64,57 | 38,65 | 21,86 |
| 10 a 100 ha | 32,06 | 50,31 | 51,99 |
| 100 a 200 ha | 1,90 | 5,87 | 10,99 |
| 200 a 500 ha | 1,12 | 3,74 | 9,46 |
| > 500 ha | 0,35 | 1,43 | |
| 5,70 | | | |

Fonte: IBGE, 1996

Devido as crises cíclicas do cacau, alguns produtores terminaram sendo estimulados pelas orientações imprimidas pela Ceplac, em 1970, objetivando a diversificação da região cacauceira, com ênfase para os grandes grupos: seringueira, dendê e pecuária (corte e leite). Também orientou e incentivou as especiarias, cravo, guaraná, pimenta do reino e urucum, principalmente na microrregião Valença, já que na microrregião Porto Seguro, com poucas áreas cultivadas com o cacau, e de topografia suave ou plana de tabuleiros, ocorria o

desmatamento acelerado para a implantação de pastagens, precedidas de cultivos alimentícios.

Fatos importantes podem ser evidenciados pela análise dos dados obtidos, tais como:

- a) na microrregião Porto Seguro, a pecuária cede espaço para a fruticultura eficiente de médio e grande portes, além da cana de açúcar e do reflorestamento;
- b) na microrregião Ilhéus-Itabuna o espaço destinado à pecuária cresce em detrimento da cacauicultura combalida pela crise, e pela venda da essências florestais da outrora mata cabrucada;
- c) a microrregião de Valença e a área litorânea da micro região Ilhéus-Itabuna especializam-se em cultivos de especiarias e de fruticultura em áreas de pequena dimensão;
- d) o diagnóstico realizado em 1989, mostrava uma participação incipiente da fruticultura. Já o diagnóstico de 1999 evidencia que da receita gerada pelos cultivos, 24% foi criado pela fruticultura em apenas 5% da área plantada.

Entre essas culturas estão: o mamão, a banana, a graviola, o cupuaçu, a goiaba, o maracujá.

A área subaproveitada representa 19% da área total da região, ou seja, 1.015.360 ha, bem como a diferença entre a área cadastrada de cacau, 748.216 ha, e a que hoje existe, cerca de 450.000 ha, ou seja, 298.000 ha, representam o espaço essencial para o estabelecimento da Reserva Legal como para a expansão dos cultivos diversificadores, principalmente para aqueles de valor econômico e estratégico para o país, como os cultivos do dendê e da seringueira.

O dendê

O dendê, palmácea oleaginosa originária da África, hoje largamente empregada na indústria alimentícia, de detergentes e de cosméticos, siderúrgica e de combustíveis naturais, se estabeleceu de forma subespontânea

e difusa no litoral baiano.

A mesorregião sul-baiana, pela sua localização, sua estrutura fundiária, rodoviária e portuária é o espaço ideal para a instalação de um processo agrícola verticalizado de expansão dessa cultura.

Ocupando uma área total de cerca de 30.977 ha sendo 19.657 ha compostos por indivíduos subespontâneos e 11.320 ha cultivados, o dendezeiro vive há 400 anos na região sul da Bahia e não atende sequer a 10% da necessidade do país, que é atualmente de 158 mil toneladas, das quais 93 mil toneladas produzidas internamente.

Importador de 59% das suas necessidades, o Brasil poderá além de atender a sua demanda, passar a ser fornecedor de óleo de palma para outros mercados carentes do hemisfério norte e do Mercosul.

852.000 (oitocentos e cinquenta e dois mil) ha constituem a área potencial para a implantação da cultura no sul da Bahia.

Oleaginosa de maior rendimento entre todas, é a de maior extensão de demanda no mercado mundial, o que faz dessa palmeira uma firme alternativa de diversificação para a região cacauera.

A seringueira

Planta originária da Amazônia, a seringueira foi introduzida no sul da Bahia em fins do século XIX e em meados do século XX, e teve a sua expansão na região (1957-1970).

É uma planta conservacionista, que possibilita consórcios com o cacau, o açaí e o café, além de plantas ornamentais. Propicia receita diária e emprega 1 homem por cada 5.25 ha. de área plantada. A borracha, junto à energia, ao petróleo e ao ferro, constitui um conjunto de elementos sem os quais inexistente o avanço tecnológico industrial.

O Brasil tem hoje uma demanda de 170.000 toneladas e produz cerca de 70.000 toneladas, registrando um déficit de 100.000 toneladas, aproximadamente 60% da sua necessidade. A Bahia, através da região cacauera, já alcançou o 1º lugar como produtor nacional, estando hoje atrás do Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

De preço internacional estabilizado, entre US\$ 0,90 à 1,00 por kg, é hoje a borracha um produto em processo de carência, face ao crescimento da demanda no sudeste asiático, Malásia, Indonésia, Vietnã, Camboja etc., países outrora eminentemente exportadores e hoje consumidores potenciais, ao lado da China, Coréia e outros em processo da rápida evolução industrial.

Também o processo de expansão da cultura de longo período de crescimento está momentaneamente estagnado na Ásia, África e na América do Sul. A Malásia, principal produtor mundial, substitui a seringueira por dendê e utiliza sua madeira para confecção de móveis ou para lenha, já que não possui mais reservas florestais.

6.5.3 – Comentário final

Tendo o cacau como carro chefe, por ordem decrescente de valor econômico, tradição de cultivo, valor conservacionista, possibilidade de consórcios agropecuários ou agrícolas, facilidade de comercialização, possibilidade de verticalização agro-industrial ou, ainda, pelo grau de ocupação que hoje exerce, constitui uma sugestão para o ordenamento agrícola da mesorregião sul-baiano a referência apresentada no Quadro 7.

Um programa de diversificação conduzido institucionalmente deverá enfatizar as seguintes culturas para as 3 microrregiões, tanto para as áreas cultivadas com cacau, que serão disponibilizadas, quanto para as extensas áreas que a região ainda dispõe para atividades integradas:

. *Microrregião Itabuna-Ilhéus* – seringa, dendê, piaçava, banana, coco, palmiteiros, cajá.

. *Microrregião Valença* – piaçava, pimenta do reino, guaraná, dendê, cravo da Índia, urucum, seringa, cajá.

. *Microrregião Porto Seguro* – palmiteiros, seringa, piaçava, fruticultura, café, cana, piscicultura, pastagens, cajá.

QUADRO 7 - Cultivos existentes na mesorregião sul-baiano, por área

| Especificação | Área (ha) | Situação |
|----------------------|------------------|-----------------|
| Cacau | 748.216 | |
| Seringa | 23.000 | Implan- |
| tado | | |
| Dendê | 30.977 | Subes- |
| pontâneo | | |
| Piaçava | 29.000 | Ind. esparsos |
| Banana | 11.704 | Implantado |
| Coco | 14.629 | Implantado |
| Palmiteiros | 2.2.14 | Implantado |
| (pupunha e açaí) | | |
| Mamão | 16.498 | Implantado |
| Café | 8.761 | Implantado |
| Cravo da Índia | 7.082 | Implantado |
| Pimenta do Reino | 705 | Implantado |
| Guaraná | 543 | Implantado |
| Urucum | 393 | Implantado |

Fonte: Ceplac, 2000

Para a pecuária de leite e/ou de corte, com extensa área de ocupação, seria melhor deixá-la no estágio em que se encontra, de eventuais acomodações.

ANEXOS

ANEXO I

Orçamento analítico para recuperação de 1 ha de cacauzeiros - stand 500 plantas

| Discriminação | Unid. | Valor | Enxertia | | Recomp. Stand | |
|------------------------------------|-------|-------|----------|---------------|---------------|---------------|
| | | | Quant. | Valor R\$ | | Quant. |
| 1º ANO | | | | | | |
| 1. Mão-de-Obra | | | | | | |
| Rocagem | h-d | 9,72 | 28,00 | 272,16 | | |
| Retirada estaca/balisamento | h-d | 9,72 | - | - | 2,00 | 19,44 |
| Plantio de Bananeira (500 plantas) | h-d | 9,72 | 10,00 | 97,20 | - | - |
| Coveamento | h-d | 9,72 | - | - | 6,67 | 64,83 |
| Transporte/distribuição de mudas | h-d | 9,72 | - | - | 3,00 | 29,16 |
| Adução/Enchimento covas/plantio | h-d | 9,72 | - | - | 6,00 | 58,32 |
| Replantio (10%) | h-d | 9,72 | - | - | 1,20 | 11,66 |
| Enxertia | h-d | 9,72 | 8,33 | 80,97 | - | - |
| Insp. Pegamento/reenxertia (20%) | h-d | 9,72 | 2,50 | 24,30 | - | - |
| Podá de formação | h-d | 9,72 | 3,33 | 32,37 | - | - |
| Decaptação do porta enxerto | h-d | 9,72 | 8,33 | 80,97 | - | - |
| Picote/transp. Mat. Decap./amontoa | h-d | 9,72 | 10,00 | 97,20 | - | - |
| Aplicação de inseticida (1/3) | h-d | 9,72 | 0,15 | 1,46 | 0,18 | 1,75 |
| Aplicação de fungicida | h-d | 9,72 | - | - | - | - |
| Adução | h-d | 9,72 | 4,00 | 38,88 | 4,80 | 46,66 |
| Total Item 1 | | | | 725,51 | | 231,82 |

Continua...

| Discriminação | Unid. | Valor | Enxertia | | Recomp. Stand | |
|--|-------|-------|----------|-----------------|---------------|---------------|
| | | | Quant. | Valor R\$ | Quant. | Valor R\$ |
| 1º ANO | | | | | | |
| 2. Insumos | | | | | | |
| Inseticida líquido (1/3) | 1 | 18,00 | 0,30 | 5,40 | 0,36 | 6,48 |
| Fungicida | kg | 6,00 | - | - | - | - |
| Fertilizante químico formulado | saco | 30,00 | 1,00 | 30,00 | 1,20 | 36,00 |
| Superfosfato simples | saco | 24,00 | - | - | 1,08 | 25,92 |
| Uréia | saco | 25,00 | 1,00 | 25,00 | 0,54 | 13,50 |
| Muda de cacaueteiro | unid. | 0,30 | - | - | 660,00 | 198,00 |
| Muda de bananeira | unid. | 0,30 | 500,00 | 150,00 | - | - |
| Haste de cacaueteiro | unid. | 0,10 | 240,00 | 24,00 | - | - |
| Filtilho plástico | kg | 7,00 | 0,71 | 4,97 | - | - |
| Saco plástico | kg | 4,50 | 1,25 | 5,63 | - | - |
| Kit enxertia (tesoura, serra e canivete) | unid. | 30,00 | 0,10 | 3,00 | - | - |
| Pulverizador costal manual | unid. | 80,00 | 0,10 | 8,00 | - | - |
| Total Item 2 | | | | 256,00 | | 279,90 |
| 3. Transportes | | | | | | |
| (5% do item 2) | % | 5,00 | - | 12,80 | - | 14,00 |
| Total Item 3 | | | | 12,80 | | 14,00 |
| 4. Assistência Técnica | | | | | | |
| (1% dos itens 1+2+3) | % | 1,00 | - | 9,94 | - | 5,26 |
| Total Item 4 | | | | 9,94 | | 5,26 |
| Total 1º ANO | | | | 1.004,25 | | 530,98 |

Custeio de áreas donadas

| Discriminação | Unid. | Valor | Manutenção | |
|--------------------------------|-------|-------|------------|---------------|
| | | | Quantidade | ValorR\$ |
| 1º ANO | | | | |
| 1. Mão-de-Obra | | | | |
| Roçagem | h-d | 9,72 | 21,00 | 204,12 |
| Aplicação de Inseticida (1/3) | h-d | 9,72 | 0,33 | 3,21 |
| Adubação | h-d | 9,72 | 8,80 | 85,54 |
| Poda de formação/remoção de VB | h-d | 9,72 | 11,00 | 106,92 |
| Total Item 1 | | | | 399,79 |
| 2. Insumos | | | | |
| Inseticida líquido (1/3) | 1 | 18,00 | 0,66 | 11,88 |
| Fertilizante químico formulado | saco | 30,00 | 6,05 | 181,50 |
| Uréia | saco | 25,00 | 1,98 | 49,50 |
| Total Item 2 | | | | 242,88 |
| 3. Transportes | | | | |
| (5% do item 2) | % | 5,00 | - | 12,14 |
| Total Item 3 | | | | 12,14 |
| 4. Assistência Técnica | | | | |
| (1% dos itens 1+2+3) | % | 1,00 | - | 6,55 |
| Total Item 4 | | | | 6,55 |
| Total Anual | | | | 661,36 |

ANEXO 2

RESOLUÇÃO Nº

Estabelece condições para financiamento do Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau (PDAC), a partir de 2002, destinado à recomposição da lavoura e soerguimento das cooperativas de produtores de cacau.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei no. 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em .../.../..., tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 05.11.65,

RESOLVEU

Art. 1º Estabelecer as seguintes condições para a implementação do Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau (PDAC), de que trata o Decreto de 24.08.01, do Presidente da República, e em consonância com o que foi decidido na reunião do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau, de .../.../....

I – Beneficiários: produtores de cacau das regiões baianas atingidas pela doença denominada “vassoura-de-bruxa” e cooperativas de produtores de cacau voltadas à industrialização;

II – Volume de recursos: montante de R\$ 489.000.000,00 (quatrocentos e oitenta e nove milhões de reais);

III - Fontes e destinação dos recursos: Plano de Safra de 2002 e 2003, destinados a todos

os produtores indistintamente, preferencialmente os que não tenham sido beneficiados com programas anteriores;

IV – Encargos financeiros:

- a) mini e pequenos produtores: 2% (dois por cento) ao ano;
- b) médios e grandes produtores: 4% (quatro por cento) ao ano;

V - Itens financiáveis:

- a) enxertia dos cacauzeiros com variedades tolerantes, recomposição de “stand” e manutenção (custeio), de acordo com projeto específico da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) no segundo e terceiro anos;
- b) integralização de quotas-partes de capital das cooperativas;

VI – Contratação: em qualquer época do ano, em função da disponibilidade de recursos e da indicação técnica de cada projeto;

VII - Cronograma de reembolso:

- a) carência de 7 (sete) anos a partir da liberação;
- b) 2 (duas) parcelas anuais, vencíveis nos meses de julho e janeiro de cada ano – a primeira em julho de 2009 e a última em janeiro de 2.022 – num total de 26 (vinte e seis), de valor anual equivalente a 1/12 (um doze avos) do saldo devedor, sendo que os pagamentos das parcelas vencíveis em janeiro corresponderão, sempre, a 70% (setenta por cento) e as vencíveis em julho a 30% (trinta por cento) do valor anual.

VIII – Garantia:

- a) penhor censual da produção prevista;
- b) aval do Fundo do Cacau – Funcacau;

c) acessória

d) remanescente de Mata Atlântica existente na propriedade, pelo valor fixado pelo Ministério do Meio Ambiente, que terá cobertura do Tesouro Nacional.

IX – Risco operacional: do Tesouro Nacional, nas operações formalizadas pelo Banco do Brasil S.A. ou pelo Banco do Nordeste S. A., que se sub-rogarão nos direitos creditórios provenientes das garantias previstas e em eventuais saldos existentes no Fundo do Cacau, criado pela Lei no....., de .../.../....

Art. 2º Não será admitida a assunção de riscos pelo Tesouro Nacional nos seguintes casos:

I – não inclusão no projeto do compromisso de demarcação e averbação da Reserva Legal;

II – não inclusão no projeto da introdução de culturas complementares, na forma de consórcios, que vise melhor aproveitamento econômico das áreas, quando não existir sombreamento adequado.

Art. 3º A contratação de operações com risco do Tesouro Nacional depende de seu enquadramento nas condições estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau.

Art. 4º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO 3

Recursos necessários para investimento (clonagem e adensamento), financiamento às cooperativas e beneficiamento na propriedade) e custeio (manutenção das áreas). Valores em R\$ 1.000

| Especificação | PRIMEIRO ANO | | SEGUNDO ANO | | TERCEIRO ANO | | TOTAL |
|------------------------------------|--------------|----------------|-------------|----------------|--------------|---------------|----------------|
| | Ha | Valor | Ha | Valor | Valor | Valor | |
| Investimento (A) | | 183.523 | | 173.523 | | | 357.046 |
| Área clonada/adensada | 100.000 | 153.52 | 100.000 | 153.523 | | | 307.046 |
| Integralização de quotas-partes .. | | 20.000 | | 10.000 | | 30.000 | |
| Beneficiamento na propriedade ... | | 10.000 | | 10.000 | | 20.000 | |
| Custeio (B) | | | | 66.136 | | 66.136 | 132.272 |
| Manutenção de áreas clonadas | | | | 66.136 | | 66.136 | 132.272 |
| Total Geral (A + B) | | 183.523 | | 239.659 | | 66.136 | 489.318 |

1º. ano – Plano de safra 2002

2º. ano – Plano de safra 2003

3º. ano – Plano de safra 2004

Observações: R\$ 1.004,20/ha para clonagem dos cacaueiros velhos

R\$ 530,98/ha para recomposição do stand (adensamento da área)

R\$ 66.136.000,00 anuais para custeio

ANEXO 4

RESOLUÇÃO Nº ...

Estabelece condições para o financiamento das cooperativas de cacau como beneficiárias do Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei no. 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em/...../....., tendo em vista as disposições do art. 4º., inciso VI, da citada Lei, e dos artigos 4º e 14º da Lei nº 4.829, de 05.11.65,

RESOLVEU:

Art. 1º Aprovar as seguintes condições especiais de crédito rural para financiamento das cooperativas que atuam no setor cacau do Estado da Bahia, como beneficiárias do Programa de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau:

I – Finalidades: créditos destinados à reestruturação operacional e financeira das cooperativas mediante:

- a) aquisição de Títulos do Tesouro Nacional para propiciar o alongamento das dívidas bancárias;
- b) financiamento para pagamento de dívidas fiscais, sociais e trabalhistas;
- c) financiamento de recebíveis com o conseqüente alongamento aos cooperados;
- d) financiamento de investimentos e do capital de giro considerados essenciais à retomada/ampliação de atividades agroindustriais;
- e) novos investimentos considerados indispensáveis à retomada/ampliação de atividades agroindustriais, notadamente os voltados para exportação.

II – Agentes financeiros: Banco do Brasil S.A. que utilizará recursos previstos no Programa,

em consonância com acordo feito em 15.11.96 entre os credores bancários e as cooperativas.

III – Fontes dos Recursos: os mencionados no Plano de Safra 2002/03 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

IV – Itens financiáveis: integralização de quotas-partes de capital.

V – Contratação: em qualquer época, em função das disponibilidades de recursos e da indicação técnica do projeto.

VI – Cronograma de reembolso:

a) carência de até (três) anos a partir da liberação;

b) forma de amortização: 14 (quatorze) parcelas semestrais, vencíveis nos meses de julho e janeiro, contados após o período de carência, sendo que nos meses de janeiro os pagamentos serão de 70% (setenta por cento) do total da parcela anual e nos meses de julho 30% (trinta por cento) do mesmo valor.

Art. 2º Para habilitação às operações de crédito de que trata a presente Resolução, exigir-se-á a apresentação do plano de desenvolvimento da cooperativa, aprovado em assembléia geral extraordinária pela maioria dos cooperados, contemplando:

a) projeto de reestruturação demonstrando a viabilidade técnico-econômico-financeira da cooperativa;

b) projeto de capitalização;

c) projeto de organização e treinamento dos cooperados;

d) projeto de monitoramento do plano de desenvolvimento cooperativo.

Art. 3º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 5

PROJETO DE LEI

Institui contribuição de intervenção no domínio econômico destinada a suprir financeiramente o Fundo do Cacau ora criado e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo do Cacau - Funcacau, de natureza contábil, cujo objetivo principal é estimular o desenvolvimento da cacaucultura, mediante ações próprias, inclusive a prestação de avais em operações de crédito objeto de programas oficiais ou que tenham a mesma natureza.

Art. 2º Para fins de atendimento ao Fundo de que trata o artigo anterior, fica instituída contribuição de intervenção no domínio econômico, fixada e cobrada sobre as vendas de cacau em amêndoas, de manteiga, de liquor, de torta/pó e de chocolates, da seguinte forma:

- I – 2% (dois por cento) sobre as vendas de cacau em amêndoas;
- II – 0,3% (três décimos por cento) sobre as vendas de chocolates e bombons que contenham a designação de chocolate, destinados aos mercados interno e externo.

Parágrafo Único – a Contribuição a que se refere o Inciso I deste artigo terá como base de incidência o equivalente em moeda nacional do valor cotado em Bolsa.

Art. 3º Além dos recursos previstos no artigo anterior, o Funcacau terá ainda as seguintes fontes:

I – Os recursos oriundos da tarifação alfandegária relativos à importação de cacau em amêndoas, produtos processados e chocolates.

II – As dotações orçamentárias da União, de estados e de municípios.

III – As doações e/ou consignações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas.

§ 1º - Constituirão ainda receita do Funcacau os resultados da aplicação de suas disponibilidades em títulos do Tesouro Nacional, por meio do Banco Central do Brasil, bem como os resultados financeiros verificados ao final de cada exercício.

§ 2º – Os recursos previstos neste artigo serão recolhidos ao Banco do Brasil S. A., em conta corrente do Funcacau

Art. 4º À Diretoria de Câmbio do Banco Central do Brasil incumbe superintender a aplicação e cobrança da Cota de Contribuição nos contratos de venda de moeda estrangeira celebrados pela rede bancária autorizada a operar em câmbio.

Art. 5º À Secretaria da Receita Federal incumbe acompanhar e cobrar a Cota de Contribuição incidente sobre as transações realizadas.

Parágrafo Único – A contribuição de que trata esta Lei sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais, previstos no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e alterações posteriores, bem como, subsidiariamente e no que couber, às disposições da legislação do imposto de renda, especialmente quanto a penalidades e demais acréscimos aplicáveis.

Art. 6º O Funcacau terá um Comitê Gestor, constituído no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a mesma composição do Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio do Cacau – CDAC, criado pelo Decreto de 24.08.01.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2002.

Brasília,

ANEXO 6

Estimativa de receita para o Fundo do Cacau, nos 3 primeiros anos.
Valores em R\$ 1.000.

| Especificação | 1º Ano | 2º Ano | 3º. Ano | Total |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Valor | Valor | Valor | |
| Contribuição do produtores * | 5.000 | 5.000 | 5.000 | 15.000 |
| Contribuição dos consumidores ** | 15.000 | 15.000 | 15.000 | 45.000 |
| Imposto de importação *** | 5.000 | 5.000 | 5.000 | 15.000 |
| TOTAL | 25.000 | 25.000 | 25.000 | 75.000 |

(*) 2% (dois por cento) sobre o valor de Bolsa, pelo equivalente em R\$. A contribuição dos produtores representaria menos **de R\$ 1,00 por arroba**, o que seria residual do ponto de vista da “perda” de receita, mas de grande importância para a formação da poupança proposta.

(**) 0.3% (três décimos por cento) sobre o valor na ponta do consumo. A contribuição dos consumidores, embora expressiva do ponto de vista absoluto, praticamente inexistente se for considerada a perda do consumidor, pois considerando-se o preço do chocolate em torno de R\$ 10,00/kg, seriam pagos apenas **3 centavos por quilo** de chocolate.

(***) Estima-se que nos últimos 3 anos o governo tenha arrecadado o equivalente a R\$ 40 milhões com o imposto de importação. O que está proposto para o Fundo representa aproximadamente um terço desse valor.

Muitos economistas acham que a solução para o Brasil se encontra na agroindústria, que hoje é responsável por expressiva parcela da renda e dos empregos gerados, além da substancial participação para o equilíbrio da conta corrente e do Balanço de Pagamentos, não porque o país é “competitivo”, mas porque suas vantagens comparativas em muitos produtos são indiscutíveis, inclusive no cacau e outras culturas.

ISBN 857455080-9



9 788574 550800